UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

TIAGO PIRES RIOS

ARRUANDO POR PENEDO: ROTEIRO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA E ENSINO DE HISTÓRIA EM ALAGOAS

São Cristóvão - Sergipe

2026

TIAGO PIRES RIOS

ARRUANDO POR PENEDO: ROTEIRO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA E ENSINO DE HISTÓRIA EM ALAGOAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: linguagens e narrativas históricas: produção e difusão.

Orientador: Prof. Dr. José Vieira da Cruz

São Cristóvão - Sergipe

2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Rios, Tiago Pires
R586a Arruando por Penedo: roteiro de aprendizagem histórica e ensino de História em Alagoas / Tiago Pires Rios; orientador José Vieira da Cruz. – São Cristóvão, SE, 2026.
110 f. : il

Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História) Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. História - Estudo e ensino. 2. Patrimônio histórico - Penedo (AL). 3. Educação - Estudos interculturais. 4. Penedo (AL). 5 Currículos. I. Cruz, José Vieira da, orient. II. Título.

CDU 94(813.5):719

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

Ata da Defesa TIAGO PIRES RIOS, do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, ocorrida no dia 26 de agosto de 2026.

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de 2026, às 09h, através da sala de videoconferência ConferênciaWeb RNP < https://conferenciaweb.rnp.br/users/jose-833/ >, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, constituída pelos Prof(a). Dr. JOSE VIEIRA DA CRUZ (Orientador), Prof. Dr. PAULO HEIMAR SOUTO, Profa. Dra. LUANA TEIXEIRA e Profa. Dra. GISELE OLIVEIRA DE LIMA. Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da banca e o (a) candidato(a) das normas que regem o Exame de Defesa. A seguir, o(a) mestrando(a) iniciou seu Exame, apresentando seu projeto de Defesa **"ARRUANDO POR PENEDO: ROTEIRO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA E ENSINO DE HISTÓRIA EM ALAGOAS**. Na Linha de Pesquisa: **LINGUAGENS E NARRATIVAS HISTÓRICAS: PRODUÇÃO E DIFUSÃO**. Os membros da banca formularam questões para serem respondidas pelo mestrando. Após suas respostas, procedeu-se o julgamento da Defesa, sendo o mestrando considerado, por maioria com divergência de um voto, **Aprovado, condicionado aos ajustes, modificações e apontamentos indicados pelo(a)s arguidores(as), bem como ressubmissão do texto devidamente ajustado, normatizado e revisado ao crivo orientador, no prazo de 60 dias, portanto, até a data de 25.10.2026.**

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora. Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos (São Cristóvão), 26 de agosto de 2026.

Prof. Dr. JOSE VIEIRA DA CRUZ
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - UFS

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE VIEIRA DA CRUZ
Data: 27/08/2026 14:43:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. PAULO HEIMAR SOUTO
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - UFS

gov.br Documento assinado digitalmente
PAULO HEIMAR SOUTO
Data: 01/09/2026 08:29:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. LUANA TEIXEIRA
Programa de Pós-Graduação em História - UFAL

gov.br Documento assinado digitalmente
LUANA TEIXEIRA
Data: 28/08/2026 15:10:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. GISELE OLIVEIRA DE LIMA
Instituo Federal de Educação de Alagoas - IFAL

gov.br Documento assinado digitalmente
GISELE OLIVEIRA DE LIMA
Data: 01/09/2026 08:06:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TIAGO PIRES RIOS
Mestrando do PROFHISTÓRIA

gov.br Documento assinado digitalmente
TIAGO PIRES RIOS
Data: 01/09/2026 16:37:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

A Penedo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - código de financiamento 001.

À Casa do Penedo por me permitir trabalhar em meio a um dos melhores arquivos que já trabalhei, e em uma das - na minha modesta opinião - bibliotecas mais lindas do Nordeste. Por me permitir coligir, organizar, me perder e me embasbacar todo dia naquele acervo.

A todas e todos meus estudantes de Penedo. Os que já estiveram comigo na sala de aula, os que estão e os que ainda estarão: vocês alegram meus dias.

Ao pessoal que trabalha comigo na Escola Estadual Prof. Ernani Méro. Vocês estão me mostrando que ainda podemos ser uma instituição acolhedora e de impacto social positivo em Penedo. Em especial aos meus dois colegas de profissão: Keline e em especial ao *Ferrrrrrrnando*, você me ajudou a não desistir do mestrado no momento em que eu queria desistir de tudo… até da docência, muito obrigado *Mano Nando*.

Ao meu psicólogo, Rafael; e à minha psiquiatra, Sâmara, muito obrigado pelo suporte e pelas orientações, vocês foram cruciais nessa caminhada.

Ao ProfHistória. Com certeza um dos melhores programas de pós-graduação em história no nosso país. Pensar a especificidade do ensino de história como campo de discussão acadêmica dentro da História a partir da conjuntura da educação brasileira é formidável. O *ProfHi* - como o chamamos os mais íntimos - é muito mais que as minhas vãs expectativas podiam esperar do programa. Aprendi muito em cada minuto que me dediquei às demandas do programa. Um agradecimento especial à Professora Marizete Lucini: suas aulas de seminário foram essenciais para que pudesse entender como desmontar o bicho-de-sete-cabeças do começo da escrita acadêmica. Obrigado, Professora!

Ao nobre Professor Paulo Heimar, pelas acertadas orientações durante a primeira fase de escrita do projeto. Obrigado, Professor Paulo!

Ao prezado Professor Vieira, por me orientar de forma magnífica, didática, e respeitosa nesta última etapa do mestrado.

Aos meus irmãos Inho e Inha, respectivamente Davi e Sara. Eles sempre me apoiaram de várias maneiras.

Ao meu pai, Gilberto, Jable, para os chegados; e à minha mãe, Conceição, Ceiça. Vocês sempre foram minha inspiração e exemplo. Eu amo vocês demais.

Ao meu filho Daniel, que acabou de chegar nesse mundo doido. Você é meu estímulo!

À minha filha, Malu, o amor maior da minha vida! É ela quem me dá forças com seus recadinhos e beijinhos. Te amo filha!

E à minha esposa, Claudia. Sem você eu não estaria aqui. Você é minha parceira! Te amo demais!

RESUMO

Esta dissertação parte de uma constatação da sala de aula: entre os estudantes penedenses, a cidade é reconhecida como antiga, mas essa antiguidade não se conecta ao presente que vivem — expressão local daquilo que Hartog nomeia como presentismo (2023). Diante desse diagnóstico, o trabalho tem por objetivo elaborar um Recurso Educacional Aberto (REA) em formato de roteiro de aprendizagem histórica pelo centro histórico de Penedo, Alagoas, organizado em seis sequências didáticas — uma preparatória, em sala de aula, e cinco paradas no perímetro tombado pelo IPHAN —, tomando o patrimônio da cidade como ponto de partida para o desenvolvimento da consciência histórica (Rüsen, 2010) e da literacia histórica (Lee, 2016). O arco teórico que sustenta a proposta parte do diagnóstico de Hartog (2023), situa o horizonte na consciência histórica como orientação temporal para a vida prática (Rüsen, 2010), compreende o ensino de história como aprendizagem histórica, processo simultaneamente intelectual, educativo e político (Cruz; Santos, 2020), e encontra em Lee (2016), com os conceitos de segunda ordem, o caminho metodológico pelo qual essa aprendizagem pode ser intencionalmente desenvolvida. Trata-se de pesquisa qualitativa de natureza propositiva, com procedimentos bibliográficos e documentais, ancorada didaticamente na tradição do estudo do meio (Bittencourt, 2008) e na compreensão de Penedo como cidade educadora (Miranda; Siman, 2013). O roteiro articula-se ao componente curricular Práticas de Integração com o Território (PIT), às competências e habilidades da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da BNCC (Brasil, 2018), ao Referencial Curricular de Alagoas (ReCAL) e ao disposto nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. As experiências de aplicação realizadas com estudantes e educadoras das redes estadual, federal e municipal comparecem no texto como experiência docente, e não como corpus empírico, tendo informado o desenho, a sequência e os ajustes da proposta. O produto é disponibilizado sob licença aberta, como se espera de um REA: adaptável a outros territórios, outros públicos e outros tempos escolares.

Palavras-chave: ensino de história; educação patrimonial; estudo do meio; literacia histórica; Penedo.

ABSTRACT

This dissertation stems from a classroom observation: among students in Penedo, the city is acknowledged as old, yet this oldness bears no connection to the present they inhabit — a local expression of what Hartog terms presentism (2023). In response to this diagnosis, the study aims to develop an Open Educational Resource (OER) in the form of a historical learning itinerary through the historic centre of Penedo, Alagoas, organised into six didactic sequences — one preparatory sequence conducted in the classroom and five stops within the area listed by IPHAN, the Brazilian National Historical and Artistic Heritage Institute — taking the city's heritage as a starting point for the development of historical consciousness (Rüsen, 2010) and historical literacy (Lee, 2016). The theoretical framework proceeds from Hartog's diagnosis (2023), locates its horizon in historical consciousness as temporal orientation for practical life (Rüsen, 2010), understands history teaching as historical learning, a process at once intellectual, educational and political (Cruz; Santos, 2020), and finds in Lee (2016), through second-order concepts, the methodological path by which such learning may be deliberately fostered. This is qualitative, proposition-oriented research, employing bibliographic and documentary procedures, grounded didactically in the Brazilian tradition of estudo do meio (field study) as formulated by Bittencourt (2008) and in the understanding of Penedo as an educating city (Miranda; Siman, 2013). The itinerary is articulated with the curricular component Práticas de Integração com o Território (Territory Integration Practices), with the competences and skills of the Applied Human and Social Sciences area of the BNCC, the Brazilian National Common Curricular Base (Brasil, 2018), with the Curricular Framework of the State of Alagoas (ReCAL), and with the provisions of Laws no. 10.639/2003 and no. 11.645/2008. The applications carried out with students and educators from the state, federal and municipal school systems appear in this text as teaching experience rather than as an empirical corpus, having informed the design, the sequence and the adjustments of the proposal. The product is made available under an open licence, as befits an OER: adaptable to other territories, other audiences and other school schedules.

Keywords: history teaching; heritage education; field study; historical literacy; Penedo.

RÉSUMÉ

Ce mémoire part d'un constat fait en classe : chez les élèves de Penedo, la ville est reconnue comme ancienne, mais cette ancienneté ne se rattache pas au présent qu'ils vivent — expression locale de ce que Hartog nomme le présentisme (2023). Face à ce diagnostic, ce travail a pour objectif d'élaborer une Ressource Éducative Libre (REL) sous la forme d'un itinéraire d'apprentissage historique à travers le centre historique de Penedo, Alagoas, organisé en six séquences didactiques — une séquence préparatoire, en salle de classe, et cinq haltes dans le périmètre classé par l'IPHAN, l'Institut du Patrimoine Historique et Artistique National du Brésil —, en prenant le patrimoine de la ville comme point de départ pour le développement de la conscience historique (Rüsen, 2010) et de la littératie historique (Lee, 2016). Le cadre théorique part du diagnostic de Hartog (2023), situe son horizon dans la conscience historique en tant qu'orientation temporelle pour la vie pratique (Rüsen, 2010), conçoit l'enseignement de l'histoire comme apprentissage historique, processus à la fois intellectuel, éducatif et politique (Cruz ; Santos, 2020), et trouve chez Lee (2016), au moyen des concepts de second ordre, la voie méthodologique par laquelle cet apprentissage peut être délibérément développé. Il s'agit d'une recherche qualitative de nature propositionnelle, menée par des procédures bibliographiques et documentaires, ancrée sur le plan didactique dans la tradition brésilienne de l'estudo do meio (étude du milieu) telle que formulée par Bittencourt (2008) et dans la compréhension de Penedo comme ville éducatrice (Miranda ; Siman, 2013). L'itinéraire s'articule avec la composante curriculaire Práticas de Integração com o Território (Pratiques d'Intégration au Territoire), avec les compétences et les habiletés du domaine des Sciences Humaines et Sociales Appliquées de la BNCC, la Base Nationale Commune Curriculaire (Brasil, 2018), avec le Référentiel Curriculaire de l'État d'Alagoas (ReCAL) et avec les dispositions des Lois nº 10.639/2003 et nº 11.645/2008. Les applications réalisées auprès d'élèves et d'éducatrices des réseaux d'enseignement de l'État, fédéral et municipal figurent dans ce texte comme expérience enseignante, et non comme corpus empirique, ayant informé la conception, l'enchaînement et les ajustements de la proposition. Le produit est mis à disposition sous licence libre, comme il sied à une REL : adaptable à d'autres territoires, à d'autres publics et à d'autres temporalités scolaires.

Mots-clés: enseignement de l'histoire ; éducation patrimoniale ; étude du milieu ; littératie historique ; Penedo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 — Vista de Penedo a partir da balsa 29
Imagem 2 — O rio São Francisco 30
Imagem 3 — Planisfério de Cantino 57
Imagem 4 — Detalhe do Nordeste do Brasil no planisfério de Cantino 57
Imagem 5 — Forte Maurício no rio São Francisco (1), em mapa de Vingboons 62
Imagem 6 — Forte Maurício no rio São Francisco (2), em gravura de Frans Post 62
Imagem 7 — Cruz de pedra em estilo bizantino 63
Imagem 8 — Detalhe da cruz de pedra 64
Imagem 9 — Morro do Aracaré 66
Imagem 10 — Catedral Diocesana de Nossa Senhora do Rosário 67
Imagem 11 — Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos 68
Imagem 12 — Conjunto da Igreja de Santa Maria dos Anjos e Convento 70
Imagem 13 — Conjunto arquitetônico da Praça Barão do Penedo 71
Imagem 14 — Entrada lateral da Casa da Aposentadoria Velha 71
Imagem 15 — Pórtico de entrada da Casa da Aposentadoria Velha 71
Imagem 16 — Placa comemorativa na Casa da Aposentadoria Nova 72
Imagem 17 — Oratório dos Condenados ou Oratório da Forca 73
Imagem 18 — Indicador de ano na Rua do Banheiro 74
Imagem 19 — Edifício da Companhia Industrial Penedense 79
Imagem 20 — Marina do Santo Antônio 80
Imagem 21 — Interior da Companhia Industrial Penedense 80
Imagem 22 — Teatro Sete de Setembro 82
Imagem 23 — Negros muçulmanos (malês) do Penedo 86
Imagem 24 — Comemoração da assinatura da Lei Áurea 91
Imagem 25 — Capela e Praça de São Gonçalo do Amarante 92
Imagem 26 — Praça Jácome Calheiros e Igreja de São Gonçalo do Amarante 92
Imagem 27 — A Praça Jácome Calheiros atualmente 92
Imagem 28 — Perímetro de tombamento federal do centro histórico de Penedo 97
Imagem 29 — Localização do município de Penedo, Alagoas, e municípios limítrofes 98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — População por município em Alagoas, anos de 1890-1900 88
Tabela 2 — População de Alagoas por condição civil: 1819-1871 90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Conceitos de segunda ordem mobilizados por SD e lugar de parada no roteiro …… 99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT — Acordo de Cooperação Técnica

AL — Alagoas

BA — Bahia

BNCC — Base Nacional Comum Curricular

CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEEEAS — Centro Estadual Experimental de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário, PB

CHS — Ciências Humanas e Sociais

CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EEDAA — Escola Estadual Doutor Alcides Andrade

EEPEM — Escola Estadual Professor Ernani Méro

FCP — Fundação Casa do Penedo

GEE — Gerência Especial de Educação

IFAL — Instituto Federal de Alagoas

IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PIT — Práticas de Integração com o Território (Disciplina)

PMP — Prefeitura Municipal de Penedo/AL

ProfHistória — Mestrado Profissional em Ensino de História

REA — Recurso Educacional Aberto

ReCAL — Referencial Curricular de Alagoas

SD — Sequência Didática

SEDUC-AL — Secretaria de Estado da Educação de Alagoas

SINTEAL — Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas

UFPB — Universidade Federal da Paraíba

UFPE — Universidade Federal de Pernambuco

UFS — Universidade Federal de Sergipe

UNFPA — Fundo de População das Nações Unidas

UVa — Universidad de Valladolid, Espanha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
1.1 Sobre a execução da pesquisa 23

2 MEMORIAL AUTOBIOGRÁFICO 29
2.1 Infância e adolescência: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. 31
2.2 Juventude e vida adulta: Recife, São Paulo, Espanha e Universidad de Valladolid. 33
2.3 De volta ao Brasil: UFPB, Salvador e Penedo. 39
2.4 ProfHistória, crise e resiliência (2024-2026). 42

3 BREVE HISTÓRIA DE PENEDO: SUBSÍDIOS PARA OS ROTEIROS. 51
3.1 Antes do Penedo: os povos originários 51
3.2 Penedo: fronteira em disputa. 59
3.3 Do Opará ao São Francisco: a ordem colonial em Penedo 65
3.4 As contradições de Penedo: dois Rosários, uma cidade. 67
3.5 Penedo no século XIX: industrialização, burguesia e urbanização 74

4 RECURSO EDUCACIONAL ABERTO (REA): ROTEIRO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA EM SEIS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS POR PENEDO, ALAGOAS 95

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 104

REFERÊNCIAS 107

1 INTRODUÇÃO

A problemática que fundamenta este estudo emergiu por volta do terceiro ou quarto bimestre de 2021, quando começamos a retomar as atividades letivas presenciais após o período de isolamento imposto pela pandemia de COVID-19. Em uma tarde, ao perguntar aos estudantes da 2ª série do Ensino Médio da Escola Estadual Doutor Alcides Andrade (EEDAA) por que Penedo é considerada uma cidade histórica, obtive como respostas: “porque é antiga”, “porque é do tempo dos antigos”, “porque tem muitas igrejas”. Em 2025, retomei a pergunta, em questionário adaptado, com a 1ª série C da Escola Estadual Professor Ernani Méro, nas aulas do componente Práticas de Integração com o Território, e encontrei respostas semelhantes.

Essa percepção da cidade como algo apenas antigo me mostrou que, embora os estudantes tivessem um olhar atento para o tempo e sua passagem, faltava-lhes o instrumental histórico que lhes permitisse estabelecer conexões entre esse passado antigo e o presente. Notei ali um abismo entre o que eu ensinava nas minhas aulas de História e a paisagem de casarões enladeirados que eles sobem e descem cotidianamente. Sem esse elo, a história se torna uma névoa, algo que não dialoga com a vida deles e nem explica o chão onde pisamos.

De modo geral, existe um descompasso entre a compreensão de antiguidade e historicidade, no sentido de que, entre os estudantes penedenses, Penedo é histórica porque é repleta de elementos antigos, mas que tal antiguidade não se relaciona com o presente. Para Hartog, o simples fato de experimentarmos a passagem do tempo não nos leva à percepção de historicidade, na realidade, leva-nos à armadilha do presentismo, ou seja, quando não há um exercício consciente de reflexão sobre o presente e o passado, levando-nos a dissociar o presente de um passado longínquo, tornando-o alheio à nossa realidade, como se não guardassem relação entre si (Hartog, 2023, p. 26).

Dito de outro modo, o sujeito não consegue estabelecer uma narrativa através da leitura dos elementos desse passado, relacionando-o com o seu presente, não conseguindo realizar aquilo que Paulo Freire nos alertava sobre a forma como apreendemos o mundo, ao dizer que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 2008, p. 11).

Partindo dessa impressão, ainda antes do ProfHistória, comecei a trazer elementos de história local para a sala de aula, assim como, sempre que possível, levar os estudantes — tanto do Ensino Fundamental como do Ensino Médio — para aulas de campo nos mais diversos locais de interesse histórico de Penedo: às vezes pelo Centro Histórico, às vezes

pelos bairros próximos à escola, como a região chamada de Ibititinga, o antigo quilombo do Oiteiro ou o Santo Antônio – este último também chamado de Barro Vermelho.

Nesse sentido, estudei mais a história local e passei a me interessar mais sobre as possibilidades de explorar o entorno de Penedo para melhorar a prática de ensino e aprendizagem nas minhas aulas.

Em torno desta perspectiva, as leituras de Ernani Méro (1974), Aminadab Valente (1957), Moreno Brandão (1909), Silva Caroatá (1962), somadas aos documentos sobre a história de Penedo, permitiram-me aprofundar o conhecimento a respeito do patrimônio histórico da cidade. Desse modo, quando iniciei os estudos junto ao ProfHistória, despontou em mim a vontade de pesquisar as possibilidades de Penedo para o Ensino de História. Essa pesquisa parte dessa percepção desconectada entre o passado e presente dos estudantes e da necessidade de trazer a história local para dentro do processo de ensino aprendizagem na sala de aula através do estudo do patrimônio histórico da sede urbana de Penedo, Alagoas, em particular, junto aos estudantes da 1ª série C da Escola Estadual Professor Ernani Méro (EEPEM).

O estudo da história local, especialmente de Penedo, com todo seu arco histórico, permite investigar parte da história do Brasil, desde o período pré-colonial até o tempo presente, incluindo as relações de Penedo com municípios circunvizinhos, com o Brasil e com o mundo. A exemplo de como nos apontou Circe Bittencourt acerca dos significados da História enquanto conhecimento para proporcionar “na dimensão do estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação” (Bittencourt, 2008, p. 161).

A proposta toma como público de referência a turma da 1ª Série C do Ensino Médio Técnico Integrado de Informática da Escola Estadual Professor Ernani Méro, Santa Luzia, Penedo, Baixo São Francisco, Alagoas, Nordeste do Brasil, comunidade escolar batizada em homenagem a Ernani Méro (1974), professor e historiador cuja obra integra as fontes deste trabalho.

Este estudo tem como objetivo elaborar um Recurso Educacional Aberto (REA) (UNESCO, 2012) em formato de roteiro de aprendizagem histórica pelo centro histórico de Penedo, Alagoas, organizado em seis sequências didáticas (Freitas; Oliveira, 2022, p. 17) de modo a construir um roteiro de aprendizagem histórica. A presente proposta articula o componente curricular “Práticas de Integração com o Território” (PIT) como estratégia pedagógica que conecta “o conteúdo escolar aos contextos sociais reais” (Alagoas, 2025, item 17.4.1), a fim de criar condições para o desenvolvimento da literacia histórica (Lee, 2016), na

direção da consciência histórica (Rüsen, 2010), com os estudantes do Ensino Médio da escola supracitada, tomando o patrimônio histórico de Penedo como ponto de partida e como laboratório de aprendizagem histórica (Cruz; Santos, 2020).

Em torno deste objetivo, as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do PIT com os discentes da 1ª série C, do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Ernani Méro (EEPEM), constituíram a experiência docente que subsidiou a construção das sequências didáticas apresentadas na seção 4 desta dissertação. Estas práticas buscaram desenvolver habilidades de pesquisa histórica através da análise de fontes documentais, bibliográficas e imagéticas digitalizadas a partir do acervo da Biblioteca F. A. Sales[1] da Fundação Casa do Penedo (FCP)[2], às quais tive acesso previamente.

A curadoria, separação e digitalização dessas fontes, que incluem livros, imagens, mapas e reproduções de documentos, ficam a meu encargo, já que sou o funcionário responsável por essa atividade na citada biblioteca. Com o material digitalizado, passamos à sua análise na sala de aula com os estudantes da 1ª série C, na disciplina de Práticas de Integração com o Território (PIT) da EEPEM, recolhendo informações sobre os locais que fazem parte do roteiro apresentado na seção 4 deste trabalho.

Após o estudo das fontes analisadas em sala de aula, seguimos para as saídas de estudo do meio, contrastando as informações previamente estudadas com o entorno dos locais escolhidos para fazer parte do roteiro das sequências didáticas.

Em termos específicos, o roteiro proposto nas sequências didáticas tem por finalidade desenvolver nos discentes a compreensão de que a cidade de Penedo é resultado de processos históricos de âmbito local, regional, nacional e mundial que atravessam sua historicidade, bem como a capacidade de identificar na história da cidade as marcas das relações de poder desses processos.

---

[1] Francisco Alberto Sales nasceu em Penedo, Alagoas, em 19/11/1939. Formou-se na primeira turma de medicina da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e especializou-se em psiquiatria. Viveu em Brasília, onde exerceu a profissão. Em 1992, dividindo-se entre a cidade natal e a capital federal, fundou a Fundação Casa do Penedo, da qual foi presidente até o seu falecimento em 18/09/2018. Foi membro ativo do IHGAL, como também da AAL. Dentre suas principais obras podemos citar "Arruando Para o Forte"(Fundação Casa do Penedo, 2013)e "Grafites na Pedra" (Fundação Casa do Penedo, 2015). (Barros, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas : dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas.** Brasília : Senado Federal, 2015. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574644/001052320_ABC_Alagoas_t3.pdf. Acesso em 01 jul. 2026.

[2]Fundação Casa do Penedo é uma instituição cultural privada e sem fins lucrativos, fundada em 1992 pelo médico e historiador Francisco Alberto Sales. Há mais de três décadas dedica-se à proteção da memória pública penedense e à defesa do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, mantendo o Complexo Cultural Casa do Penedo — que reúne o Museu Casa do Penedo, a Biblioteca F. A. Sales/Centro de Referência do Rio São Francisco e o Ponto de Cultura Resgate de Saberes Populares. Reconhecida como de utilidade pública nas esferas federal, estadual e municipal, tem seu museu registrado junto ao Instituto Brasileiro de Museus (Fundação Casa do Penedo, [2022]).

Essas escalas não são figura de retórica, e convém dizer onde estão. O próprio Lee pede que o conhecimento substantivo se organize “em diferentes escalas” (Lee, 2016, p. 121), e Penedo é um lugar em que processos de alcance muito diverso deixaram marcas no mesmo chão. O mundial está no pau-brasil que os franceses vinham buscar nas margens do rio, no forte que a Companhia das Índias Ocidentais ergueu sobre o penedo, na devoção a um santo de Assis que deu nome ao rio e a um convento, e na igreja que homens e mulheres trazidos pelo tráfico atlântico levantaram para Nossa Senhora do Rosário. O nacional está, por exemplo, na reverência à monarquia, fenômeno que atravessou a sociedade brasileira do século XIX, mas que em Penedo ganhou inflexão própria pelas reminiscências da visita de Dom Pedro II em 1859, inscritas até hoje na toponímia da cidade. O regional está no rio que fez de Penedo elo entre o sertão e o litoral, e entre Alagoas e Sergipe. Ler essas escalas na cidade exige pensar tempo e espaço juntos: no centro histórico, tempos diferentes estão acumulados e sobrepostos numa mesma rua — o casario colonial ao lado da fachada eclética, o antigo largo convertido em praça na República. É essa leitura da paisagem como sobreposição de tempos que o componente PIT, ao falar em território, pressupõe sem explicitar, e que o roteiro procura transformar em operação do estudante.

Pelas características dos objetivos, trata-se de pesquisa de natureza propositiva, postura adotada entre a qualificação e esta versão final, baseada no entendimento de que o produto final — o REA — é uma proposta aberta à reinterpretação daquele que o utiliza, e que, portanto, figura como ideia adaptável a diferentes contextos de uso.

A abordagem é, portanto, qualitativa e ancora-se didaticamente no estudo do meio com procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental para os fundamentos teórico-metodológicos do ensino de história (Bittencourt, 2008; Fonseca, 2009), mobilizando conceitos de segunda ordem propostos por Peter Lee (2016). Exploram-se, deste modo, as práticas pedagógicas com os discentes no componente curricular PIT, para elaborar um entendimento inicial sobre conceitos caros à pesquisa do patrimônio histórico, bem como para fundamentar a proposta de leitura do meio, entendendo Penedo enquanto cidade educadora (Miranda; Siman, 2013) e como patrimônio histórico, em consonância com as diretrizes de aprendizagem de competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio (Brasil, 2018) e com o Referencial Curricular de Alagoas (ReCAL) para o Ensino Médio (Alagoas, 2023).

O entendimento de que Penedo reúne as qualidades de um laboratório de história a céu aberto surge da definição de “cidade educadora” de Sonia Regina Miranda e de Lana Mara de Castro Siman (2013), e das possibilidades que o estudo histórico da cidade

proporciona para o entendimento da história local, a exemplo de outras dissertações do ProfHistória, como a de Wendel Mota dos Reis (2018) realizada na vizinha cidade de Neópolis, no estado de Sergipe, na outra margem do São Francisco.

Mas uma cidade educadora não cabe em cinco paradas. O centro histórico de Penedo é muito maior do que uma visita escolar consegue cobrir, e a seleção das paradas obedeceu a dois critérios, dentro de uma restrição. Os critérios foram a densidade histórica de cada lugar e a possibilidade de compor um arco temporal contínuo, capaz de dialogar com os conteúdos que a maioria dos professores de história trabalha em suas aulas. Não entraram na seleção a importância turística dos monumentos nem sua visibilidade na paisagem. A restrição foi o perímetro: escolhi o que se percorre a pé, em cerca de duas horas e meia, com estudantes de primeira série. Detalho a aplicação desses critérios parada a parada na seção 4, e nas considerações finais registro o que ficou de fora.

O principal conceito que norteia esta pesquisa vem dos trabalhos de Jörn Rüsen, que toma a consciência histórica como condição *sine qua non* para que possamos viver enquanto humanidade. Nas palavras do pensador alemão, a consciência histórica é um "fenômeno do mundo vital" (Rüsen, 2010, p. 56) inerente à existência do ser humano enquanto ser cultural e pleno de consciência de si e de sua vivência neste mundo. Considerando, então, a consciência histórica como característica intrínseca a seres pensantes e dotados de cultura, esta resulta da soma das operações mentais — leitura e interpretação do mundo — com as quais o ser humano percebe, vivencia e experimenta a passagem do tempo para si, para o mundo que o rodeia e para além do momento em que vive. Dessa forma, interpretamos a passagem do tempo — para nós, para o mundo e para além do momento — de modo a orientar, intencionalmente, nossa vida prática no tempo e através dele (Rüsen, 2010, p. 57).

Se, por um lado, Hartog oferece o diagnóstico para a problemática inicial deste trabalho — o presentismo dos estudantes em sua relação com o tempo —, por outro, é Rüsen quem aponta o horizonte a ser alcançado: a consciência histórica como operação de orientação temporal para a vida prática (Rüsen, 2010, p. 56). É entre o diagnóstico e o horizonte que o ensino de história se situa, não como fim em si mesmo, mas como meio de promover a aprendizagem histórica, um processo simultaneamente intelectual, educativo e político por meio do qual se decide conservar ou transformar os legados, os processos e as identidades de sujeitos, instituições e sociedades (Cruz; Santos, 2020, p. 5). No caso deste trabalho, esse processo extrapola a sala de aula: é arruando por Penedo que os estudantes foram convidados a exercer, diante do patrimônio herdado, a decisão sobre o que conservar, ressignificar ou contestar.

Mas como promover deliberadamente esse processo? É essa a pergunta que conduz a Peter Lee: a literacia histórica, ao operar com os conceitos de segunda ordem, indica o caminho metodológico pelo qual a aprendizagem histórica pode ser intencionalmente desenvolvida (Lee, 2016). A literacia histórica consiste numa espécie de consciência histórica, mais especificamente, na forma como a consciência histórica se manifesta quando passa pelo crivo disciplinar da história; por isso, ela é mais estreita que a consciência histórica. Enquanto a consciência histórica abrange, em grande medida, as manifestações da cultura histórica — memória, oralidade, identidade, narrativas, entre outras — a literacia histórica exige o crivo disciplinar para lapidar essas manifestações da consciência histórica a fim de criar as condições necessárias para que os jovens estudantes possam vir a saber (algo da) história (Lee, 2016, p. 120).

Essas condições são, para Lee: (1) saber utilizar os conceitos de segunda ordem para "inferir e testar afirmações, explicar eventos e processos e fazer relatos do passado" (Lee, 2016, p. 121), levando a compreender a história como uma forma de enxergar o mundo; (2) adquirir disposições para respeitar as informações que as evidências do passado nos trazem, permitindo desconstruir pressupostos históricos que talvez não quiséssemos encarar e, a partir daí, tecer relatos que talvez não quiséssemos contar, sempre cultivando a empatia pelas pessoas do passado de maneira a não "saquear"[3] esse passado para validar histórias do presente; (3) dispor num grande quadro os conhecimentos substantivos, o que comumente chamamos na escola de conteúdo histórico, "organizado[s] sob a forma de um passado histórico utilizável, em diferentes escalas", para ajudar os estudantes a se localizarem no tempo, de forma que vejam o passado simultaneamente "como repressor e como responsável por possibilidades para o futuro" (Lee, 2016, p. 121). É nesse sentido que Lee (2016) fala em história transformativa: aprender história, assim entendida, não acrescenta informações ao que o estudante já pensava — transforma o modo como ele pensa o passado e, com isso, o modo como se orienta no presente.

Deste modo, esta pesquisa dialoga com a disciplina Práticas de Integração com o Território (PIT), que, segundo o Caderno de Orientações Pedagógicas para o ano letivo de 2025 da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas "tem o objetivo de abordar temas e desafios presentes no território em que a escola está inserida" (Alagoas, 2025, item 17.4.1). Neste sentido, a proposta é conectar "o conteúdo escolar aos contextos sociais reais, permitindo que os estudantes compreendam, analisem e intervenham de maneira significativa em suas comunidades" (Alagoas, 2025, item 17.4.1).

[3] As aspas aqui são do próprio Lee (2016, p. 121).

A proposta do PIT, portanto, aproxima-se da ideia desta pesquisa, ou seja, de compreender a história de Penedo através do estudo do seu patrimônio histórico. Para isso adotou-se a "metodologia de estudo do meio" proposta por Bittencourt, que já nos adianta que se trata de um ponto de partida e não um fim em si mesmo, e consiste em etapas claramente definidas:

> 1. Reconhecimento do espaço social a ser estudado, no qual são arroladas as fontes de estudo (arquivos, pessoas entrevistadas ou depoentes, objetos materiais);
> 2. Estudo prévio do local por intermédio de bibliografia e outras fontes de informação;
> 3. Definição da problemática a ser estudada;
> 4. Organização do roteiro a ser seguido, com a identificação de todas as atividades, seja de coleta de material, de divisão de trabalho, de seleção de material e equipamentos a ser [*sic*] utilizados (máquinas fotográficas, filmadoras, etc.);
> 5. Preparação do caderno de campo;
> 6. Execução do estudo do meio propriamente dito;
> 7. Tratamento posterior dos dados coletados com sistematização e avaliação das diversas atividades (Bittencourt, 2008, p. 281-282).

Além do mais, o componente curricular PIT conta com duas horas-aula por semana, uma a mais que a própria disciplina de história, proporcionando mais tempo para as atividades aqui propostas. As atividades do projeto desenvolveram-se com os discentes dentro do horário letivo, configurando-se como atividade didático-pedagógica inserida no período de hora-aula estabelecido pela SEDUC-AL.

Os estudantes realizaram práticas de pesquisa histórica orientadas pelo professor-mestrando, fundamentadas em uma metodologia que prioriza o contato direto com o corpus documental. No desenvolvimento das atividades de pesquisa, os estudantes fizeram o levantamento de fontes previamente coligidas pelo professor-mestrando, utilizando recursos bibliográficos, documentais, fotográficos e iconográficos disponíveis no acervo da FCP.

Esta instituição, localizada na mesma cidade de Penedo, Alagoas, forneceu o acervo do qual saíram as fontes digitalizadas que os estudantes analisaram em sala, operando como pesquisadores no trato com vestígios materiais do passado.

Adicionalmente, foram realizadas saídas de campo sempre que possível, nas quais os discentes participaram de visitas técnicas guiadas pelo professor-mestrando. Tais incursões percorreram os pontos de aprendizagem histórica definidos nas sequências didáticas que constituem o roteiro histórico da quarta seção que compõe o REA deste trabalho. O objetivo dessas visitas foi transformar a cidade em um "laboratório a céu aberto", onde a teoria estudada em sala de aula se conectava diretamente com a materialidade urbana e as narrativas presentes no patrimônio histórico penedense.

As práticas de pesquisa escolar com os estudantes orientam-se pelo disposto nas Competências e Habilidades para a área de Ciências Humanas e Sociais (CHS) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), em especial em relação a algumas das habilidades das competências 1 e 2. Na competência 1 pode-se ler que os discentes devem

> 1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (Brasil, 2018).

A Competência 2 também nos traz importantes diretrizes para o desenvolvimento da pesquisa ao apontar que os estudantes também devem "analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações" (Brasil, 2018).

Em conformidade com a Política de Integridade na Atividade Científica instituída pela Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, que determina a declaração do uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) generativa em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa, com a especificação da ferramenta utilizada e de sua finalidade (Brasil, 2026), declaro que esta dissertação contou com o auxílio das seguintes ferramentas de inteligência artificial generativa: Consensus e Elicit, empregadas na busca e no levantamento preliminar de bibliografia acadêmica; apenas uma vez foi utilizado o Chat GPT 3.5 (Open AI) para uma consulta pontual e anotada em nota de rodapé; Gemini Notebook — antigo NotebookLM — (Google), utilizado na organização da bibliografia e na análise assistida dos textos que fundamentam este trabalho; Gemini (Google), versões 3.5 Flash e 3.1 Pro, empregado em criação e edição de imagens, consultas pontuais de natureza informativa e integrado ao Google Suite para manejo de bibliografia no Google Drive e suporte de correção gramatical no Google Docs; e Claude (Anthropic) versões Fable 5, Opus 4.8, Sonnet 4.6 e Haiku 4.5, utilizado como assistente de apoio à pesquisa e à escrita, com as finalidades de revisão crítica de trechos do texto em registro acadêmico, verificação de conformidade com as normas da ABNT, apoio à elaboração de versões preliminares de parágrafos e seções — sempre revisadas, reescritas e validadas por mim —, cotejo do texto com as demandas do exame de qualificação e simulação de leitura crítica do texto a partir dos perfis acadêmicos públicos dos membros da banca examinadora, como exercício de preparação para a arguição (*red teaming*).

Todas as referências sugeridas por ferramentas de inteligência artificial foram conferidas nas fontes originais, e nenhum conteúdo gerado foi incorporado ao trabalho sem revisão, verificação e reelaboração humanas. A responsabilidade integral pelo conteúdo final desta dissertação — inclusive por eventuais imprecisões — é exclusivamente minha, nos termos do art. 9º da referida portaria[4].

Em torno dessa discussão o texto está organizado em quatro seções, seguidas das considerações finais, que buscam conciliar o estudo de história de Penedo com as orientações da BNCC, as orientações pedagógicas para o ano letivo de 2025 da SEDUC-Alagoas, e temas que transcendem o local para colocar Penedo no fio da história global.

A primeira seção corresponde a esta introdução, na qual se delimita o campo teórico e metodológico que adotei neste trabalho.

A segunda seção traça uma retrospectiva autobiográfica de como me tornei o professor que hoje sou. É um memorial com passagens relevantes na construção da minha identidade transfronteiriça que pode dar pistas de porque acabei me encantando com esta cidade de tantas fronteiras, ao mesmo tempo em que este exercício autobiográfico também delimita esta proposta de estudo e de ensino.

Na terceira seção tento coligir dados sobre a história de Penedo de acordo com as fontes disponíveis, tanto de memorialistas dos séculos XIX e XX, como Silva Caroatá, Moreno Brandão e Aminadab Valente, como de trabalhos mais recentes como os de Ivone Peixoto (2020), Francisco Sales (2013), Ernani Méro (2018) e Luana Teixeira (2025).

A quarta seção é dedicada às sequências didáticas do roteiro de aprendizagem pelo centro histórico penedense que servirá como REA, ou seja, o produto didático-pedagógico fruto deste trabalho que ficará à disposição dos demais colegas professores de história para que possam aproveitar melhor as visitas técnicas e aulas de campo nesse imenso laboratório de história a céu aberto que é Penedo.

1.1 Sobre a execução da pesquisa

Antes de chegar ao produto final, o Recurso Educacional Aberto, o roteiro aqui proposto foi experimentado em diferentes contextos e com públicos distintos, desenvolvido no exercício regular da docência e através de atividades pedagógicas que extrapolaram a

[4] Os dois parágrafos sobre o uso de inteligência artificial foram elaborados majoritariamente com o Claude (Anthropic), versão Fable 5, a partir de dois comandos: o primeiro solicitando um parágrafo padrão sobre uso de IA em textos acadêmicos conforme a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026; o segundo, a incorporação da lista de ferramentas utilizadas e do uso específico de cada uma. Posteriormente revisei e alterei vários trechos, detalhando o emprego de cada ferramenta e ajustando o texto à minha voz.

EEPEM e mesmo Penedo. As vivências e experiências com as pessoas envolvidas nas aulas de estudo do meio foram realizadas em momentos distintos, que descrevo aqui com terminologia própria, distinguindo os participantes conforme residam ou não em Penedo: "docente residente – discentes residentes" no caso da minha relação com meus estudantes da 1ªC da Escola Estadual Professor Ernani Méro (EEPEM) e com "discentes-residentes" do IFAL Campus Penedo por ocasião do 3º Encontro de Humanidades deste campus, organizado pela Profa. Dra. Gisele Oliveira de Lima; "docente residente – docente visitante – discentes visitantes" com estudantes do IFAL Campus São Miguel dos Campos em três ocasiões entre 2025 e 2026, sempre acompanhados do professor responsável desse campus Prof. Dr. Igor de Lima e Silva; e "docente residente - docentes residentes" em um contexto de formação continuada com professoras da Escola Municipal Hannah Bertholet. Foi a partir dessas experiências que fui formando o desenho, a sequência e os ajustes finais dessa proposta. O exemplo mais nítido veio dos estudantes da 1ª série C. Diante do Oratório da Forca, eles perguntaram por que o lugar carrega esse nome se não há registro de enforcamento em Penedo. A pergunta mudou o lugar do oratório no roteiro: de ponto de passagem, tornou-se problema sobre os usos da memória — por que a cidade insiste em lembrar o edifício por uma função de que não há registro, e a quem convém essa lembrança. Foi desse episódio que nasceu a decisão de trazer o oratório para o centro da SD-2 e para o texto desta dissertação. A mesma pergunta, já incorporada ao roteiro, reaparece no diário de bordo de um estudante do IFAL transcrito adiante.

A primeira frente foi a 1ª série C da EEPEM, no âmbito do componente curricular Práticas de Integração com o Território (PIT), ao longo do ano letivo de 2025. O percurso, contudo, expôs os limites concretos que qualquer proposta de estudo do meio enfrenta na rede estadual alagoana: a carga horária do componente, fragmentada em dois encontros semanais de uma hora, inviabilizava saídas durante o turno regular; o regime integral da escola impedia a retirada dos estudantes de outras aulas; e a indisponibilidade de transporte para atividades pedagógicas — os ônibus da rede priorizam, compreensivelmente, o transporte escolar cotidiano de uma cidade essencialmente rural — impossibilitou o deslocamento da turma completa em situações de "aula regular". Somaram-se a isso a greve da educação estadual e o calendário de reposições aos sábados, dias em que a assiduidade era reduzida, e que deslocaram o início das atividades de estudo do meio com os discentes da 1ªC para as últimas semanas de agosto, ou seja, já próximo ao final do terceiro bimestre.

As saídas com a 1ªC realizaram-se, assim, com grupos menores, nas aulas de reposição aos sábados. Sendo assim, devido à baixa frequência das aulas de reposição, de uma

turma com 37 matriculados que havia na 1ªC em 2025, eu conseguia sair com grupos que variavam de 7 a 15 estudantes a cada sábado de reposição. Ao todo foram 16 sábados letivos em que consegui sair com parte da turma da 1ªC, começando pelo sábado 23 de agosto e se estendendo até o sábado 13 de dezembro. Os únicos sábados dentro desse período em que não houve atividade letiva foram os sábados do 1º e do 15 de novembro. Cada sábado a aula de PIT tinha uma duração diferente, já que a disponibilidade de tempo dependia de como ficaria o horário da reposição, se a aula de PIT fosse nas primeiras horas da manhã eu tinha menos tempo (em torno de 2h), porque tinha que voltar a tempo para o lanche dos estudantes; se fosse depois do lanche dispunha de um pouco mais de tempo (em torno de 3h), porém era mais arriscado, porque tinha que voltar com os estudantes antes que o ônibus escolar partisse, já que muitos dos estudantes da 1ªC dependiam do transporte escolar para a locomoção entre a residência e a escola.

A baixa assistência às aulas prejudicou o bom andamento do projeto, mas não o inviabilizou por completo devido à compartimentação em sequências didáticas que foi sendo adotada conforme os estudos do meio se desenvolviam com a turma. Dessa forma, dividi a turma em cinco grupos de mais ou menos sete estudantes, cada um responsável por estudar mais a fundo uma das paradas do roteiro que daria nome a cada uma das sequências. Como sempre havia pelo menos um integrante de cada grupo, esse integrante se responsabilizava por participar no estudo do meio em representação do grupo e trazer as principais questões a serem debatidas com o grupo na primeira aula da semana para elaboração dos trabalhos finais.

As saídas a campo com a 1ªC aconteciam sempre pensando em dois eixos estruturantes. O primeiro, desenvolvido em campo, era a problematização do patrimônio e do seu entorno, na tentativa de fomentar um estranhamento nos discentes, para que o que está posto não seja tomado como imutável, e sim como parte de processos históricos complexos que envolvem a cidade de Penedo, suas gentes, seu espaço e sua história. Após cada saída, quando nos encontrávamos na primeira aula da semana na escola, trabalhávamos os aspectos observados no entorno dos lugares selecionados. Por exemplo, ao indagar sobre a arquitetura dos lugares pode-se realizar inferências: gradil de ferro na fachada, remete ao século XIX? Edifício sem frontão, fachada colonial? Presença de azulejo português, pode indicar origem ou nível social? Diferentes arquiteturas num mesmo edifício, indica tendências arquitetônicas que nos permitem “ler” e inferir as distintas etapas de construção de um local? Distância em relação aos centros de poder da cidade? O que foi tombado e o que não? E como foi preservado o que foi tombado? E o que não está mais no entorno, o que foi silenciado? São

questões que, com a devida orientação de um professor, podem ser formuladas pelos estudantes.

O segundo eixo, desenvolvido em sala de aula, concentrava-se, primeiro, em pontuar alguns conceitos básicos necessários ao entendimento do percurso, como patrimônio, tombamento, a dualidade memória e história, ou o conceito de narrativa histórica. Esclarecidos os conceitos básicos do nosso estudo, partimos para cruzar esse conhecimento com os pontos levantados no percurso. Ao mesmo tempo, eu coligia e digitalizava material — fotos, textos e mapas — referentes à história de Penedo na biblioteca da FCP que pudesse complementar a observação dos estudantes sobre aquilo que eles observavam no percurso. Dessa forma, conseguimos estabelecer um diálogo entre conceitos básicos necessários ao estudo do meio, a observação ativa dos estudantes e a análise de fontes históricas.

Como produção de encerramento do componente, a turma, organizada em cinco grupos temáticos correspondentes às paradas do roteiro, elaborou textos sobre os pontos visitados; os resultados foram desiguais, e um deles chegou inteiramente gerado por inteligência artificial — experiência sobre a qual retornarei nas Considerações Finais, por suscitar questões relevantes sobre a relação dos estudantes com o passado e com as tecnologias do presente[5].

A segunda frente deu-se em parceria com o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), em dois campi e em duas configurações distintas. No Campus Penedo, o roteiro foi realizado com dois grupos de cerca de quarenta estudantes, de séries diversas e mediante inscrição prévia, no âmbito do 3º Encontro de Humanidades, em 26 de agosto de 2025 com um grupo matutino e um vespertino. Nessa oportunidade não houve avaliação imediata da aprendizagem, já que a proposta da atividade visava apenas à execução do roteiro; contei apenas com as observações e o retorno das impressões dos estudantes. Já com os discentes visitantes do IFAL – São Miguel dos Campos, conduzi o roteiro completo com três turmas de 2ª série do ensino médio integrado, de aproximadamente 35 estudantes cada, em 24 de setembro de 2025, 17 de outubro de 2025 e 3 de junho de 2026, em visitas técnicas acompanhadas pelo professor da disciplina de História Prof. Dr. Igor de Lima e Silva. Registre-se, a propósito, um contraste institucional palpável: em todas as atividades com o IFAL contei com o suporte de transporte que jamais consegui obter em minha própria rede — assimetria de infraestrutura que qualquer proposta de educação patrimonial no contexto alagoano precisa ter em conta. Dessa parceria resultou um desdobramento que interessa diretamente à discussão sobre a abertura do recurso:

[5] A produção final do estudantes da 1ª série C da EEPEM pode ser acessada no meu Google Drive Através do link: https://drive.google.com/drive/folders/1JGlHHyQ7jcc8ExJOEx7OEXiY6Q7SGivL?usp=sharing

o docente elaborou, a partir do roteiro, instrumento didático próprio — um caderno de campo com critérios de produção e avaliação —, exemplo concreto da apropriação e adaptação que caracterizam um Recurso Educacional Aberto, e não me parece coincidência que a apropriação tenha ocorrido justamente na configuração mediada por outro docente[6]. Desses percursos recebi ainda, por intermédio do Prof. Igor, os diários de bordo de dois estudantes — manuscritos e datados hora a hora ao longo do caminho. O registro de um deles encerra-se com um parágrafo que transcrevo na íntegra:

> A grande pergunta: a quem convém a história oficial?
> O professor guia levantou uma questão fundamental que liga cada um dos meus achados: o forte de pedra não é de pedra, a casa da aposentadoria não é para aposentados, e o oratório da forca não é da forca. Então porque o historiador, ou o discurso popular, insiste em reforçar esses lugares como são e com o nome que tem? Esta é a pergunta crítica da minha pesquisa de campo levantada pelo nosso professor guia, o professor Thiago [*sic*]: a quem convém contar essas histórias? O que essa simplificação esconde sobre as verdadeiras relações de poder e a violência fundadora da cidade? Minhas anotações sugerem que essas narrativas simplificadoras serviriam para amenizar a dureza do sistema de colonização, segregação e extermínio que de fato ocorreu no início de Penedo. (Diário de bordo de estudante do IFAL – Campus São Miguel dos Campos, 17 out. 2025).

Vale demorar no que esse registro faz. O estudante não reproduz as informações que recebeu durante a caminhada: ele as agrupa. Percebe que três paradas distintas compartilham a mesma estrutura — o nome do lugar não corresponde ao que o lugar é — e, a partir dessa regularidade, formula uma pergunta que não lhe foi dada pronta: a quem convém que seja assim. É a passagem da observação do vestígio para a interrogação do discurso que o nomeia, e é o que Lee (2016, p. 121) descreve ao falar em utilizar os conceitos de segunda ordem para inferir e testar afirmações sobre o passado. Operam ali, ao menos, a evidência — o vestígio material que não confirma o nome herdado — e a significância — a pergunta sobre quem decidiu o que seria lembrado, e sob que forma.

Registro também o que esse documento não é. É o diário de bordo de um estudante entre aproximadamente cento e cinco que percorreram o roteiro naquelas três visitas, e não autoriza nenhuma afirmação sobre a aprendizagem das turmas. O que ele demonstra é mais modesto e, para os fins desta proposta, suficiente: que o percurso pode produzir esse tipo de operação, e que ela é registrável. Medir sua incidência seria a pesquisa seguinte, e exigiria instrumento de avaliação que este trabalho não construiu[7].

A terceira frente ampliou o alcance do roteiro para além do público discente: em 11 de abril de 2026, a convite de uma antiga aluna minha do Ensino Médio, agora professora,

---

[6] O caderno de campo produzido pelo Prof. Igor de Lima pode ser acesado no meu Google Drive através do link: https://drive.google.com/file/d/1gYjChj_AVipyw6NT6u-4wYJXtkPDTpBc/view?usp=sharing

[7] O diário de bordo do aluno Maxuel pode ser acessado no meu Google Drive através do link: https://drive.google.com/file/d/1s8PZo2-HHs3xuIsxSE9-Ql2q3BPMbZXa/view?usp=sharing

apliquei o percurso com sete educadoras da Educação Infantil da Escola Municipal Hannah Bertholet, em atividade de formação continuada de professores. As educadoras realizaram o roteiro na condição de aprendizes, vivenciando as paradas, as fontes e as questões propostas, e não apenas como sequência didática para estudantes da educação básica. O foco foi principalmente a metodologia para ensino de história através do patrimônio histórico de Penedo, assim como uma ampliação do conhecimento sobre a história da própria cidade.

2 MEMORIAL AUTOBIOGRÁFICO

A motivação para essa pesquisa surge a partir da minha mudança para Penedo, cidade ribeirinha às margens alagoanas do Baixo São Francisco. Antes só conhecia o município pelos dados do Censo do IBGE, pelos índices do IDEB e pelos relatos de usuários das redes sociais como a cidade de um famoso influenciador digital. Nada mais!

Como carecia de muitas referências, as gratas surpresas começaram quando fui pela primeira vez ao município. Era começo de janeiro de 2019, eu morava em Salvador (BA) com minha esposa e filha e havia acabado de ser nomeado para ocupar o cargo de professor de história da rede pública de educação básica de Alagoas. O primeiro passo foi ir a Penedo buscar um lugar para morar. Partimos da capital soteropolitana na manhã da segunda-feira, 14 de janeiro; no fim da tarde, estávamos entrando na balsa que realiza a travessia do rio São Francisco de Neópolis, Sergipe, para Penedo, Alagoas. Pela primeira vez pude contemplar o centro histórico, as igrejas e suas torres, o Hotel São Francisco, a *prainha*, a linha retorcida dos telhados do casario colonial, o rebuliço do ir e vir das lanchas, balsas e canoas do porto, toda essa paisagem dourada pelo sol poente me proporcionou uma primeira imagem de Penedo da qual vai ser difícil de esquecer.

Imagem 1 — Vista de Penedo a partir da balsa

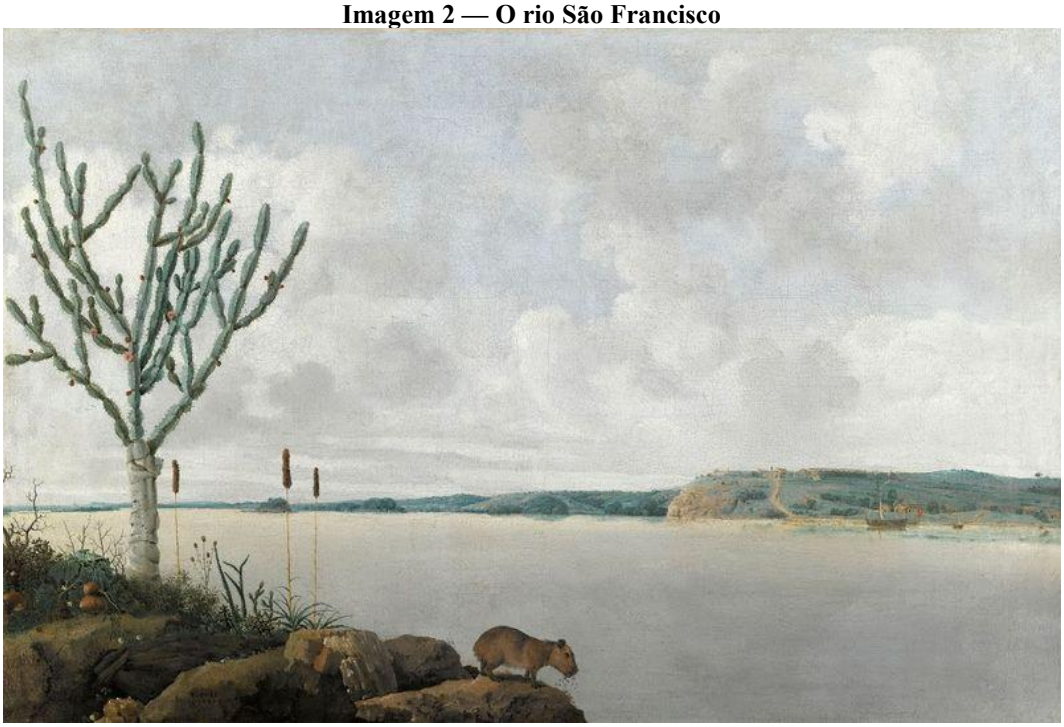


Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

Sobre as maneiras de se chegar em Penedo, já dizia Francisco A. Sales, no seu "Arruando para o Forte: roteiro sentimental da cidade do Penedo" que são quatro: "a primeira é a dos sonhos, pelos ares, por vezes olhando fotos novas e antigas em revistas e catálogos e imaginando o que se esconde sob os telhados, por trás das portas" (Sales, 2013, p. 21); por terra, através da BR-101; também por terra, pela estadual AL-101; mas "o melhor, no entanto,

é o caminho de quem vem por Sergipe, chegando no Penedo pelo rio, na balsa que se toma num recanto chamado Passagem, isso em Neópolis, que os antigos chamavam de Vila Nova" (Sales, 2013, p. 22).

Imagem 2 — O rio São Francisco



Fonte: POST, Frans. O rio São Francisco e o Forte Maurício, 1639. Óleo sobre tela, 62 x 95 cm. Museu do Louvre, Paris. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Frans_Post_001.jpg. Acesso em: 11 fev. 2025.

Durante o périplo para encontrar uma casa para alugar, dirigimos por cinco dias por todas as partes da cidade e um pouco mais além. Desses primeiros percursos não foi difícil perceber que Penedo guarda semelhanças com outras cidades históricas e tem uma historicidade latente, que salta aos olhos de historiadores mais atentos ao mundo que o cerca. Sua localização como porto fluvial ideal na rota entre Recife e Salvador, seu casario do século XIX e do XX, suas igrejas centenárias, seu traçado urbano tipicamente ao estilo colonial português com o espaço reservado ao comércio - a cidade baixa - e outro para moradia - a cidade alta - quase tudo no patrimônio penedense quer contar uma história: a história da formação do Brasil a partir do povoamento e formação desta cidade ribeirinha.

Essa percepção da historicidade de Penedo foi sendo aperfeiçoada ao longo desses sete anos morando e trabalhando na cidade, depois de dar aula em pelo menos três escolas, de trabalhar com muitos penedenses e de estar cuidando do acervo da Biblioteca F. A. Sales da Fundação Casa do Penedo. Aprendi mais da história da cidade e ouvi muitos outros relatos de sua gente, hoje posso dizer que aquela percepção original da historicidade de Penedo

amadureceu e levou a algumas ponderações que surgiram ao longo de muita vivência do meio e da sala de aula.

Penedo tem uma história impressionante. Abrange desde o período pré-colonial até os nossos dias, perpassando os períodos Colonial, Imperial e Republicano. Este percurso histórico se apresenta através do seu patrimônio arquitetônico, paisagístico, urbanístico e de suas manifestações culturais. Neste sentido, a cidade, seus habitantes, sua cultura, sua história, proporcionam um laboratório de história podendo ser muito bem explorado para o ensino de história. No entanto, após seis anos dentro das salas de aula da rede estadual de Penedo, arrisco-me a dizer que existe, entre os penedenses, uma modesta compreensão da profundidade histórica da cidade que habitam. Constatação que, por si, já justifica a necessidade de um recurso educacional associado ao campo do ensino de história e da educação patrimonial voltados a esta perspectiva.

2.1 Infância e adolescência: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco.

Eu nasci na manhã do dia 24 de abril de 1984, um dia antes da derrota da votação da emenda Dante de Oliveira, em plena campanha das Diretas Já. Nasci na capital carioca, Rio de Janeiro, mas minha primeira infância foi em Duque de Caxias, ligada à zona metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Sou filho de Gilberto Mendes Rios, um cearense de Chaval, nascido na histórica seca de 1958. Assim como seus antepassados começou a vida ensacando sal, catando guaiamum no mangue e pescando na maré para sobreviver. Por volta dos 15 anos, cerca do ano de 1973, fugiu de casa para Fortaleza, para poder estudar, contrariando meu avô que o queria trabalhando nos barcos com ele. Acho importante contar esta parte porque ressalta o quanto o estudo sempre foi importante para meu pai e como esse empenho dele em estudar seria importante para mim também. Creio que beirando os dezoito anos, meu pai foi para o Rio de Janeiro. Começou a trabalhar e fazer faculdade, conciliando os estudos em participações de alguns festivais e concursos de MPB. A essa altura, no começo dos anos 80, e já com seus vinte e tantos anos, ele também tocava violão na igreja, onde conheceu minha mãe.

Minha mãe, que tem nome de solteira de Maria Conceição Lustosa Pires, nasceu em 1954 no sertão paraibano, no sítio Bom Nome, localizado na cidade de Catingueira. Apesar de ser agricultora, como os seus antepassados, minha mãe estudou muito desde pequena. Isso se deve ao fato de que minha avó materna, Dona Naná, era professora na cidade. Esse é outro fato do qual não posso me esquivar em contar, porque quando mais jovem, ia na cidade e me

impressionava muito a quantidade de gente que me reconhecia apenas porque encontraram um parecido meu com minha avó, e se emocionaram muito ao dizer que haviam aprendido a ler e a escrever com ela. Creio que isso também vai ter relevância na minha escolha acadêmica e de vida.

Em 1968, aos 14 anos, minha mãe chegou com sua irmã no Rio de Janeiro. Moravam juntas sempre na casa de algum dos outros irmãos mais velhos (eram 6 irmãos mais velhos, ao todo). Aos 15 começou a trabalhar no Banco do Brasil, de onde só saiu por um breve período (provavelmente 1982) quando decidiu ser freira, retornando ao banco logo em seguida. Nessa época ela cantava no coro da igreja, onde conheceu meu pai. Se casaram em julho de 1983, e no ano seguinte eu vim ao mundo. Um ano depois meu irmão, e em 1987 minha irmã.

Morávamos na Vila São Bento, no bairro do Gramacho. Se Duque de Caxias é uma cidade da periferia metropolitana do Rio de Janeiro, São Bento é periferia de Duque de Caxias. E, como tantas periferias da região metropolitana do Rio nos anos 80, era problemático. Furtos, assaltos, roubos, homicídios eram uma constante. Muitas vezes, quando saíamos, uma turba de crianças soltando pipa ou andando de bicicleta pelo bairro e pelos campos ao redor, sempre acontecia alguma coisa. Mais de uma vez nos deparamos com algum corpo jogado na linha do trem que passava por detrás da vila. E, apesar das brincadeiras de soltar pipa, andar de bicicleta, jogar bola, bolinha-de-gude, marimba e outras criancices, minhas lembranças do Rio de Janeiro em geral não são tão alegres.

Em 1991, com sete anos, eu já havia sido assaltado umas quatro ou cinco vezes. Provavelmente a violência foi um dos motivos que levou meus pais a sair do Rio de Janeiro. Assim, no final daquele ano, nos mudamos para Divinópolis, cidade do interior de Minas Gerais.

Vida tranquila e pacata. Primeiro moramos num edifício perto do centro da cidade e estudávamos na Escola Estadual São Francisco de Assis. Depois nos mudamos para um bairro mais afastado do centro e fomos estudar numa cooperativa educacional dentro do campus da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Nesses três anos (de 1991 a 1994) que moramos em Divinópolis, minha vida se resumia a andar de bicicleta, brincar na rua a tarde inteira, catar manga no quintal, e essas coisas de crianças dos anos 90.

No entanto, meus pais queriam voltar para o Nordeste. A primeira ideia era Fortaleza, porém terminamos em Recife. Saímos dia 17 de dezembro de 1994 numa Parati a álcool munidos de muito galeto seco com farinha, e várias canções para cantar com meus dois irmãos no caminho. Chegamos em Recife na noite do dia 19 de dezembro.

Passamos o Natal na casa de meu tio em Recife, depois, em janeiro de 1995, fomos direto para a Catingueira, passar as festas de São Sebastião.

Catingueira, então, passaria a ser uma parte fundamental de mim. Se hoje me considero *parabucano* - meio pernambucano, meio paraibano - é em grande parte porque estava sempre com um pé em Recife e outro no sertão catingueirense.

Catingueira é uma típica cidadezinha do alto sertão paraibano: a pista que corta a cidade, a igreja de São Sebastião, os correios, a pracinha central, a prefeitura e pouco mais. Nos anos noventa ainda não havia linhas de telefone domésticas, de modo que, se quisesse ligar para alguém tinha que ir ao posto da TELPA e pedir uma ligação à operadora de telefonia que te indicava a cabine. A eletricidade sempre falhava por dois dias ou mais e, portanto, não funcionava a bomba de água do açude, então tinha que se contratar um carroceiro que trazia água do açude numa carroça e tínhamos que encher a caixa d'água no braço. Ainda assim a cidade tem algumas peculiaridades: uma serra magnífica com fauna diversa e cachoeiras no seu topo (na época do inverno); as terras baldias do município pertencem todas a São Sebastião (ou seja à paróquia); tem como filho mais ilustre Inácio da Catingueira, um escravizado, cantador de repente ao pandeiro, que protagonizou com Romano do Teixeira, em Patos, uma das pelejas mais célebres da cantoria nordestina. Ainda há vaquejadas, açudes, lendas, casas assombradas, gente nas calçadas de prosa, parquinhos movidos a mão, feira nos domingos etc. Estou intimamente ligado a este lugar. Esse universo cultural é parte intrínseca de mim, sempre levo um pouco de sertão comigo.

Ao mesmo tempo também vivia a cena manguebeat das ruas do Recife. Estava sempre nas ruas. Ia andando sozinho para a escola, voltava sozinho, matava aula para ir à praia de Boa Viagem ou jogar sinuca nas favelas de Casa Amarela com os amigos. Às vezes íamos jogar bola na várzea do Capibaribe ou ir a um museu de arte no centro. Nessa época também comecei a trabalhar. Comecei na pequena fábrica de camisetas que meu pai administrava na época: cortava malha, ajudava nos desenhos e na estamparia, e vendia as sobras de temporada na feira livre de Casa Amarela.

2.2 Juventude e vida adulta: Recife, São Paulo, Espanha e Universidad de Valladolid.

Na virada do milênio, com quinze anos, já estava metido com arte, com música e com a política de Recife. Participava de fanzines, de maracatus, de cavalos-marinhos, ia para

muitos shows, estava sempre pelos lugares da cena alternativa de Recife. Mas estava muito envolvido, sobretudo com a música. Meu pai já tocava violão, meu irmão começou a aprender e logo eu também. Em pouco tempo estava tocando contrabaixo nas bandas de rock e manguebeat de Recife.

A movimentação na cena alternativa também me levou à movimentação política. Comecei com o grêmio estudantil na escola, depois me engajei na juventude de alguns partidos de esquerda e foi através dessa movimentação política que começou minha primeira experiência em lecionar: dar aulas de reforço de português e matemática nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra nas proximidades da zona metropolitana do Recife.

Cursei o Ensino Médio em uma escola particular da zona norte de Recife. Em 2001, na 3ª série do Ensino Médio, tentei vestibular na UFPE para Publicidade e Comunicação: não passei. Em 2002 comecei a levar os estudos mais a sério e, paralelamente, consegui um estágio em uma empresa de publicidade: detestei. O ambiente comercial não me agradou. A publicidade me parecia uma grande mentira tentando vender mais mentiras. Comecei a me sentir mal por fazer parte daquele engano.

Ora, sempre gostei da área de humanas, especialmente de história. Também gostava de ler literatura em geral, mas a história me dava um "porquê" das coisas, me ajudava a decifrar o mundo e entendê-lo melhor. Estava decidido: iria tentar o vestibular para história!

No final daquele ano prestei vestibular para história na UPE e na UFPE. Passei nas duas, mas no final optei pela UFPE: o curso era melhor e era em Recife; na época o curso de história da UPE era em Nazaré da Mata. Optei pela 2ª entrada, que seria em outubro de 2003. Tinha o ano todo de "férias" antes de começar os estudos.

Logo no início do ano fiquei sabendo através de alguns amigos que a UFPE tinha um acordo de intercâmbio para estudar na Espanha. Informei-me como funcionava o processo e fui me inscrever no setor de relações internacionais da Federal. Mal sabia eu que aquilo mudaria minha vida para sempre. Me inscrevi e esqueci da universidade, estava de "férias prolongadas" e queria curtir.

Nessa época, 2003, eu tinha uma banda com mais dois integrantes: os irmãos Madureira responsáveis pelo Balé Brasílica do Recife. A banda ia bem. Como tinha tempo, ensaiávamos bastante e tocávamos em vários lugares. Em março os rapazes falaram que o balé iria se apresentar em Blumenau, Santa Catarina, e que eu poderia ir como músico, me apresentar com o balé e, depois, poderíamos tentar alguns shows com nossa banda na cidade.

Foi um sucesso! Tocamos bem com o balé, e arrastamos um bom público na praça central da cidade com a banda.

Na volta de Santa Catarina, o Brasílica conseguiu arranjar uma apresentação com os Meninos do Morumbi num dos SESCs de São Paulo: outro sucesso!

Apesar de tudo organizado para a volta a Recife, terminei ficando em São Paulo com meus colegas de banda por mais 6 meses. Foi uma temporada rica em experiências, em que eu pude (sobre)viver da música, da arte e da malandragem.

Meus parceiros de banda começaram a trabalhar cedo, um dando aulas de música e construindo instrumentos; o segundo dando aulas de dança e tocando como músico contratado em outras bandas. Eu aproveitei meus conhecimentos em estamparia e comecei a pintar camisetas para vender nas lojas de roupa alternativa da Vila Madalena. Também continuamos tocando e a banda começou a colher seus frutos. Apesar das dificuldades financeiras de viver de arte e música, as coisas estavam se encaminhando para uma melhora.

Foi quando numa terça feira no final de agosto, numa conversa telefônica com minha mãe, ela me falou que a UFPE havia entrado em contato sobre a oportunidade de realizar o intercâmbio na Espanha. A princípio queria ficar em São Paulo e continuar a vida de músico/artista; mas já havia passado pela experiência, então decidi voltar para Recife e tentar novas experiências com o intercâmbio. Assim terminava minha breve "carreira artística" e começava minha carreira acadêmica.

O intercâmbio com a Universidad de Valladolid (UVa), localizada na cidade de mesmo nome no norte da Espanha, seria para cursar todo o curso de história naquela universidade (05 anos) com a promessa de revalidação automática pela própria UFPE no retorno ao Brasil. Para a matrícula em Valladolid nos exigiam um certificado de conhecimentos mínimos em espanhol e o diploma de conclusão de duas disciplinas pela UFPE: História Antiga Universal e História Contemporânea Universal. O curso de espanhol ocorreu durante todo o mês de setembro, e as duas disciplinas foram ministradas por dois professores da UFPE na própria universidade. Pessoalmente, por outro lado, tinha que dar entrada na documentação do visto Schengen de residência europeu e outras burocracias.

Na última semana de setembro estava tudo preparado: diploma de espanhol básico nas mãos, certificado de conclusão das disciplinas obrigatórias da UFPE também, documentação em ordem, passagem - só de ida - comprada, a pouca bagagem que eu tinha empacotada… tudo certo!

Subi no avião no fim de tarde do dia 29 de setembro de 2003 com 19 anos. Até então, não lembro de alguma vez ter chorado tanto! Era um misto de muitos sentimentos: saudade,

euforia, tristeza, dúvidas, emoção, solidão, etc. Mas foi o caminho que eu escolhi e acreditava que não tinha mais volta.

O primeiro choque de realidade me exigiu uma reconfiguração identitária da condição de brasileiro para a condição de "sudamericano", na verdade, à condição de *sudaka*. *Sudaka* é uma corruptela de *sudamericano* que se utiliza na Espanha como categoria marginalizante para os latino-americanos, o que resume bem minha situação acadêmica. Eu era alguém subalternizado e indesejado naquela faculdade e isso ficou bem claro já no primeiro dia ao ir fazer a matrícula.

Fui fazer a matrícula com Daniela, uma menina que também ia cursar história. Mas na secretaria da *Facultad de Filosofía y Letras* nos disseram que não podíamos nos matricular porque não tínhamos um determinado documento relacionado à *selectividad*, o vestibular do país. Eu não falava quase nada de castelhano, Daniela tampouco, não entendíamos quase nada do que falavam, mas notava-se o desprezo e arrogância na fala do secretário tendo que tratar com dois *sudakas* audaciosos querendo estudar em Valladolid.

Daniela e eu fomos conversar com o Professor Celso Almuiña do departamento de história contemporânea, um galego que arranhava um "portunhol", ele foi o artífice do acordo de intercâmbio entre a UFPE e a UVa (Universidad de Valladolid). Celso ficou furioso! Nos acompanhou até a secretaria e, não sei como, porque não entendia nada, resolveu o problema. Depois nos mostrou as disciplinas em que estávamos matriculados, nos mostrou as salas de aula e nos ajudou a fazer o horário.

Muitas vezes que digo que me formei na Espanha as pessoas no Brasil franzem o queixo, arqueiam as sobrancelhas e fazem um grunhido de "uau", como se estudar a graduação lá fosse melhor que aqui. Talvez fosse naquele começo dos anos 2000, nunca saberei; mas não é que seja - ou que fosse - melhor… só era (e é) diferente.

A carga horária era e ainda é muito superior. Atualmente na UFS a Licenciatura em História prevê 3135 horas aula, o antigo programa de licenciatura em história em Valladolid passava de 5100 horas nos cinco anos para obter o grau de licenciado, hoje em dia são cerca de 4000 horas em quatro anos.

Havia uma diferença muito grande no currículo. Naquela época as licenciaturas na Espanha não tinham disciplinas relacionadas a pedagogia ou ao ensino do curso. Para poder lecionar, o licenciado ainda teria que fazer o mestrado em educação que o habilitava a dar aulas. Além do mais, comparando com o currículo da UFS, UFPB e UFPE, que são as três universidades com que tive contato aqui no Brasil, o curso de história aqui preza muito pelas disciplinas de teoria e de historiografia, assim como pela metodologia de pesquisa científica.

Em Valladolid as disciplinas de conteúdos substantivos (Cainelli; Barca, 2018) correspondem à quase totalidade do currículo de história. A única exceção era no departamento de Pré-História e Arqueologia (o maior da UVa), que tinha um orçamento generoso e levava a cabo várias escavações no território espanhol, contando sempre com alunos da graduação estagiando em seus projetos. Eu fui um deles. Participei de prospecções de território, escavações e tratamento de material no departamento de arqueologia. Anos mais tarde, foi essa experiência na arqueologia que me levou a perceber que o espaço urbano pode ser lido de forma estratigráfica — percepção que se tornaria fundamental para a análise da paisagem histórica de Penedo. Assim como cada camada de solo corresponde a um período histórico, em Penedo cada ladeira nos leva a um momento da história do Brasil.

Outro aspecto a se ter em conta é a diferença na orientação teórica: na Espanha, ou ao menos dentro da minha experiência em Valladolid, costumavam ser assumidamente tradicionalistas e eurocentristas, já aqui no Brasil estamos tentando fugir do eurocentrismo e buscando novas abordagens para a história. Inclusive as disciplinas sobre América, com quem a Espanha tem uma grande ligação cultural, eram abordadas sempre do ponto de vista dos grandes descobrimentos, dos grandes homens e da metrópole. Salvo duas exceções, a professora Mercedes Cano Herrera, que lecionava a disciplina de Introdução à Antropologia e sempre se esforçava em trazer o olhar da história vista de baixo, especialmente dos povos tradicionais da América do Sul; e a professora Izabel del Val, que centrava suas aulas nas figuras femininas, majoritariamente espanholas, mas tinha também uma predileção pela Ásia.

O curso era dividido em dois ciclos com disciplinas obrigatórias anuais e semestrais - oferecidas dentro do programa de história - e disciplinas eletivas - que podiam ser cursadas em qualquer uma das várias faculdades e centros da UVa. O primeiro ciclo correspondia aos três primeiros anos e tinha uma carga maior de disciplinas obrigatórias. Já no segundo ciclo, correspondente aos dois últimos anos, o estudante podia decidir se queria seguir um currículo mais voltado à pré-história e à arqueologia; história antiga e medieval; ou se preferia trilhar os estudos pela história moderna e contemporânea. Eu escolhi o terceiro, obviamente, porque ainda que não houvesse disciplinas sobre o Brasil, havia oferta de disciplinas de América, especialmente sobre América Latina.

Essa escolha influenciou na mudança dos meus sentimentos de pertencimento e instaurou a confusão identitária na minha cabeça: se até então eu tinha certeza de ser "parabucano", alguns anos depois já me identificava como latino-americano, e propositadamente como *sudaka*, numa tentativa de ressignificar o termo ao menos para mim. Claro que essa mudança não se deu somente na universidade. Foi trabalhando de panfleteiro,

pedreiro, gesseiro, motorista, caminhoneiro, auxiliar de armazém, faxineiro, garçom, ajudante de cozinha, entregador etc. Em todos esses trabalhos sempre havia um latino-americano comigo. Peruanos, cubanos, colombianos, venezuelanos, uruguaios, chilenos, mexicanos, bolivianos, etc. O convívio com os *sudakas* me fez sentir mais latino-americano. E é curioso como tive que sair da América Latina para me sentir latino-americano.

Embora o consumo de milho e mandioca constitua um traço cultural que se estende por todo o eixo continental, do Rio Grande ao Ushuaia, a percepção de proximidade cultural na costa atlântica do Brasil é notadamente mais acentuada em relação ao continente africano do que com *nuestros hermanos* sul-americanos como Peru ou Venezuela. Essa observação sugere que, a despeito do pertencimento à América Latina, o Brasil (em especial o Nordeste) mantém um vínculo cultural mais proeminente com o continente africano do que com as nações vizinhas. Suponho que essa orientação seja particularmente maior na região Nordeste, pela própria proximidade geográfica com a costa ocidental africana; pode ser que, em áreas limítrofes com outros países latino-americanos a dinâmica de interconexão e pertencimento possa ser distinta.

Demorei nove anos e meio para terminar os cinco anos do curso de história em Valladolid. Quando comecei tinha muito claro que eu não conseguiria terminar no prazo: tinha que aprender o idioma, teria que trabalhar e já havia entendido que não era bem-vindo ali. Me dei um prazo de sete a oito anos: terminei em nove e meio. Não foi nada fácil. Foram muitos reveses, tanto de dentro da universidade quanto da vida pessoal. Alguns exemplos: no segundo ano roubaram todo meu dinheiro da matrícula e da caução do aluguel, tive que atrasar um ano porque não podia me matricular; na maior parte desses anos trabalhei de manhã descarregando caminhões, à tarde ia para aula e de noite trabalhava em bares e restaurantes como garçom ou ajudante de cozinha; em 2007 cancelaram todos os vistos de estudantes de todos os estudantes estrangeiros da Universidade de Valladolid, muitos voltaram a seus países, eu consegui um visto de trabalho, mas tive que trabalhar mais ainda para pagar os custos burocráticos do visto; mais de um professor me aconselhou a desistir e voltar para o meu país pois não podia ter bolsa nem ajuda de custo do Estado porque não era nacionalizado. Além disso, a crise econômica de 2008 e outros percalços também acresceram alguns reveses.

2.3 De volta ao Brasil: UFPB, Salvador e Penedo.

Concluí o curso em janeiro de 2013, o diploma saiu em junho daquele ano. Comprei a passagem de volta para o começo de agosto. Eu fui direto na UFPE perguntar sobre a tal revalidação automática. Surpresa: segundo a UFPE o convênio nunca existiu e nem eu nem nenhum dos alunos com diploma estrangeiro poderíamos revalidar automaticamente. Me informei como funcionava o processo, outra surpresa: era uma fortuna! A UFPE cobrava uma quantia relevante de dinheiro por cada disciplina revalidada. No total, meu processo de revalidação na UFPE custaria em torno de R$ 5.000, que se hoje é uma boa quantia de dinheiro, em 2013 era uma fortuna.

Então, fui fazer uma pesquisa em outras universidades do nordeste. Fui à UFRPE, UFPB, UFCG, UFRN, UFC, UFMA, de todas, a única que não cobrava pelo processo de revalidação era a UFPB: me decidi por ela.

Em setembro de 2013 tentei dar entrada no processo de revalidação na UFPB e mais uma surpresa: necessitava da ementa do curso. Mas não havia na Espanha nenhum documento parecido. Os professores são catedráticos e quem está no cargo escolhe seu sucessor a dedo, não há concurso público, isso dá uma liberdade enorme aos professores, inclusive de não fazerem ementas das suas disciplinas ou mesmo da universidade não fazer ementa de curso algum.

Assim, depois de um mês no Brasil, tive que voltar a Valladolid - dessa vez com passagem de volta marcada - para conseguir elaborar um dossiê com todas as ementas de todas as disciplinas que havia cursado e que fossem o mais próximo possível de uma ementa de curso superior de uma universidade brasileira. Eu devo ter cursado mais ou menos umas 60 disciplinas na licenciatura na UVa, e tive que ir atrás de cada professor, de cada disciplina, de cada um dos dez anos que estive matriculado e pedir a cada um que elaborasse um documento que se assemelhasse a uma ementa brasileira. E ainda teria que traduzir e autenticar todos os documentos no Ministério da Educação da Espanha, Ministério das Relações Exteriores da Espanha e no Consulado Brasileiro para que tivesse legitimidade no Brasil.

O fato é que consegui todas as ementas de disciplinas, a autenticação do Ministério da Educação da Espanha, do Ministério das Relações Exteriores da Espanha, a apostila da Convenção da Haia, a tradução juramentada e a autenticação no consulado brasileiro. Tudo a tempo para retornar. E no dia 29 de setembro de 2013 voltei com todos os documentos para o Brasil. Dez anos depois de partir, voltava a um país que não era mais o mesmo que eu havia deixado.

Consegui dar entrada na revalidação na UFPB no começo de outubro de 2013 e mais uma surpresa: logo começava uma greve dos servidores técnicos das federais que atrasaria o processo de revalidação até março do ano seguinte. Quando o processo foi deferido e as aulas iriam começar, teve início a greve dos professores das federais. Pelo menos essa foi rápida e ao final de abril de 2014 estava começando a estudar na UFPB.

Os professores que analisaram meu processo de revalidação decidiram que teria que cursar somente as disciplinas da área de educação. Infelizmente, nenhuma disciplina de história do Brasil. Eram cinco disciplinas mais os três estágios em docência que, segundo meus cálculos, levaria dois anos de trabalho.

A entrada no curso de licenciatura em história na UFPB foi um choque para mim. Tudo era muito diferente da vida acadêmica que tinha tido até então. Podia chamar os professores pelo primeiro nome sem necessidade de colocar o cargo antes de chamá-los pelo sobrenome; o ensino era muito mais dialógico, ouviam-se os alunos. Havia propostas temáticas completamente diferentes dos conteúdos estáticos da Espanha; os trabalhos eram em grupo; ouvíamos e falávamos muito em Paulo Freire. Claro que estava cursando as disciplinas do Departamento de Educação e tudo aquilo era muito novo e diferente para mim.

No primeiro ano terminei as cinco disciplinas e o Estágio 1 de observação em uma escola municipal de Ensino Fundamental de João Pessoa. Os estágios 2 e 3 de regência foram feitos em uma escola estadual que me encantou, o Centro Estadual Experimental de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário (CEEEAS), fruto da parceria entre Secretaria Estadual de Educação e Cultura da Paraíba - SEEC/PB e a Cooperativa de Ensino de João Pessoa Ltda. - CEJP. Aprendi muito ali. Tive dois professores colaboradores muito bons que me ajudaram bastante a começar a dar aulas de história.

No começo de 2016, quando estava no Estágio 2 aconteceram três coisas importantes. Primeiro, comecei a dar aulas de espanhol pelo Pronatec para jovens trabalhadores do Porto de Cabedelo, cidade vizinha a João Pessoa. Meus alunos tinham pretensões de trabalhar embarcado em navios da marinha comercial. Essa experiência foi uma das melhores experiências docentes que tive no Brasil. Ali aprendi muito sobre o Brasil dos últimos dez anos em que estive fora e sobre como havia mudado a mentalidade do brasileiro.

Segundo, consegui entrar como ouvinte no mestrado acadêmico de história da UFPB. Cursava só duas disciplinas, mas foi suficiente para mexer com minhas bases epistemológicas. Um dos professores, João Bueno - um cara peculiar que se autointitulava um terrorista da educação - me fez pensar e repensar muito acerca da minha formação e das possibilidades de

pesquisar sobre história no Brasil. Mas, talvez, o que mais me marcou foi seu jeito incisivo de lecionar, sempre provocativo, sempre buscando os pontos cegos do nosso conhecimento.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, minha então namorada e atual companheira engravidou. Ela morava em Salvador e o bebê nasceria em dezembro daquele convulsivo ano de 2016. Portanto, tinha que terminar os estudos em novembro de todo jeito, afinal já havia acertado que me mudaria para Salvador.

Consegui adiantar todas as avaliações para novembro, entreguei o relatório de estágio dia 18, preparei minha pequena mudança e parti para Salvador da Bahia no dia 26 de novembro. Menos de duas semanas depois, dia 08 de dezembro, dia de Oxum naquela capital, nascia minha filha, Maria Luisa.

Em Salvador ainda trabalhei como professor de espanhol e de história em cursinhos pré-vestibulares, mas os salários eram baixíssimos e o custo de vida em Salvador altíssimo. Minha companheira estava no último ano da licenciatura em Sociologia e vivia da bolsa de graduação e de alguns trabalhos de consultoria no Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Decidi que era hora de começar a estudar para concursos de professor de Educação Básica. Comecei a estudar em março de 2017 e em abril do ano seguinte começaram a sair os primeiros resultados positivos: havia sido aprovado na rede estadual do Mato Grosso, de Minas Gerais, do Espírito Santo, num PSS na Bahia, no Ceará e em Alagoas. De todos esses lugares o melhor para manter a família unida era em Penedo, Alagoas, apesar de ser o salário mais baixo dentre todos os concursos que havia aprovado aquele ano. Porém, minha companheira havia entrado no mestrado em sociologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Penedo tem um ônibus noturno direto para Salvador, o que permitiria a minha companheira morar conosco em Penedo e prosseguir no mestrado em sociologia da UFBA que ela estava se preparando para começar

Em dezembro de 2018, estava ansioso para a nomeação em Penedo mas a que saiu primeiro foi a do Espírito Santo. Como trabalho de servidor é algo que não se nega, decidi tomar posse no Espírito Santo até que fosse nomeado para Alagoas. Entraria em exercício na pequeníssima Divino de São Lourenço, na tríplice fronteira de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, aos pés do parque da Cachoeira da Fumaça. Era começo de dezembro, eu estava no ônibus perto de Vitória da Conquista, Bahia, caminho ao meu novo emprego quando minha companheira me ligou: “Desce do ônibus e volta que o governador de Alagoas vai nomear na próxima sexta feira”. Foi exatamente o que eu fiz, desci na estação mais próxima e peguei um ônibus de volta para Salvador.

Como dito antes, chegamos em Penedo em janeiro de 2019, e logo me impressionei pela sua historicidade e pelo bom estado de seu patrimônio material. A cidade é uma das mais antigas do Brasil, tem estratos históricos indígenas, franceses, holandeses, africanos e portugueses. A entrada no período republicano e o século XX trouxe também novos substratos históricos para Penedo, assim como suprimiu antigos.

Ainda assim, o mais interessante na cidade é a disposição dos elementos que configuram essa historicidade. Muito cedo percebi que a paisagem histórica do centro urbano de Penedo segue uma linha quase retilínea e ascendente que acompanha a topografia da cidade de forma que o centro da cidade fica no seu ponto mais baixo - próximo ao Rio São Francisco - e corresponde ao seu núcleo de ocupação mais antigo também. Subindo em linha reta em direção leste, observei que havia uma sequência cronológica heterogênea na disposição dos edifícios e de seus espaços históricos de forma que partindo do centro, que é o ponto mais antigo e mais baixo da cidade, em direção à saída de Piaçabuçu - saída leste - há uma linha quase reta que traz elementos de cada fase histórica do Brasil de forma cronológica, passando por Colônia, Império e República.

Essa disposição cronológica pode ser um importante suporte de ensino de história para os estudantes relacionarem não só os processos históricos do Brasil e do mundo, mas, também, para desenvolver uma concepção ruseniana de consciência histórica nos indivíduos e um maior sentimento de pertencimento ao seu lugar e a historicidade de Penedo. Fazendo uma analogia com o trabalho arqueológico existe uma estratigrafia na paisagem penedense que nos permite afirmar com bastante segurança que a parte mais antiga da cidade está embaixo - na *cidade baixa* - e que à medida que se vai subindo pelas ruas e avenidas centrais vamos encontrando o Penedo mais recente.

Meu segundo ano em Penedo já foi na pandemia de COVID-19. O isolamento não me permitiu avançar nessa ideia mas já no segundo semestre de 2021 comecei a conversar com pessoas da cidade (historiadores, turismólogos, intelectuais, professores, penedenses, etc) sobre essa teoria da sequência cronológica da ocupação do espaço urbano de Penedo e não encontrei quem a tivesse formulado antes. Foi quando surgiu a ideia de colocar isso num projeto de pesquisa.

2.4 ProfHistória, crise e resiliência (2024-2026).

Esse momento coincidiu com minha descoberta do ProfHistória e seu modelo voltado para o ensino de história. E quando descobri que havia ProfHistória na UFS me

animei ainda mais. Desde então se tornou um sonho poder cursar o ProfHistória e levar a cabo essa pesquisa sobre a cidade que eu estava aprendendo a ler e entender. Porém, tinha que esperar minha companheira terminar o mestrado dela em Salvador, o que só aconteceu em 2023. Foi quando eu me inscrevi na seleção do ProfHistória. Não passei. Fiquei em 19º, eram dezesseis vagas. Eu já havia perdido as esperanças quando na quarta-feira, 06 de março de 2024, o coordenador do ProfHistória na UFS me ligou dizendo que houve duas desistências na matrícula e uma vaga remanejada do Rio Grande do Sul para Sergipe, e me chamando para fazer a matrícula até sexta-feira, dia 08 de março. Juntei a documentação e naquele dia me matriculei no ProfHistória.

Confesso que passei por um período de readaptação epistemológica do que pensava que seria o mestrado em história. Primeiro não havia levado tanto em consideração a relevância da locução "profissionalizante em ensino de história". Demorei um certo tempo até atentar que minha pesquisa não seria sobre a história de Penedo, mas sim como eu poderia, através da história e do patrimônio de Penedo contribuir para o ensino e aprendizagem de história nas minhas aulas. Esse processo só se completou quando comecei a escrever o projeto e perceber que o foco é o ensino de história e não a história por si só.

O segundo ponto tem mais a ver com minha formação do que com o mestrado em si. Porque nunca havia estudado História do Brasil academicamente, e percebia que meus colegas de sala tinham muito mais controle de assuntos do que eu. Além do mais, pela própria diferença de ensino entre a Espanha e o Brasil, meus colegas também têm muito mais controle de historiografia e teoria da história do que eu. E de todos os autores citados ao longo daquele primeiro semestre, diferente de meus colegas de sala, eu não conhecia quase nenhum. Portanto, o ProfHistória tem sido um grande desafio para mim. Não somente pelo esforço físico de trabalhar 60h/ semana com as duas matrículas de professor, mas de esticar e mudar a minha própria construção mental do que é história, do que é ensinar história e do que é aprender história.

Entrar no ProfHistória não foi fácil; mas permanecer nele foi mais difícil. Já nem tanto pelo curso em si, mas pelos percalços que a vida nos brinda para nos surpreender e deixá-la mais temperada.

A rotina era puxada no primeiro ano: segunda às 5h da manhã, sair de Penedo para o campus da UFS, em São Cristóvão, Sergipe, para assistir às aulas do mestrado. Nas terças, pedia licença ao Prof. Fábio Santos para sair meia hora antes do fim da aula (às 16h30 mais ou menos) para sair voando no meu Uno Mille 2007 para Penedo, porque tinha que dar aula das 18h15 às 22h. Nas quartas, quintas e sextas começava a dar aula às 7h e terminava às

12h20; às 14h entrava na biblioteca da FCP, saía às 17h e às 19h ia dar aula na EJA até às 21h30. Nos fins de semana tentava cumprir as exigências de planejamento da escola, trabalhar nos estudos do mestrado e talvez dar alguma atenção para a família.

Enquanto eu estava me acostumando a essa nova rotina, a Seduc-AL estava me preparando uma ingrata surpresa: naquele mesmo mês de março a Seduc-AL deferiu um processo de abandono de emprego contra mim: como se eu nunca tivesse ido trabalhar na biblioteca. Ironicamente fui afastado da Matrícula 1[8] do trabalho na biblioteca no dia 1º de abril, dia da mentira. No entanto, ninguém me notificou e eu continuei com a minha rotina: mestrado em São Cristóvão, Sergipe; Escola Estadual Doutor Alcides Andrade e Biblioteca F. A. Sales em Penedo, ou seja, estando afastado - sem sabê-lo - continuei trabalhando na biblioteca.

Outra ironia, foi que apenas no dia 1º de maio - dia do trabalhador - quando olhei o contracheque, vi que faltava um salário inteiro. Foi aí que começou um longo período de incertezas e dificuldades.

Na 9ª Gerência Especial de Educação (9ªGEE) correram para reintegrar minha matrícula 1, cancelando o afastamento, já que eles sabiam que aquela decisão da Seduc-AL lá em Maceió não correspondia com a realidade aqui na FCP em Penedo. Conseguiram me alocar na 9ªGEE, e passei 11 dias trabalhando na 9ªGEE. Mas eu não poderia ficar lá e nem voltar imediatamente para a biblioteca, a solução encontrada foi devolver minha matrícula 1 para a Escola Estadual Dr. Alcides Andrade (EEDAA).

Essa "solução" apresentava sérios problemas. Primeiro, não havia condições físicas — nem cronológicas — de encaixar as 50 horas de trabalho presencial na escola de forma que eu pudesse assistir às 20 horas de aula do mestrado nas segundas e terças-feiras em São Cristóvão, Sergipe. Com 50h de trabalho presencial inevitavelmente eu precisaria de pelo menos quatro dias por semana trabalhando os três turnos na escola para dar conta. E a gestão não conseguiria configurar meu horário assim em detrimento de todos os outros quase 60 professores da escola na época. Eu deveria portanto fazer uma escolha: ou eu abandonava o mestrado e mantinha minhas duas matrículas, ou eu abandonava uma das matrículas e continuava com o mestrado e na EEDAA.

---

[8] Eu aprovei em dois concursos consecutivos para professor da Educação Básica em Alagoas: o primeiro em 2018, que me rendeu a primeira matrícula, que aqui vamos chamar de "matrícula 1" (número de matrícula 19.931-1) e o segundo em 2021 que me deu a segunda matrícula (número 29.227-3) que aqui vamos chamar de "matrícula 2". Em 2023, fui cedido à FCP com a matrícula 1, que já havia passado o período de estágio probatório.

Eu estava furioso. Não queria abandonar nenhum dos meus vínculos. O mestrado era um sonho que estava se realizando; o trabalho com as duas matrículas era importante, caso quisesse manter o nível socioeconômico da minha família. Mas algo eu teria que deixar para trás. E por várias vezes durante algumas semanas eu cogitei abandonar o ProfHistória, já que uma matrícula de servidor é perene e pode durar uma vida inteira, já o mestrado duraria apenas dois anos, e eu poderia tentar novamente em outro momento.

O diretor da FCP também não gostou da situação e começou várias movimentações na SEDUC-AL, no IPHAN e na 9ª GEE para tentar me trazer de volta para a biblioteca. Alegando que em nenhum momento me ausentei das minhas obrigações com a FCP.

Ainda em maio de 2024 minha decisão foi tomada: segui com o mestrado e pedi exoneração da matrícula 2, que ainda estava no estágio probatório. Algumas pessoas sugeriram uma licença sem remuneração, mas o processo poderia se arrastar por meses, e inevitavelmente eu perderia as aulas em São Cristóvão e acabaria provavelmente desistindo do mestrado. Decidi seguir meu sonho, mesmo que isso significasse perder quase metade da renda familiar. Findando o mestrado eu poderia tentar uma reintegração. Por que não?

Essa decisão implicou várias mudanças imediatas que influenciaram sobremaneira o decorrer do mestrado.

1) Solicitei à 9ªGEE que, se fosse possível, lotasse essa minha primeira matrícula em outra escola, a Escola Estadual Professor Ernani Méro (EEPEM). Dessa forma eu procurava uma escola onde eu encontrasse menos atritos com a gestão. Uma boa decisão da qual não me arrependo, já que ainda estou na EEPEM e foi onde pude executar boa parte do REA.

2) Solicitei exoneração da minha 2ª matrícula, saindo assim da EEDAA. Essa solicitação foi motivada por vários desgastes com a antiga gestão da EEDAA.

3) Paralelamente, o diretor da FCP continuava tentando me trazer de volta para a biblioteca.

Meu cálculo era arriscado mas tinha lógica. Eu ficaria na EEPEM até o diretor da FCP conseguir transferir minha matrícula 1 de volta para a FCP. Como eu sabia que a burocracia da Seduc-AL atrasaria em muito o deferimento do meu processo de exoneração, quem sabe eu teria tempo de, quando retornasse com a matrícula 1 para a biblioteca, entrar com um pedido de cancelamento do pedido de exoneração da 2ª matrícula, retornar para a sala de aula e recuperar minha situação laboral anterior. E foi exatamente o que aconteceu.

Então, em junho de 2024, concluindo o primeiro semestre do mestrado, minha situação era a seguinte: minha 1ª matrícula - e agora única - ficou lotada na EEPEM e eu

continuava na corrida do ProfHistória, mas agora com metade da carga horária de trabalho anterior por haver exonerado da 2ª matrícula.

Assim foi até setembro de 2024, quando o diretor da FCP conseguiu que transferissem a lotação da minha primeira matrícula de volta para a biblioteca. Nesse momento entrei com o pedido de cancelamento da exoneração da segunda matrícula.

De setembro de 2024 a março de 2025, estive afastado das atividades em sala de aula, mas mantive minhas funções na biblioteca da FCP. Durante esse período, estive à espera da resolução do processo de cancelamento da minha exoneração (Matrícula 2) para que eu pudesse retornar à EEPEM.

Esse afastamento revelou-se fundamental para aprimorar minha compreensão sobre os objetivos e as potencialidades da minha dissertação. A maior liberdade proporcionada pela ausência da rotina escolar permitiu-me participar de diversos congressos, encontros, simpósios e outros eventos em várias partes do Brasil.

Esse intercâmbio com realidades acadêmicas tanto semelhantes quanto distintas da minha foi de grande valia. Ele enriqueceu a forma como passei a ver meu papel como professor na educação básica e a identificar as conexões possíveis entre essa prática e o exercício da produção científica na pós-graduação, como mestrando e pesquisador. Tal reflexão buscou reavaliar essas atividades à luz do ensino de história, com foco na análise e no estudo da história e do patrimônio de Penedo.

Entre julho e novembro de 2024 participei de pelo menos cinco eventos presenciais sobre ensino de história e alguns outros online, entre eles o 3º Congresso do ProfHistória em Belém, Pará. Dessa maneira eu procurava fazer valer a pena o afastamento das salas de aula e o sacrifício de uma das matrículas. Já em julho de 2025, de volta à sala de aula, participei ainda do 33º Simpósio Nacional de História da Anpuh, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Além das experiências acadêmicas pelo Brasil, as próprias aulas do mestrado já eram ricas em aprendizados, com as conversas e trocas de experiências com meus colegas mestrandos que também são professores nos sertões da Bahia, Sergipe e Alagoas. Foi a primeira vez na minha vida acadêmica que eu me senti plenamente partícipe dessa vida acadêmica que eu havia projetado na minha juventude e que me foi parcialmente negada na Espanha. Foi uma virada de chave na minha própria epistemologia de ensino de história.

Ao final de 2024 comecei as orientações com o Professor Dr. Paulo Heimar e simultaneamente comecei a escrever o texto da dissertação. Comecei pelas seções que envolvessem as discussões teóricas como a introdução, o memorial e a seção dedicada à história e historiografia de Penedo, que são seções que não dependiam diretamente do

trabalho com os discentes em sala de aula, já que ainda estava afastado das salas de aula. Enquanto isso, iniciava as discussões com o Professor Paulo Heimar sobre como dar início ao meu ambicioso primeiro plano para o REA.

A ideia original consistia em criar roteiros históricos na cidade de Penedo que seriam acessados a partir dos QR Codes presentes nas placas informativas distribuídas em frente aos principais pontos de interesse histórico e turístico da cidade. Esses roteiros teriam *links* que levariam os estudantes a uma página na internet que traria mais informações sobre o monumento em questão (texto, imagens, leitura de texto para pessoas com deficiência visual, etc) e ao final proporia roteiros temáticos a partir daquele ponto, no intuito de criar narrativas históricas que conectem os lugares e o patrimônio penedense com os conteúdos das aulas dos professores de história, proporcionando um substrato real para o discurso do professor na sua prática do ensino de história.

Essa ideia partiu daquela percepção inicial de sequência cronológica da paisagem penedense, mas que por motivos de viabilidade da pesquisa não poderia ser aplicada a toda a geografia urbana penedense. Assim, após uma visita do meu orientador à cidade e depois de mostrar-lhe a ideia embrionária, conversamos sobre a delimitação do campo e decidimos por limitar-nos a roteiros históricos no perímetro de tombamento do IPHAN no centro histórico de Penedo, abarcando os principais monumentos presentes no centro que contam com as placas de identificação do IPHAN/Prefeitura onde podemos encontrar os QR Codes que nos levam às páginas de internet do referido monumento sob o domínio *web* destinopenedo.com.br[9].

Naquela mesma visita a Penedo, meu orientador, Prof. Paulo Heimar, e eu conseguimos uma agenda com o secretário de turismo e economia criativa da Prefeitura Municipal de Penedo, para mostrar a ideia e contar com a anuência do poder público para poder reformular a informação sobre o patrimônio penedense presente na página do destinopenedo.com.br. Ele gostou e começamos a esboçar um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre UFS e PMP que traria as bases legais para levar a cabo o projeto de reformulação do conteúdo sobre o patrimônio penedense na citada página web. A FCP também foi convidada a participar do Acordo, mas declinou o convite sem maiores explicações.

Infelizmente o processo de construção deste ACT encontra-se parado: os entraves burocráticos próprios de um acordo entre universidade e prefeitura atrasariam a conclusão

[9] A página destinopenedo.com.br, é uma *site* administrado em parceria pela Secretaria de Turismo e Economia Criativa da Prefeitura de Penedo (SETUREC) e alguns membros da sociedade civil penedense e dedica-se a auxiliar o turista a programar sua visita à cidade. Também traz informações resumidas sobre os principais pontos de interesse turístico de Penedo.

desta pesquisa, e optei por não fazer o REA depender dele. O roteiro foi pensado para circular nas mãos de professoras e professores, e não apenas por meio de uma página institucional; a retomada do acordo fica como possibilidade de continuidade deste trabalho, e não como condição para que ele exista.

Após a visita do meu orientador e de examinarmos as possibilidades de execução do REA traçamos o cronograma de execução de pesquisa do projeto ainda considerando que eu continuava afastado das salas de aula mas com possibilidade de retorno em pouco tempo. Naquele começo de 2025, portanto, meu foco ainda estava na escrita do texto dissertativo e da construção das bases que norteariam a elaboração do roteiro histórico organizado em sequências didáticas em colaboração com os discentes da EEPEM, enquanto aguardava o cancelamento do processo de exoneração da matrícula 2 e meu efetivo retorno às salas de aula. Esse retorno somente se deu quando todo o imbróglio que levou ao referido processo de exoneração completou um ano. Nos primeiros dias de abril assinei a reintegração da minha segunda matrícula no quadro funcional da EEPEM, marcando meu retorno às salas de aula.

Muito a contragosto mas sem apresentar muito protesto, fui lotado com 7h/aula/semana na disciplina de Filosofia; mais 7h/aula/semana na disciplina de Sociologia; apenas 2h/aula/semanais na disciplina de História; mais 2h/aula/semanais na disciplina de Práticas de Integração com o Território (PIT), essa última na turma da 1ª série C e, por fim, 2h/aula/semanais em Estudos Orientados (EO)[10]. Como pode se observar, somente 10% da minha carga horária total de hora-atividade em sala de aula (20 horas) era dedicada à disciplina para qual eu tenho formação específica e estou habilitado, História, e isso só foi possível porque solicitei encarecidamente à gestão da EEPEM que me lotasse em pelo menos uma hora de uma turma em História, considerando as exigências do Regimento Geral do ProfHistória[11], caso contrário eu estaria lotado apenas com Filosofia e Sociologia e as outras disciplinas dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (PIT e EO).

Dessa lotação decorreu que eu elaboraria meu REA em conjunto com os estudantes dentro da disciplina de PIT na 1ª série e não na disciplina de História. Isso se deve à proposta pedagógica da disciplina PIT que nos foi enviada pela SEDUC-AL, que propõe "ações pedagógicas que integram diferentes componentes curriculares com o objetivo de abordar

---

[10] De acordo com a Lei nº 6.197, de 26 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado de Alagoas, atualizada pela Lei nº 8.645/22, os professores devem cumprir carga horária total de 30 horas semanais de trabalho, sendo 20h de hora-atividade com efetivo exercício do trabalho em sala de aula com os discentes, as 10 horas restantes são reservadas para planejamento, cumprimento de burocracias, reuniões, etc.

[11] Regimento Geral do Profhistória: Capítulo IV - da matrícula, trancamento, desligamento e transferência: Artigo 13 - Podem matricular-se no ProfHistória diplomados em cursos de Licenciatura reconhecidos pelo Ministério da Educação, com atuação na disciplina escolar História, em efetivo exercício na Educação Básica.

demandas e desafios presentes no território em que a escola está inserida" (Alagoas, 2025, item 17.4.1). Além dessa orientação, a disciplina de PIT dispõe de 2h/aula/semana, o dobro, portanto, da carga semanal de História em cada turma, o que facilitaria o trabalho com os estudantes.

O trabalho na disciplina de PIT com os estudantes da 1ª série C foi dividido em fases, aproveitando o tempo em sala de aula para a fundamentação teórica e as pesquisas de fontes bibliográficas e documentais, e, sempre que possível, realizando atividades de campo e produção de conteúdo fora desse horário.

Em maio de 2025 tive que interromper as atividades letivas para cuidar de minha esposa que precisou fazer uma cirurgia. Por conta dos exames prévios à cirurgia descobrimos que ela estava grávida, o que tornava a cirurgia um pouco mais complexa e arriscada. Sendo assim, tirei licença médica de aproximadamente 2 meses para cuidá-la. Imediatamente posterior à licença veio o recesso escolar do meio do ano. E quando nos preparamos para voltar às aulas no dia primeiro de julho, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (Sinteal), convocou uma greve geral sem previsão de finalização. Essa greve se estendeu por 41 dias, até o domingo 10 de agosto, empurrando o retorno à "normalidade" para segunda-feira, 11 de agosto.

No final de agosto, após tantos reveses, eu colapsei: chegava na escola e começava a chorar só de pensar em dar aula. Eu tremia dando aula. Eu me isolava para não ter que ver ninguém. Comecei a ficar cada vez mais encapsulado em mim mesmo e não conseguia fazer nada: mal conseguia avançar com o mestrado, a duras penas conseguia entrar numa sala de aula, me afastei de todos, inclusive da minha família.

Mesmo assim, roto, eu não parei: continuei dando aulas na EEPEM, continuei no ProfHistória, continuei na FCP e continuei cuidando da família. Hoje, depois de levar meu trabalho à banca de defesa, e após iniciar tratamento psicológico e psiquiátrico, sei que o que me aconteceu foi um *burn-out*. Também sei que em decorrência de todos os acontecimentos dos últimos dois anos, desenvolvi Transtorno Misto Ansioso e Depressivo, Transtorno de Pânico, e fobia social. E mesmo assim eu segui.

Em agosto de 2025, passei a ser orientado pelo Prof. Dr. José Vieira da Cruz, com quem preparei o texto para a qualificação.

Em 27 de setembro de 2025 nasceu meu segundo filho, enquanto eu preparava o texto da dissertação para a qualificação, marcada para o dia 04 de novembro.

Consegui aprovação na banca de qualificação sob condição de aperfeiçoar algumas partes do meu trabalho, especialmente o REA, que devido aos vários afastamentos não consegui produzir tal como havia planejado.

Novembro e dezembro foram meses terríveis em relação ao andamento da pesquisa devido ao encerramento do ano letivo de 2025 e a conclusão de todos os procedimentos burocráticos escolares.

Sendo assim, e após tantas reviravoltas nesse trajeto, e prevendo que não conseguiria concluir o mestrado no prazo regular até fevereiro de 2026, decidi solicitar, em razão do nascimento do meu filho Daniel, a prorrogação do prazo de exame de banca de defesa, amparado na Lei 14.925/2024, que assegura a estudantes e pesquisadores da educação superior a prorrogação, por no mínimo 180 dias, dos prazos de conclusão de cursos e programas em virtude de parto, nascimento de filho, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção. O ProfHistória aceitou, e a defesa ocorreu em 26 de agosto de 2026.

3 BREVE HISTÓRIA DE PENEDO: SUBSÍDIOS PARA OS ROTEIROS.

O arco temporal da história da área que hoje ocupa o município de Penedo é enorme. Se nos valermos da clássica divisão da história brasileira, cobre desde o período pré-colonial até os dias atuais, atravessando os períodos colonial, imperial e republicano. São 390 anos de existência enquanto entidade política autônoma a partir da elevação a vila em 1636 (Espíndola, 2001, p. 199; Caroatá, 1962, p. 16; Méro, 2018; Valente, 1957, p. 15), aproximadamente 470 anos de povoamento de populações exógenas, se tomarmos as datas de meados do século XVI propostas por Caroatá e Valente (Méro, 2018; Brandão, 1909, 1936; Valente, 1957; Caroatá, 1962), ademais de toda a história dos Caeté e outros povos indígenas que aqui habitavam antes da chegada dos colonizadores.

3.1 Antes do Penedo: os povos originários

Penedo atravessou — e é atravessada por — todos os períodos da história de Pindorama, enquanto território ainda não colonizado pelos europeus; e do Brasil, a partir de 1500 e a instauração da maquinaria de colonização europeia. De certa forma, a história se manifesta na paisagem e se desdobra em cada esquina das suas ruas e becos. Desde a opulência de seus templos e edifícios históricos de tradição colonial, até o resgate do antigo nome indígena do rio São Francisco: Opará Tininga, que, segundo Ernani Méro, significa *rio tão grande quanto o mar* (1974, p. 21-22). Ainda se referindo ao rio como protagonista do berço da ocupação humana do Baixo São Francisco, o historiador penedense raciocina que na construção das grandes sociedades, a presença dos cursos fluviais emerge como um fator determinante, não apenas como um cenário geográfico, mas como um eixo de povoamento e de trocas entre os povos. Historicamente, observa-se que os rios desempenharam um papel crucial ao facilitar a mobilidade e o comércio, transformando-se em verdadeiras rotas para a conquista territorial e a distribuição de bens e riquezas. Essa função arterial dos rios sustenta a convicção sobre a sua relevância contínua para a vida dos povos (Méro, 1974, p. 22).

> Olhemos o Egito. Foi grande o papel do rio Nilo, como via de comunicação, agente fertilizador de suas terras e fonte de riqueza.
> O rio Tigre, como também o Eufrates, foram fatores positivos no surgimento de uma outra civilização.
> [...]

> E o Rio São Francisco? Foi ele o caminho para a nossa civilização. Não é o seu potencial líquido que hoje, gerando energia, proporciona riquezas ao norte e nordeste do Brasil? Logo, os rios, no ontem e no hoje, têm papel relevante para garantir o progresso dos povos (Méro, 1974, p. 21-22)

Parafraseando a famosa frase que diz que *o Egito é uma dádiva do Nilo*, não cabe a menor dúvida que Penedo é uma dádiva do São Francisco.

E a imagem se aplica não somente aos nossos tempos ou aos dos Abacoatiara durante as guerras de resistência à invasão portuguesa. O rio São Francisco, ou melhor, o rio Opará (Méro, 1974, p. 21-22), foi o caminho natural por onde os Tupinambá migraram das planícies centrais do Brasil até alcançarem as costas atlânticas na sua foz por volta do ano 1000 da era comum, e a partir daí, seguir seu caminho rumo ao norte, chegando até a barra do rio Paraíba, ao norte do território da atual Alagoas (Carvalho, 2016, p. 41). Posteriormente, os Tupinambá chegariam até o rio Paraíba no atual estado da Paraíba, onde ficaria estabelecida a fronteira com a grande nação potiguara. No momento da chegada dos europeus, os Tupinambá que habitavam a faixa costeira de mata atlântica ao norte do São Francisco dividiam-se em três povos principais: os Potiguara, os Tabajara e os Caeté (Espíndola, 2001, p. 191; Schwarcz; Starling, 2015, p. 46).

Sobre a população de povos originários do território alagoano, Thomaz Espíndola[12], no prólogo do seu livro Geografia Alagoana (2001), afirma que

> Este território era então habitado pelos índios *caetés* - no litoral, pelos *pitiguarés*, em Porto Calvo até o cabo de Santo Agostinho, (principalmente) tribos selvagens, ferozes e antropófagas, pelos *abacatiares* nas ilhas do S. Francisco, aconãs, coriris, coropatis; descendentes dos *tupinambás*, e *carijós*, nas proximidades desse rio, os quais depois foram aldeados pelos jesuítas no Colégio, *caropotós*, descendentes dos *cairiris* nas proximidades da serra Cumannati, e na mesma serra, na província de Pernambuco, *mariquitos*, cujas mulheres eram bem feitas e elegantes, as quais viviam nas matas próximas ao rio e pertenciam à raça dos *tapuios*, *umãs* que habitavam entre o riacho Moxotó e o rio Pajeú, *xucurus* - na Palmeira -, *vouvés*, que eram indomáveis e relacionavam-se com os *xocas*, *pipiãs* e *umãs* e falavam a mesma língua, oriunda da *tupi*. (Espíndola, 2001, p. 192. Grifos do autor. Mantive também a grafia das tribos indígenas segundo o autor.)

---

[12] Importa ressaltar que Thomaz Espíndola escreve no século XIX — a primeira edição do "Geographia Alagoana" é de 1860, a segunda de 1871, aqui utilizei uma reedição de 2001 — e reproduz a etnografia colonial de seu tempo. Não se trata de exigir de Espíndola o vocabulário de hoje (anacronismo que a própria disciplina histórica ensina a evitar), mas de registrar que sua descrição opera com as categorias da etnografia colonial oitocentista, hegemônicas em seu tempo. Atualmente, prefere-se "povos" ou "etnias" em vez de "tribos"; os termos "selvagens" e "ferozes", antes depreciativos, descrevem o que hoje se compreende como resistência indígena à invasão e à ocupação de seus territórios; a antropofagia, atualmente, é vista como parte de rituais inseridos no universo cosmológico indígena; a grafia dos povos indígenas hoje segue a "Convenção para a grafia dos nomes tribais" de 1954, segundo a qual os etnônimos indígenas não sofrem flexão de número nem de gênero e se grafam com inicial maiúscula: os Tupinambá, os Caeté, os Potiguara, etc. Impossível não notar a ironia que o próprio documento que normatiza a grafia dos etnônimos indígenas ainda traz o vocábulo "tribais", certificando que as próprias ciências humanas mudam, e contradizem o que elas mesmas haviam definido como norma.

O trecho coincide com a obra de Carvalho (2016), que, citando a pesquisa de Adriano Jorge, “Notícias sobre os povos indígenas”, publicada originalmente no “Indicador geral do estado de Alagoas”, de 1902, nos diz que:

> Na época da descoberta, vários povos indígenas ocupavam o futuro território de Alagoas. O estudo Notícias sobre os povos indígenas, de Adriano Jorge, sistematiza a presença e descreve o modo de viver dos Potiguaras, Tabajaras, Caetés, Abacatiaras, Aconãs, Cariris (Kariri), Coropatis, Moriquitos, Chucurús (Xucuru), Umans, Vouvés, Chocós (Xocó), Pipianos e os Coropotós (Karapotó), registrando a cultura desses povos que, na ótica do pesquisador Abelardo Duarte, são chamados "índios históricos". A maioria desses grupos indígenas foi extinta pela guerra. Afastados pela migração forçada, devido à política de aldeamento e à ocupação de suas terras pela pecuária, outros, como os Xucuru, Xocó e Karapotó, sobreviveram em suas tribos remanescentes (Carvalho, 2016, p. 41. Mantive a grafia dos povos indígenas segundo o original do autor).

Tanto Espíndola (2001) como Carvalho (2016), citam um povo que habitava as ilhas do São Francisco, os *abacatiares*[13], segundo o primeiro, *Abacatiaras*[14], de acordo com o segundo; os dois confirmam informação de Ernani Méro e Aminadab Valente que afirmam que os Caeté eram aliados dos *Abacoatiara* que habitavam as ilhas do São Francisco:

> Às margens do Rio São Francisco habitavam os índios *caetés*, aliados aos *abacoatiaras*, que viviam nas ilhas sãofranciscanas. Os caetés, ferozes e antropofágos, constituíam-se em forte impecilho [*sic*] para o processo de colonização na região (Méro, 1974, p. 20. Mantive a grafia dos povos indígenas segundo o original do autor).

A primazia sobre o achamento das terras alagoanas - e brasileiras - ainda é fruto de debates e controvérsias. Há quem diga que o achamento do Brasil cabe a Vicente Yañez Pinzón, navegante espanhol que aportou pela primeira vez no Cabo de Santo Agostinho aos 26 de janeiro de 1500, portanto, três meses antes da esquadra de Pedro Álvares Cabral tomar para si estas terras. No entanto, Pinzón, sabendo provavelmente que estava em terras portuguesas, partiu na sua viagem rumo ao norte em direção às colônias do caribe espanhol (Izquierdo Labrado, 2003).

Thomaz Espíndola, citando José Bernardo Fernandes Gama, aventa a possibilidade de que “a data desse descobrimento é de 24 de abril de 1500, e a terra primeira avistada foi aos 10º de latitude sul, conseguintemente terra das Alagoas entre os rios Jequiá e Coruripe” (2001, p. 189). No entanto, mais adiante, reconhece que embora a hipótese dos espanhóis

---

13 Aqui mantive a grafia original de Espíndola.

14 Aqui também mantive a grafia original de Carvalho.

terem aportado primeiro em terras alagoanas e não pernambucanas seja possível, a operação de Cabral na Bahia é reconhecidamente o marco iniciador da colonização nestas terras.

Falando especificamente da região oparina, parece certo que nem os espanhóis nem os portugueses foram os primeiros a estabelecer contato com os Caeté e Abacoatiara das margens penedenses. Apesar do próprio Américo Vespúcio haver passado pela foz do rio na expedição de Gaspar de Lemos em 1501 (Méro, 2018, p. 32), dando-lhe o nome pelo qual ficaria conhecido, rio de São Francisco, os primeiros europeus a estabelecer-se no território da futura Penedo são os piratas e corsários franceses que por aqui vinham comerciar o tão cobiçado pau-brasil.

Os lucros obtidos com as viagens às Índias Orientais haviam atraído grande parte dos esforços - e da atenção - da Coroa portuguesa em expandir os domínios de sua talassocracia, deixando as costas brasileiras, em grande parte, vulneráveis às incursões de piratas e corsários, principalmente franceses. Estes, devido à negligência portuguesa com a terra recentemente alcançada pelos europeus, ocuparam alguns pontos da costa brasileira com abundância de pau-brasil, estabelecendo feitorias semelhantes às portuguesas para comercialização da madeira com os indígenas locais. Nestes primeiros anos do século XVI, há registro da presença dos franceses no território da Paraíba (Baía da Traição[15] e foz do rio Paraíba), em Pernambuco (ilha de Itamaracá[16]) e em Alagoas (Praia da Pituba e do Poxim, em Coruripe[17]; Praia do Francês, no município de Marechal Deodoro[18] e Penedo, no rio São Francisco[19])[20].

Por mais que a presença francesa nas costas alagoanas, e no Baixo São Francisco, durante o século XVI seja um tema visitado na historiografia alagoana e brasileira, é justamente essa frequência que nos leva a levantar uma série de questionamentos sobre outro tema, que devido a pesquisas e abordagens mais recentes, vem suscitando novas perspectivas para o ensino de história: a suposta "ferocidade" dos Caeté.

A historiografia alagoana tradicionalmente reforçou essa ideia construída a partir do incidente- verídico ou não - com o primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha,

---

[15] A aldeia Akajutibiró recebeu esse nome quando seus habitantes potiguares selaram acordo militar com os franceses para atacar os portugueses onde hoje é o centro histórico de João Pessoa, ainda nos primeiros anos do século XVI (História da conquista da Paraíba. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010).
[16] Espíndola, 2001, p. 190.
[17] Carvalho, 2016, p. 14
[18] Caroatá (1962, p. 14), Carvalho (2016, p. 14) e Méro (2018, p. 38) identificam a Praia do Francês como o Porto Velho dos Franceses, atestando a passagem dos franceses por Alagoas.
[19] Méro, 2018, p. 38.
[20] A presença francesa no litoral nordestino não se limitava ao território que hoje corresponde a Alagoas. Ela se estendia pela costa sergipana, e consta entre os motivos da expedição de Cristóvão de Barros que, em 1590, conquistou Sergipe para a Coroa portuguesa. Sobre a presença francesa e as alianças com os povos indígenas no litoral sergipano, ver os estudos de Beatriz Góis Dantas.

que teria sido devorado pelos Caeté após sua embarcação naufragar em frente às costas de Coruripe em 1556. Apesar do consenso sobre o naufrágio, existe um debate recente que questiona a versão antropofágica tradicional do relato sobre a morte do prelado. Essa mudança na visão sobre os habitantes originais das Alagoas é perceptível, por exemplo, em Méro, que em 1974, ao descrever os Caeté e Abacoatiara que habitavam as margens baixo franciscanas, refere-se aos primeiros como "ferozes e antropofágos, constituíam-se em forte impecilho [*sic*] para o processo de colonização na região" (1974, p. 20).

No entanto no mesmo parágrafo, já preconiza um estranhamento na predileção dos Caeté em favor dos franceses em detrimento dos portugueses: "Algo, porém fugiu à sua condição de temidos, o estranho comportamento de aliados dos franceses que chegaram para o contrabando do paubrasil" (Méro, 1974, p. 20). Quarenta e quatro anos depois, no seu *As três cidades-mães das Alagoas: Tomo um: Penedo, a cidade da Madona das Correntes*, livro editado postumamente em conjunto com a Academia Alagoana de Letras, percebemos o aprofundamento dessa ideia ao sugerir que o responsável pela morte do bispo teria sido o Governador Geral, Duarte da Costa, com quem mantinha sérias desavenças, e o mesmo teria alimentado os rumores da responsabilidade dos Caeté na morte do sacerdote, justificando, assim, as guerras de extermínio contra eles e aumentando o mito da prática do canibalismo, o que explicaria o ódio contra esse povo (Méro, 2018, p. 35).

Muito embora Méro (2018, p. 34-35) não desacredite o mito da ferocidade Caeté, não deixa de suscitar a curiosidade do autor penedense a diferença no tratamento que os mesmos conferem aos portugueses e aos franceses. Com os primeiros justifica os enfrentamentos devido à opressão exercida pelo sistema colonial português; já com os segundos, Méro atribui o status de *cooperação* a uma suposta *cordialidade* dos franceses:

> Curioso, por outro lado, que embora se costume qualificar os Caetés como arredios e cruéis, tenham eles sido tão cooperativos com os franceses, colaborando no contrabando do pau-brasil. O que pode sugerir que a reserva e mesmo o ódio contra os portugueses, na verdade, tenha ocorrido em resposta à opressão por alguns destes exercida, o que se contrapunha à cordialidade dos gauleses. Realidade, aliás, que não apenas ocorreu com os índios que povoavam o Baixo São Francisco, mas também com muitas outras nações nativas espalhadas pelo território da colônia. (Méro, 2018, p. 34. Mantive a grafia "Caetés" original do autor)

A constante presença de europeus nas costas brasileiras despertou na Coroa portuguesa o receio de perder as terras recém alcançadas, e entre 1501 e 1534 foram enviadas várias expedições militares de reconhecimento e de guarda das costas do novo território a fim de frustrar as intenções francesas de expansão no continente americano. Uma destas

expedições teria sido a de “Duarte Coelho - o Velho - fidalgo da casa real, filho de Gonçalves Pires Coelho, senhor de Figueiras” (Espíndola, 2001, p. 190), que, a mando de Dom João III, rei de Portugal, teria vindo em 1522 expulsar os franceses que contrabandeavam pau-brasil entre Itamaracá e o São Francisco, apoderando-se da feitoria que estes teriam construído sob o penedo onde hoje se localiza o bairro de Santo Antônio, popularmente chamado Barro Vermelho, em oposição ao Barro Duro, nome dado ao Bairro de Santa Luzia, na parte alta.

A localização precisa dessa feitoria permanece indeterminada. O Barro Vermelho estende-se pela parte baixa da cidade, às margens de uma ramificação do São Francisco que os pescadores ribeirinhos consideram mais tranquila e mais navegável que o curso central; situa-se, além disso, atrás do rochedo que dá nome à cidade, fora do alcance visual de quem sobe o rio desde a foz. Navegabilidade e ocultamento fariam do lugar sítio conveniente para um entreposto clandestino de pau-brasil, já que o contrabando estava exposto às expedições portuguesas de guarda das costas brasileiras. Essa hipótese partiu de diálogos, em distintas ocasiões, com historiadores penedenses, pescadores da região e oficiais da agência fluvial da Marinha do Brasil sediada em Penedo. Não localizei, até aqui, documentação ou literatura que a corrobore.

Segundo Espíndola (2001) essa expedição teria acontecido no período da descoberta do Rio São Francisco, registrado como o dia 10 de outubro de 1522, o que me parece impossível de se dar credibilidade, já que, segundo a tradição católica, o dia de São Francisco de Assis é o 4 de outubro. A isso devemos acrescentar que a região do Baixo São Francisco e sua desembocadura já figuram no mapa tradicionalmente conhecido como o de “*Anônimo de Cantino”* de 1502.

Imagem 3 — Planisfério de Cantino



Fonte: PLANISFÉRIO de Cantino. [S. l.], 1502. 1 mapa, manuscrito, color., em pergaminho. Biblioteca Estense, Módena. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Cantino_planisphere_%281502%29.jpg. Acesso em: 12 mar. 2025.

Imagem 4 — Detalhe do Nordeste do Brasil no planisfério de Cantino



Fonte: PLANISFÉRIO de Cantino (detalhe). [S. l.], 1502. 1 mapa, manuscrito, color., em pergaminho. Biblioteca Estense, Módena. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Cantino_planisphere_%281502%29.jpg. Acesso em: 12 mar. 2025.

Após os serviços prestados à Coroa portuguesa na luta contra os franceses, Duarte Coelho recebeu do rei D. João III em 1534, o foral dando-lhe a posse das terras onde lutou para expulsá-los. Fundou Igarassu e Marim (Olinda) no território onde hoje é Pernambuco, dando o nome de Nova Lusitânia à nova capitania hereditária que estava surgindo. Isso feito, rumou para o sul, dando início às guerras contra os Caeté, que ocupavam as melhores terras para o plantio da cana-de-açúcar, que já começava a ser introduzida no país. Nessa investida, chegou até o São Francisco, expulsando os franceses e dando início ao povoamento por portugueses no local onde hoje se localiza a cidade.

Não há consenso quanto à data dessa expedição. Thomaz Espíndola a situa entre 1522 e 1525 (2001, p. 191); Ernani Méro entre 1542 e 1554 (1972, p. 24), com base em uma carta escrita pelo próprio Duarte Coelho em 1542 que fala das preparações de uma viagem

para o sul da capitania; Caroatá, em 1554 (1962, p. 14); Aminadab Valente em 1555 (1957, p. 10)[21]. As duas últimas datas são posteriores à partida de Duarte Coelho para o Reino (1553) e à sua morte (1554), o que sugere ações já sob seus sucessores. Todas estas datas podem ser consideradas para o início do efetivo povoamento por parte dos portugueses do futuro território penedense.

De início o povoamento tomou o nome do rio que o banha, e tudo indica que não teria se firmado até terminadas as guerras de extermínio contra os Caeté em torno do ano 1570, quando estes encurralados entre o São Francisco e as tropas de Jerônimo de Albuquerque, abandonaram o Baixo São Francisco e migraram para os sertões, onde pouco a pouco sua cultura foi sendo dizimada pelo avanço da colonização. Assim, o sítio — que a tradição associa a uma aldeia Abacoatiara e a uma feitoria francesa de pau-brasil, hipóteses ainda sem comprovação documental — passa ao controle dos portugueses e começa a ser conhecido pelos dois acidentes geográficos que o marcam: *Povoado do Penedo do São Francisco*.

Aqui faz-se necessário que nos detenhamos rapidamente sobre a palavra *penedo* para melhor entender os paralelos entre a palavra, sua etimologia, sua história e sua relação com o rochedo a sete léguas da foz do rio, que determinou o nome da futura cidade. Segundo o *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*[22] (Dicionário…, [2026]), a palavra tem origem longínqua, no latim *pinna* ou *penna*, e na sua acepção original significa pedra grande, rochedo, penhasco, calhau, fraga ou "grande massa de rocha saliente nas encostas e nas proximidades dos mares formada pelo afloramento de rocha nua; rochedo"[23]. Sendo de origem latina, a palavra chegou na península ibérica através de um outro processo de colonização mais de 1.700 anos anterior ao processo de colonização português no Brasil: o de conquista das terras ibéricas pela República de Roma no esteio da guerra contra Cartago. Ali, os povos indígenas ibéricos assimilaram o latim e vários séculos adiante, com a formação das línguas nacionais durante a Baixa Idade Média, a *penna* latina, daria lugar à portuguesa *penha* e a castelhana *peña*. As duas adicionadas com o sufixo *edo*, darão lugar às palavras aparentadas nos dois idiomas com o mesmo significado: *penedo*, em português; e *peña, penedo* ou *peñedo*, em castelhano.

---

[21] As datas propostas por Caroatá e por Valente são improváveis, devido ao fato de que o falecimento de Duarte Coelho se deu em 1554 .

[22] Porto Editora – no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-03-14 10:49:04]. Disponível em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Penedo

[23] *Cf.* RIBEIRO, Débora. **Penedo.** Dicionário Online de Português. Acesso em 14 mar. 2025. Disponível em https://www.dicio.com.br/penedo/.

A existência de vários lugares na península ibérica que compartilham o nome e a geografia da Penedo alagoana[24] atesta a natureza colonizatória a que a palavra está — ainda que remotamente — implicada: o mesmo nome acompanhou duas conquistas, a dos povos ibéricos por Roma e a dos Caeté e Abacoatiara pelos portugueses.

Firmados os primeiros colonizadores durante os últimos anos do XVI, o Povoado de São Francisco vai oscilar entre o abandono e o impulso colonizador. O nome só seria oficializado na sua elevação à categoria de *Vila de São Francisco*, em 12 de abril de 1636. A vila ostentaria o título de "mui nobre e sempre leal", comum às três primeiras vilas alagoanas, que consta de documentos antigos e que Penedo conserva até os nossos dias (Caroatá, 1962, p. 18). Até então, entre o começo do povoamento português e a elevação à vila, a feitoria era conhecida pelo rochedo que a batiza, *Penedo do São Francisco*.

O impulso colonizador tardio pode ser comprovado quando, apenas, em 1596 é feita a primeira doação de sesmaria que se tem notícia nas margens sanfranciscanas a de João da Rocha Vicente. Quatro anos mais tarde, sua propriedade abarcava todo o sul do território alagoano, de Penedo ao rio São Miguel, e pelo litoral até o rio Poxim, em Alagoas (Diégues Júnior, 1980, p. 75).

3.2 Penedo: fronteira em disputa.

Pode-se acompanhar que Penedo nos seus começos foi um marco fronteiriço no processo colonizatório, tanto físico e militar quanto psicológico. Físico pela própria limitação que o rio São Francisco impõe na paisagem da costa nordestina. Penedo foi o primeiro núcleo populacional a dominar a entrada da calha do rio, além de ser limite da capitania de Pernambuco e do domínio holandês no Nordeste. Militar, porque durante o século XVI e XVII - como veremos - a região do Baixo São Francisco esteve implicada na guerra, primeiro, contra os franceses, segundo, contra os Caeté, e quando começa a se erguer no início do XVII, é assolada pela guerra contra os holandeses, para, depois de expulsos estes últimos, ser influenciada pela guerra contra os palmarinos. E psicológico porque o São Francisco representava a porta de entrada para os "sertões" dos tapuias, onde, até pelo menos a

[24] Para reunir esta informação foram lançados alguns *prompts* nos serviços de Inteligência Artificial do Google (o Gemini), e da OpenAI (o Chat GPT 3.5). Assim, obtive os seguintes locais: em Portugal, temos a Aldeia do Penedo, nas serranias de Sintra; o Penedo dos Três Reinos, uma rocha que marcava a fronteira entre os reinos de Galiza, Portugal e Leão & Castela; e a Casa do Penedo, na serra de Fafe; na Espanha, apesar de ser mais comum encontrar o topônimo no noroeste da península, há várias localidades no leste e sul que principiam seu nome por *peña*, como Peñafiel ou Peñíscola, ou mesmo com o topônimo *penedo*, como Penedo de Vélez de la Gomera, ou a região vinícola de Penedès, na Catalunha. As consultas aos dois sites de IA foram feitas no dia 14 de março de 2025.

descoberta das minas do Rio das Velhas - afluente mineiro do São Francisco - no fim do século XVII, estariam os tão sonhados metais preciosos que os espanhóis já vinham explorando há algumas décadas nos Andes.

Essa condição de fronteira resultou num modelo de colonização um pouco diferenciado na região de Penedo em relação ao restante do território alagoano. Enquanto são erguidos os primeiros espaços públicos em Porto Calvo e Alagoas do Sul[25] - elevadas a vila no mesmo ano que a cidade baixofranciscana - concomitantemente são levantados os primeiros engenhos para produção de cana de açúcar na região. Em Penedo, no entanto, devemos considerar os anos em que se alastram as guerras contra os Caeté no XVI e a invasão e guerra contra os neerlandeses no XVII, esses eventos catalisaram os esforços de todos os sujeitos envolvidos no cenário de disputa que se tornou o território penedense. Não podemos perder de vista também a distância da cidade em relação aos dois polos, o político e o econômico, do Nordeste do Brasil, respectivamente, Salvador, já capital do governo geral do Brasil sob a União Ibérica, e Olinda, capital da capitania de Pernambuco, polo produtor açucareiro, a qual Penedo pertencia e devia responsabilidades[26]. Nesse contexto de conflito que começa com seu povoamento na metade do XVI e se estende até a metade do XVII com a expulsão dos holandeses, vai-se mais ou menos um século de conflitos que retardaram o crescimento do engenho canavieiro na região penedense.

> Apesar do propósito que determinou a fundação do Penedo, não foi estranho à região o plantio da cana de açúcar. O imperativo econômico da colonização era a construção de engenhos de açúcar. Se ele se cumpriu animadamente na região de Porto Calvo, na de Camaragibe, na das Alagoas, haveria de levar-se a efeito ainda na do Penedo, se bem que com menor intensidade. E quiçá, sem entusiasmo, logo cedo desanimando e dando lugar às fazendas de gado, já em grande número nos começos do século XVII e particularmente durante o domínio holandês.
>
> Sabe-se que na região penedense, que assim podemos chamar toda a área alagoana ao sul do rio São Miguel, houve engenhos de açúcar. Não tiveram o desenvolvimento e a prosperidade que coroaram a economia açucareira nas outras regiões; sua existência foi mais modesta, talvez em condições precárias, em virtude da excelência dos terrenos para pastagem, criando-se desde logo, na região, uma área de economia pastoril que, aliás, beneficiaria enormemente as condições de vida

[25] Alagoas do Sul ou Madalena são duas formas pelas quais era conhecida a atual cidade de Marechal Deodoro, capital da comarca (1716), da capitania (1817) e da província (1821), até que a capitalidade de Alagoas fora transferida para Maceió, em 1839

[26] Interessante notar, também, que Penedo está "na metade" do caminho entre Salvador e Olinda. Utilizando o site do Google Maps, fiz duas buscas pela distância de Penedo a Salvador, e logo a Olinda e obtive 428 Km de Penedo a Salvador via BA-099 https://maps.app.goo.gl/JyixMEyjRC9rvF7s7. Acesso em 19 mar. 2025, e 415 Km de Penedo a Olinda via BR-101 https://maps.app.goo.gl/UvsJFDkvuoyu6VpQ8. Acesso em 19 mar. 2025. Claro que devemos considerar que a maior parte dos grandes deslocamentos durante o período colonial eram marítimos e seria anacronismo *cravar* a distância marítima com as condições de navegação daquele período, mas as distâncias em quilometros atuais nos ajuda a ter uma ideia melhor da importância estratégica do porto de Penedo naquele contexto.

> da capitania duartina. É que toda esta se abastecia em grande escala do gado existente na região são-franciscana do Penedo. (Diégues Júnior, 1980, p. 74-75)

Considerando também que Penedo fica a jusante do chamado Rio dos Currais, nome que também recebe o curso médio do São Francisco (Pierson, 1972), pode-se suspeitar que o porto penedense fosse o último - ou o primeiro, a depender do curso - do transporte dos produtos da economia agropastoril dos sertões sanfranciscanos ao litoral. Essa atividade, e as condições para pastagem, exerceram pressão na opção pela pecuária como forma de ocupação do território em detrimento à cana de açúcar na região penedense.

Diégues Júnior cita também o relatório da descrição da capitania de Pernambuco de Adriaen Verdonck, de 1630, que diz não haver “engenhos na região penedense, tida, entretanto, como rica em outros produtos: gado, bastante farinha, muito peixe, fumo, pau-brasil, âmbar. Contudo, fazia-se açúcar, embora pouco” (1980, p. 76).

A invasão neerlandesa tampouco seria de grande empuxo para economia açucareira em Penedo, pelo contrário, o constante estado de conflito dos penedenses e portugueses reunidos militarmente em Sergipe contra os holandeses acastelados no Forte Maurício em cima do rochedo que dá nome à cidade, desbarataria qualquer esforço para alavancar o canavial na região.

Imagem 5 — Forte Maurício no Rio São Francisco (1)



Fonte: VINGBOONS, Johannes. Kaart van Fort Maurits bij Rio Santo Francisco, ca. 1665. Aquarela. Original no Nationaal Archief, Haia. Reprodução disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Johannes_Vingboons_-_Kaart_van_Fort_Maurits_bij_Rio_Santo_Francisco_(1665).jpg. Acesso em: 19 mar. 2025.

Imagem 6 — Forte Maurício no Rio São Francisco (2)



Fonte: POST, Frans. Castrum Maurity ad Ripam Fluminis S. Francisci, 1647. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). O Brasil e os holandeses. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

Não pretendo aprofundar-me tanto no período de dominação neerlandesa em Penedo, existe farta documentação - especialmente holandesa - sobre sua ocupação na cidade. No entanto, existem marcas na história e na cultura penedense que remetem ainda ao curto

período de sua dominação. O primeiro exemplo é o nome que se dá à série de episódios que levaram à expulsão dos holandeses acantonados no Forte Maurício. A batalha definitiva entre as forças dos *brasis* e dos holandeses se deu no Campo do Cajueiro Grande, hoje praça Clementino do Monte, na Avenida Getúlio Vargas, Centro Histórico. A essa vitória, a historiografia penedense consagrou o nome de *Openeda* - em referência ao Opará - e alimentou a narrativa de um povo citadino unido contra o estrangeiro invasor, colaborando na construção do mito fundacional da cidade em torno da memória e da história da expulsão dos holandeses.

O local recebeu como marco histórico uma cruz de pedra, de estilo bizantino (Silva; Mártires; Sanchez, 2023, p. 54), com seus braços inseridos na base de forma que pudessem girá-los. A cruz foi mudada de local algumas vezes, o que fez com que se rompesse no final do XIX. Hoje, se encontra restaurada, em frente à Igreja do Senhor Bom Jesus dos Pobres, que se localiza na mesma praça.

Imagem 7 — Cruz de pedra em estilo bizantino



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2025.

Imagem 8 — Detalhe da cruz de pedra



Fonte: Acervo pessoal do autor 23 mar. 2025.

O segundo exemplo é o Forte Maurício, sua importância para a organização do espaço físico do centro histórico de Penedo, que começa a crescer em torno do forte, dando as formas curvilíneas aos seus becos e ruelas; mas também o espaço político que significou a construção e demolição do forte. No primeiro caso, para o holandês se firmar no território e no segundo para o "brasileiro"[27] se reafirmar no território recuperado. Do forte não restaram resquícios materiais significativos, com exceção de algumas peças de artilharia e do traçado urbano do Centro Histórico de Penedo, que se amoldam ao traçado do antigo forte.

E terceiro, a memória local associa à resistência contra os holandeses o título honorífico que Penedo carrega até hoje, "mui nobre e sempre leal". O título, no entanto, foi comum às três primeiras vilas alagoanas — Penedo, Alagoas e Porto Calvo — e foi conservado quando Penedo se tornou cidade, em 1842 (Caroatá, 1962, p. 18). A associação diz mais sobre o modo como a cidade escolheu lembrar a expulsão dos holandeses do que sobre a origem do título.[28]

Expulsos em 1645, os holandeses ainda tentaram retomar o controle da cidade; só em 1647, após dez anos de presença, foram definitivamente afastados de Penedo, finalizando o

---

[27] Mantenho o termo entre aspas por anacronismo deliberado. No século XVII não existia Brasil como entidade política, nem identidade nacional que lhe correspondesse: havia colonos portugueses, indígenas aliados e africanos escravizados ou forros, mobilizados sob a Coroa. A designação dos combatentes da guerra holandesa como "brasileiros" é construção posterior, da historiografia imperial do século XIX, que converteu aquele conflito em episódio fundador da nacionalidade. A nota serve de advertência ao leitor e, no produto, converte-se em pergunta problematizadora na SD-2.

[28] Cabe ressaltar, ademais, a canoa de tolda, embarcação característica do Baixo São Francisco, outrora apontada como de tradição neerlandesa devido ao formato de seu casco com cobertura traseira. Estudos mais aprofundados sobre o tema seriam pertinentes, contudo, não se mostram adequados no presente momento, dada a natureza deste trabalho.

turbulento período de consolidação do povoamento da cidade e iniciando um período sem altercações significativas que abalassem sua rotina até a Revolução Pernambucana de 1817.

3.3 Do Opará ao São Francisco: a ordem colonial em Penedo

A segunda metade do XVII foi, provavelmente - assim como o período da industrialização alagoana entre o XIX e o XX - o momento de maior crescimento do burgo baixofranciscano. Isso se deve em grande parte à invasão neerlandesa e ao surgimento do grande Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, entre Alagoas e Pernambuco.

A invasão neerlandesa destruiu grande parte dos engenhos da capitania pernambucana, especialmente na zona de maior produção canavieira de Alagoas: o norte e o centro. Com a chegada iminente dos inimigos e a destruição dos engenhos, fortaleceu-se na Serra da Barriga, com a fuga de muitos escravizados, uma unidade política que reunia vários quilombos. A região foi dominada pelos aquilombados, que realizavam incursões para atacar os engenhos e povoados da região.

Estando a situação ao norte mais comprometida com os recorrentes enfrentamentos com os aquilombados, o sul alagoano começou a desenvolver-se um pouco mais. Grupos de pessoas que viviam nos povoados mais ao norte, foram descendo mais ao sul, chegando até Penedo. Com eles também vieram alguns engenhos. Se compararmos a descrição de Verdonck sobre a inexistência - ou inexpressiva existência - de engenhos em Penedo em 1630, veremos que no documento "Informação Geral da Capitania de Pernambuco"[29] de 1749 (Informação…, 1906) contam 7 "engenhos moentes" e 3 de fogo morto[30]. No entanto, devido à tradição pecuarista, e por se estender o termo do Penedo até o Poxim, é crível aceitar que estes engenhos se localizaram mais próximos ao vale do Coruripe, como já nos apontou Manuel Diégues Júnior (1980). E por mais que o Poxim fosse território da Vila do Penedo no século XVIII, não entra no nosso atual escopo territorial de estudo.

Enquanto seguia a guerra palmarina no norte alagoano, Penedo ia se desenvolvendo e tomando as "feições" que remetem ao atual município de Penedo. É nesse período que começam a se desenvolver as principais congregações, edifícios e templos católicos que até hoje marcam o *skyline* do horizonte penedense. Quando da invasão neerlandesa, Penedo já contava com uma igreja dentro do forte dedicada a Santo Antônio, padroeiro original da

---

[29] Informação Geral da Capitania de Pernambuco [1749]. *In* Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1908. Disponível em https://cpbn.bn.gov.br/planor/handle/20.500.12156.6/8203 Acesso em 24 mar. 2025.

[30] "Fogo morto" designa o engenho desativado, que deixou de moer.

cidade. Os primeiros talvez tenham sido os Beneditinos, que mantinham uma capela na cidade e um engenho na Ilha Grande, em frente ao riacho Perucaba (Diégues Júnior, 1980). O documento "Apontamentos sobre diversos assuntos geographico-administrativos da província das Alagoas"[31] (Alagoas, 1869) nos atesta que todas as ilhas do morro do Aracaré - elevação de terra que se encontra na margem direita do rio, onde hoje se encontra a cidade de Neópolis, Sergipe - até a sua foz pertenciam a essa congregação. O documento também cita as ilhas acima do Aracaré e seus respectivos donos.

Imagem 9 — Morro do Aracaré, Neópolis, Sergipe.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2025.

Também tem a sua pedra fundamental lançada no século XVII a Igreja Catedral de Nossa Senhora do Rosário (imagem 10), construída sobre as ruínas da antiga igreja de Santo Antônio, padroeiro primeiro de Penedo, localizada dentro do antigo recinto amuralhado do Forte Maurício, hoje Praça Barão do Penedo (imagem 13).

[31] Encontra-se uma edição *fac-símile* deste documento no acervo da Biblioteca F. A. Sales - Centro de Referência do Rio São Francisco da Fundação Casa do Penedo.

Imagem 10 — Catedral Diocesana de Nossa Senhora do Rosário, Penedo, Alagoas.



Fonte: WIKIPEDIA. Catedral Diocesana de Nossa Senhora do Rosário. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Penedo_Catedral_2.jpg. Acesso em: 24 mar. 2025.

3.4 As contradições de Penedo: dois Rosários, uma cidade.

Outro edifício que se inicia nessa época é a “Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos” (imagem 11), construída pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, constituída por negros - escravizados e libertos - no lugar onde antes eles mantinham uma capela dedicada a Santa Efigênia, santa africana, imagem que ainda hoje se encontra no altar-mor de referida igreja.

> Segundo Silva Caroatá, em sua Crônica do Penedo, datada de 20 de dezembro de 1871, ele menciona a existência de um "livro de entradas das antigas" onde se acham assentamentos dos irmãos do Rosário dos Pretos, datados de 1634.
> Analisando no acervo de mapas da época dos holandeses em Penedo, foi constatada a existência de uma "habitação" no local da referida capela, indicando consequentemente a existência e o provável funcionamento da mesma. O mapa data de 1637, ano em que Maurício de Nassau edificou na Vila do Penedo do Rio São Francisco, para a defesa de seus domínios, o famoso Forte Mauritis. (Silva; Mártires; Sanchez, 2023, p. 118)

Imagem 11 — Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Penedo, Alagoas.



Fonte: DESTINO PENEDO. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Disponível em: https://destinopenedo.com.br/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-dos-homens-pretos/. Acesso em: 24 mar. 2025.

Já naquela época, os devotos do Rosário dos Homens Pretos realizavam a tradicional procissão que ainda hoje - com mais opulência, no entanto - percorre as ruas do "Rosário Largo" e do "Rosário Estreito", que atualmente correspondem, o primeiro, à Rua Barão do Rio Branco e à Praça Marechal Deodoro e, o segundo, à Rua João Pessoa, antiga Rua da Penha, por haver aí nessa rua uma capela com essa denominação. Caroatá, sobre o referido culto diz que

> ali cantava missa nos sábados, que era ouvida por todos os seus alunnos [*sic*], e a noute [*sic*] conduzia a sagrada imagem de N. S. sob o pálio, percorrendo as ruas principais com a Irmandade e grande número de fiéis na devoção do terço (Caroatá, 1962, p. 50).

Sobre o culto atual, vale a pena reproduzir aqui um trecho do texto da pesquisadora da história de Penedo, Cristina Sanchez:

> A lavagem nas igrejas é uma tradição de origem portuguesa, absorvida pelo sincretismo africano em sua feição. Ou seja: Veio de Portugal nos tempos do Brasil Império, da tradição católica onde o povo fazia penitências e promessas aos santos de maior adoração, de varrer, lavar, enfeitar e zelar as igrejas. Da África, os escravos trouxeram para o Brasil a cerimônia das "Águas de Oxalá" que consiste em uma procissão representando a viagem de Oxalá, que foi acometido por injustiças durante todo o percurso de sua jornada ao Reino de seu filho. O ritual afro simboliza uma homenagem a esse orixá (divindade), com rezas, cantos e oferendas. Em localidade escolhida, e com muita água de cheiro, vão lavando e varrendo todo o ódio, inveja, fome, doenças e injustiças, pedindo misericórdia e perdão pelos atos cometidos. Para os africanos, Oxalá é o maior e mais respeitado dos orixás. No Brasil, a padroeira das Irmandades dos Pretos (escravos e libertos), é Nossa Senhora do Rosário, que também é padroeira da cidade do Penedo, que a venera em fervorosa fé e devoção. No interior da igreja, encontram-se santos brancos e negros. Ali se fazia penitência, e procurava-se adaptar a cultura negra à religiosidade branca. Nessa época não havia

> cemitérios e somente os brancos eram sepultados nas igrejas. Em decorrência, a Igreja do Rosário, construída pela Irmandade dos Homens Pretos, tornou-se o solo sagrado do africano no Penedo (Sanchez, [S.d.]).

Essa confluência, contudo, não se transmitiu sem interrupção. A lavagem que hoje se realiza nas sextas-feiras que antecedem o carnaval foi retomada em 2005 por iniciativa do babalorixá Fernando Oiá Balegum, do terreiro Ilê Axé Assessu Omim e Odé Aqueran, que recuperou o antigo cerimonial: a cerimônia das Águas de Oxalá, o ritual de fundamento e o cortejo que percorre o caminho entre a Igreja do Senhor Bom Jesus dos Pobres e a do Rosário dos Pretos (imagem 11), com as baianas da casa entoando louvores em língua africana (Sanchez, [s. d.]). Registrar essa data importa: o patrimônio imaterial penedense não é herança que se conserva por inércia, mas resultado de decisões de quem o sustenta — e, neste caso, de uma comunidade de terreiro que assumiu a tarefa de impedir que a memória se perdesse.

Segundo Dantas e Ribeiro (2025), a casa é hoje dirigida pelo babalorixá Tauasydè de Oxossi, o Pai Bobô, e segue organizando a lavagem do beco e das escadarias do Rosário dos Pretos. E não está sozinha. Um levantamento de 2008, feito a partir dos cadastros das federações de cultos afro-brasileiros, já situava Penedo em terceiro lugar em concentração de casas de axé em Alagoas, atrás apenas de Maceió e Arapiraca; hoje a cidade conta com cerca de 53 terreiros de candomblé e umbanda, distribuídos nas zonas urbana e rural (Dantas; Ribeiro, 2025), e, até onde pude apurar, nenhum deles é bem tombado. Numa cidade que se apresenta como católica, esse dado é, ele próprio, um silêncio do patrimônio oficial.

Chama a atenção o fato de que existam duas igrejas dedicadas ao culto à Nossa Senhora do Rosário, isso se explica pela hierarquia de cor que organizava as irmandades coloniais: a hoje catedral reunia a irmandade da população branca de Penedo, enquanto a população negra, reunida em torno do culto ao Rosário dos Pretos, tinha — e ainda tem — seu templo na esquina da Rua Barão do Rio Branco com a Praça Marechal Deodoro, e incorporou certas simbologias dos cultos africanos à sua devoção, resultando num rito sincrético que amalgama a cultura penedense atual.

Outro edifício iniciado em Penedo na segunda metade do XVII, e o mais antigo dos três, é o Convento Franciscano e a Igreja Santa Maria dos Anjos (imagem 12). O conjunto foi iniciado com o convento em 1660, para abrigar os franciscanos da Ordem Terceira de São Francisco, e fora finalizado apenas em 1760. Uma vez estabelecidos na cidade, os franciscanos começaram a lecionar latim, português, francês, filosofia, além de formarem um grupo coral que deixaria uma tradição de penedenses que se dedicaram à música sacra (Méro, 2018, p. 108).

Imagem 12 — Conjunto da Igreja de Santa Maria dos Anjos e Convento Franciscano, Penedo, Alagoas – à frente, estudantes do IFAL Campus São Miguel dos Campos durante a execução do roteiro.[32]



Fonte: Acervo pessoal do autor, 03 jun. 2026.

A entrada no século XVIII proporcionou algumas mudanças significativas para Penedo. Em 1706 Alagoas é alçada à condição de comarca da então capitania de Pernambuco. No entanto, a ordem régia só seria cumprida 5 anos depois, em 1711, quando começava a perder força o conflito da Guerra dos Mascates, entre Recife e Olinda, entre 1710 e 1711 (Carvalho, 2016, p. 110). Com isso foram criadas três jurisdições jurídico-administrativas com autonomia própria, porém subordinadas ao governo da capitania de Pernambuco: Porto Calvo, ao norte; Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, antiga Alagoas, hoje Marechal Deodoro; e Penedo, que abarcava um território que ia desde o Poxim, no litoral mais ao norte, descia ao São Francisco, e seguia seu curso até o rio Moxotó; ao norte, no Poxim, confinava com a jurisdição de Alagoas do Sul (Marechal Deodoro).

A elevação à comarca trouxe transformações para o perfil urbano de Penedo. Com um ouvidor geral instalado na capital, a malha administrativa portuguesa agora se ampliava na antiga Vila de Penedo, contando então com juiz de fora, escrivão de órfãos, escrivão da Câmara, escrivão e meirinho da Correição, tabelião, inquiridor e contador (Carvalho, 2016, p. 114). Assim foi construída a primeira Casa da Aposentadoria (1769), com cadeia na parte inferior, e logo ampliada com aposentos para os administradores no piso superior (1781). O edifício tomou o lado oeste da antiga Praça do Forte, hoje Praça Barão do Penedo. Posteriormente, a Câmara Municipal tomaria para si o Edifício da Casa da Aposentadoria, construindo um outro edifício ao lado sul para hospedar os juízes de fora, que seria chamado de Casa da Aposentadoria Nova (1781). Já bem entrado o século XIX, o edifício ameaçava ruir, contudo, a Câmara Municipal, por ordem de 14 de setembro de 1825, mandou reconstruir, terminando sua obra em 1833. O edifício voltaria a ser reformado cem anos depois, em 1933. Hoje é ocupado pela Prefeitura de Penedo. Contudo, o antigo edifício do lado oeste, até hoje,

[32] As imagens que registram atividades pedagógicas foram tratadas para preservar a identidade dos estudantes.

ficou conhecido como Casa de Aposentadoria Velha, e a prefeitura ainda é lembrada como Casa de Aposentadoria Nova (Valente, 1957, p. 104).

Imagem 13 — Conjunto arquitetônico da Praça Barão do Penedo, Penedo, Alagoas.



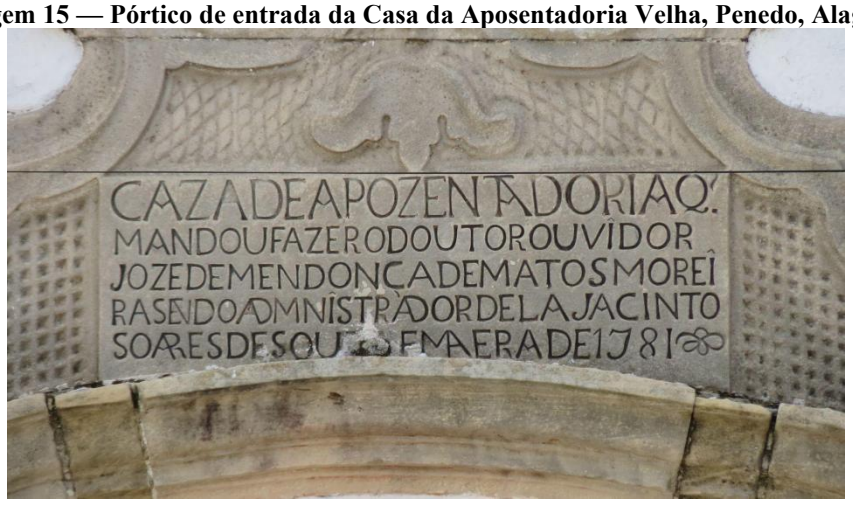
Fonte: Acervo pessoal do autor, 2025.

Imagem 14 — Entrada lateral da Casa da Aposentadoria Velha, Penedo, Alagoas.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2025.

Imagem 15 — Pórtico de entrada da Casa da Aposentadoria Velha, Penedo, Alagoas.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2025.

Imagem 16 — Placa comemorativa na Casa da Aposentadoria Nova



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2025.

Se os dois primeiros séculos de colonização e estabilização do núcleo urbano de Penedo foram atravessados por guerras - primeiro contra os Caeté, segundo contra os holandeses e, à distância, pela guerra palmarina, que, travada longe do Baixo São Francisco, mais deslocou população e engenhos para o sul do que afetou diretamente a cidade - o terceiro século de ocupação foi de relativa paz. O século XVIII vai iniciar um longo e próspero período sem conflitos relevantes para Penedo, assim como para Alagoas. A pacificação do território trouxe uma certa prosperidade para a comarca em relação às outras capitanias do Nordeste, que neste século começaram a perder recursos, humanos e econômicos, para a região das minas gerais, que começavam a ser exploradas neste período.

Sobre a situação da comarca no século XVIII, Cícero Péricles de Carvalho escreveu:

> A economia da comarca era representada por dois fortes segmentos: a pecuária que voltara a ocupar sua antiga importância no vale do baixo São Francisco e os engenhos em número significativo (61). Desses, 52 estavam moendo e nove de "fogo morto" (parados). Os engenhos em atividade estavam assim distribuídos: Porto Calvo com 18, Alagoas, 27, e Penedo, 7. A economia estável, com um número maior de engenhos e de fazendas de gado, explicava o crescimento demográfico desse período. (Carvalho, 2016, p. 115)

Este momento de prosperidade veio acompanhado também de um forte incremento no patrimônio edificado de Penedo. Datam deste século o início da construção dos principais edifícios não religiosos da Penedo histórica de hoje, dos quais posso ressaltar as duas Casas da Aposentadoria, já mencionadas, a Velha (com sua construção iniciada na segunda metade do século XVIII) e a Nova (iniciada no final do XVIII). A primeira guarda sua arquitetura original muito bem preservada, já a segunda, por ter sido mal construída, foi reerguida em 1833, obedecendo o estilo neoclássico da época. Dentro do mesmo conjunto da antiga praça

de armas do Forte Maurício, temos ainda o Oratório dos Condenados, ou Oratório da Forca (1769) como é mais conhecido pelos penedenses, que, segundo conta a tradição oral em Penedo, servia para que os condenados ao cadafalso passassem sua última noite em reza, antes do suspiro final. Não obstante, Méro (2018, p. 132) afirma que nunca houve processo por enforcamentos nestas terras, e Cristina Sanchez afirma que o oratório servia, de fato, como templo para que os condenados encarcerados na cadeia fronteiriça pudessem assistir às celebrações católicas (Sanchez, [s. d.])[33]. O sobrado que hoje abriga o Museu do Paço Imperial também foi construído no século XVIII pela família Lemos, responsável, também, pela construção da Igreja de Nossa Senhora das Correntes, localizada em frente ao Paço.

Imagem 17 — Oratório dos Condenados ou Oratório da Forca, Penedo, Alagoas.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2025.

Existem, ainda, duas construções de menor pompa mas que despertam a curiosidade do observador mais arguto: na Rua do Banheiro, uma pequena ladeira saliente do muro de contenção da Casa de Aposentadoria Nova (atual Prefeitura) que desce em direção ao cais de pedra na beira do rio pela pedra da Rocheira, se encontra no trecho médio da mesma, uma construção, que aparenta uso residencial com uma inscrição “1761”. Segundo nos conta Sales (2013, p. 77), o ano pode fazer referência ao antigo Consulado Provincial, que no século XX foi o Clube de Caça e Pesca do Penedo.

---

33 SANCHEZ, Cristina. Oratório da Forca. Disponível em https://destinopenedo.com.br/oratorio-da-forca/ Acesso em 29 mar. 2025.

Imagem 18 — Indicador de ano na Rua do Banheiro



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2024.

A segunda construção seria a Bica da Torneira, uma fonte de água atribuída pela tradição local aos Carmelitas, construída em torno de uma nascente mineral na atual rua XV de Novembro, que também já foi chamada de Bica do Cuscuz, por ter uma abóbada de tijolos de adobe que, ainda que deteriorada pela falta de cuidados e de preservação, ainda se encontra de pé, e lembra o formato do cuscuz de milho feito em cuscuzeiras côncavas.

3.5 Penedo no século XIX: industrialização, burguesia e urbanização

O século XIX trouxe mudanças significativas para Alagoas e, mais especificamente para Penedo. A cidade se consolida como a "princesinha do Baixo São Francisco", com uma economia centrada na pecuária e na indústria de transformação de produtos agrícolas, como o algodão, a cana de açúcar, o óleo de mamona e o beneficiamento de arroz. A feira de Penedo, se consolida como um dos grandes empórios da região, e o fluxo econômico leva o poder central a criar instituições de controle fiscal na cidade ribeirinha, como a Mesa de Rendas, que substituiu a antiga Alfândega.

Ainda que a cana de açúcar tenha se estabelecido como principal produto da economia alagoana ao longo dos séculos, o sul da antiga Comarca e futura Capitania se distanciou dessa dinâmica, apresentando uma economia mais voltada para a pecuária e para a produção de arroz. Não que não existissem engenhos na região, mas esses representavam uma economia de menor importância na economia da cidade.

> No começo do século XIX Penedo possuía 250 a 300 fazendas de gado, segundo informação que se colhe nas Cartas de Vilhena; quanto a engenhos, acrescentava, que havia "alguns Engenhos de assucar, se bem que de menos consideração". Continuaram assim os engenhos penedenses. Entregues à cultura do arroz no vale do Marituba e do Boassica, à pesca no rio de São Francisco e seus afluentes, à pecuária

> nas fazendas de gado, seus habitantes não se prenderam à monocultura do açúcar (Diégues Júnior, 1980, p. 77).

> O arroz é outra cultura comercial de presença antiga. Esse vegetal importado da Ásia foi plantado em várias regiões de Alagoas. Produzido de maneira constante nos baixos vales dos rios da zona da mata, encontrou no vale do Baixo São Francisco seu habitat mais acolhedor, ocupando importante papel na região ribeirinha (Piaçabuçu, Penedo, Porto Real do Colégio e Igreja Nova), na qual a cheia anual do rio construía as "lagoas de arroz", nos terrenos alagados das suas margens ou das ilhas fluviais (Carvalho, 2016, p. 134-135).

O *Almanak de Alagoas*, na sua edição de 1891 aponta a existência de 17 engenhos de açúcar no município de Penedo. Três anos depois, o *Almanak* lista apenas 11 (Andrade, 1894). E a julgar pelo nome de alguns desses engenhos, alguns se localizariam em lugares que hoje já não pertencem mais ao município de Penedo, como São Brás, Igreja Nova e Piaçabuçu.

Juntamente com a indústria de processamento de arroz, o algodão também aparece como importante setor agroindustrial penedense. É provável que no início do XIX atenderia à demanda local, com um processamento de fiação de algodão ainda rudimentar e de base familiar, para produção de roupas para os escravizados, para a população mais pobre e para o velame das embarcações. A partir da abertura do porto do Penedo para comércio com qualquer embarcação de qualquer nacionalidade (1867) surgem as fábricas de fiação na cidade e posteriormente duas fábricas de tecidos, já no final do século XIX (Peixoto, 2020; Méro, 2018).

A indústria de óleo de rícino à base de processamento da mamona foi também uma atividade amplamente desenvolvida na incipiente indústria penedense ao longo do século XIX. Citando ainda o *Almanak* de 1891, ao tratar sobre o comércio e indústria de Penedo, observa-se que

> Quanto à industria, consiste no estabelecimento de algumas fabricas de pilar arroz, de extrahir oleos, de descaroçar algodão e fazer vinagre, licores e outros preparados alcoolicos. Fabrica-se tambem ali a louça vidrada e trata se de organisar uma companhia para a fundação de uma fabrica de tecidos de algodão
>
> [...]
>
> Agricultura e pecuaria.- O municipio é em geral agricola e seu territorio adaptado para a cultura do algodão, do milho, feijão, mamona, arroz, mandioca, inhame e outros cereaes. Ha tambem terrenos proprios para a cultura da canna de assucar e alguns engenhos bem importantes (Alves, 1891, p. 298-299). (Mantive a grafia original do documento).

Três períodos se destacam na história de Penedo no século XIX: o período da Revolução Pernambucana (1817) à Independência do Brasil (1822), com a consequente transformação da Comarca em Capitania; a passagem do monarca Dom Pedro II pela cidade

(1859), na sua viagem à cachoeira de Paulo Afonso; e o período anterior e imediatamente posterior à proclamação da República (1889), com a consolidação das oligarquias no comando da cidade.

A instabilidade gerada pela Revolução Pernambucana na Comarca de Alagoas, alcançou os penedenses aos 15 dias do mês de março de 1817, quando souberam das movimentações do Padre Roma na capital da comarca, nove dias após iniciado o levante em Recife (Valente, 1957, p. 45).

Num primeiro momento a cidade cedeu aos impulsos revolucionários vindos de Pernambuco e foram libertados os presos da cadeia, as bandeiras reais foram removidas e "tiraram as armas portuguesas das barretinas e talabartes" (Caroatá, 1962, p. 23). Caroatá atribui esse primeiro momento de adesão à Revolução, por se encontrarem os penedenses exauridos pela seca e pelas epidemias de varíola que assolaram a cidade no ano anterior, "julgando infrutífera qualquer resistência, visto não contarem com o apoio de fora" (Caroatá, 1962, p. 23). Ao saberem que a Bahia não havia aderido à Revolução, que o Padre Roma havia sido executado em Salvador, e que em São Cristóvão (SE) se encontrava o general Cogominho de Lacerda no comando de uma tropa de militares a pé e um piquete de cavalaria prontos para marchar sobre Alagoas rumo a Pernambuco os penedenses mudaram de ideia: "de princípio rebelde, surge o primeiro grito de uma contra revolução a favor da legalidade, fazendo erguer a bandeira real, e assim a República não medrou" (Valente, 1957, p. 46).

Carvalho atribui essa mudança de postura à "inexperiência de seus líderes e pela pronta reação dos monarquistas portugueses" (2016, p. 164). O Padre Roma não conseguiu verdadeiramente incitar à Revolução em Alagoas porque ao que parece estava só *de passagem* para a Bahia, província que lhe interessava mais ao movimento revolucionário. Nessa passagem rápida, congregou apenas com o chefe de armas de uma pequena guarnição de Alagoas do Sul (que inclusive lhe traiu ao mandar avisar ao Conde dos Arcos, na Bahia, da sua pronta chegada em Salvador para promover a Revolução), sem estabelecer maiores contatos com os líderes civis da comarca, daí a surpresa com a qual foram tomados os alagoanos no estalar da rebelião. Junte-se a isso a rápida reação do ouvidor Antônio Batalha que organizou o movimento contrarrevolucionário com habilidade, desarticulando o movimento em Alagoas em apenas um mês.

Em Penedo, apesar de hasteadas as bandeiras reais, e dos gritos de "viva El-Rei Dom João VI" promovidos por toda a governança e pelos militares na cidade, os penedenses ainda foram hostilizados pelos habitantes e militares da fronteiriça Vila Nova, atual Neópolis, Sergipe.

> Apesar das manifestações solenes que davam os penedenses de repelirem a rebelião, continuavam a ser reputados patriotas pelo povo de Vila Nova, e como tais perseguidos. A Câmara oficiou ao governador de Sergipe implorando a suspensão das hostilidades que sofriam os habitantes desta vila do comandante do destacamento dali, mas não foi atendida.
> Estabeleceram os de Vila Nova corso no rio, apressando as sumacas do Penedo que vinham da Bahia, saqueando e destruindo as canoas, prendendo as pessoas que nelas encontravam; vinham mesmo à margem do rio do lado do Penedo para perseguir (Caroatá, 1962, p. 24).

No dia 6 de abril, sob ordem do Conde dos Arcos, a Comarca de Alagoas passa da jurisdição de Pernambuco para a da Bahia. Essa decisão apesar de não ter efeitos práticos, mostrava o empenho da monarquia em extinguir a Revolução.

Penedo ainda sofria com as hostilidades vilanovenses, e no dia 16 de abril, durante reunião na Casa da Câmara para discutir como lidar com a situação, irrompem na sala alguns oficiais de Vila Nova que mandam prender os altos cargos do oficialato de Penedo. Ilustra esta tensão o relato abaixo:

> Foi preso em Coruripe o ajudante do regimento dos pardos Manoel Luiz das Chagas pelo sargento do mesmo regimento José Carlos da Silva que morava há muito no têrmo da Vila Nova. Em consequência de tamanha opressão reuniu-se no dia 16 de abril o povo no paço da Câmara para protestar contra tão revoltante procedimento. Por aviso dado por alguém do Penedo, soltando um foguete na canoa do rio segundo se diz, vieram de Vila Nova o capitão de ordenanças Bento de Mello Pereira, depois barão de Cotinguiba, o ajudante Miguel dos Anjos e o alferes do regimento dos pretos, Anacleto do Rosário, e na sala da Câmara, ainda em sessão da mesma, prenderam ao coronel Ignácio Francisco da Fonseca Calaça Galvão, comandante do regimento dos brancos, o sargento-mór do mesmo regimento Miguel Velloso da Silva Nóbrega e ao capitão-mor das ordenanças José Gregório da Cruz, sem que mostrassem ordem superior: não obstante, todos obedeceram a fim de não serem tidos por sediciosos. e foram presos para Vila Nova, exceto o capitão-mor José Gregório, que por estar doente, foi recolhido à sala livre (Caroatá, 1962, p. 25).

A situação somente se normalizou com a chegada do general Cogominho a Vila Nova e o seu recebimento pelos penedenses a este lado do rio e posterior soltura por ordem do Conde dos Arcos dos concidadãos presos na Bahia.

Após a Revolução Pernambucana, Alagoas se torna independente de Pernambuco, tornando-se capitania autônoma aos 16 de setembro de 1817. A historiografia tradicional atribui esse ato régio ao apoio dado pelos alagoanos na supressão da rebelião republicana, no entanto, a partir dos anos 60 do século passado, Diégues Júnior inaugura a tese de que a "independência política de Alagoas foi conquistada pelo esforço construtivo do trabalho coletivo, fazendo possível que a comarca oferecesse condições adequadas e propícias para viver autonomamente" (Diégues Júnior *apud* Carvalho, 2016, p. 147), ou seja, que Alagoas já reunia todas as condições - políticas e econômicas -para ser independente de Pernambuco.

Para Penedo a independência não modificou muito seu *status quo*. A cidade já desfrutava de uma certa autonomia política desde a criação da comarca e do estabelecimento de órgãos administrativos e de justiça da Coroa portuguesa ao longo do XVIII; a emancipação em relação a Pernambuco (1817) e a independência do Brasil (1822) pouco alterariam esse quadro. A transição de Alagoas em província autônoma (1821) tampouco resultou em grandes mudanças na dinâmica da cidade, vindo apenas para referendar no poder as famílias mais abastadas responsáveis pelo frutífero comércio na região, ou aquelas que possuíam terras produtivas. Ao parecer, nem mesmo a instalação do Conselho Geral da Província (1829), depois a da Assembleia Provincial (1835), e os posteriores conflitos entre os "lisos", conservadores apoiadores de José Tavares Bastos, e "cabeludos", os liberais partidários do Visconde de Sinimbu, abalaram significativamente a relativa estabilidade da penedia do São Francisco.

Já a Guerra dos Cabanos (1832-1850) influenciou de forma positiva a dinâmica comercial de Penedo. Por estar circunscrita ao norte de Alagoas e ao sul de Pernambuco, o longo período de guerra de guerrilhas, em que os revoltosos queimavam canaviais, engenhos, e outras plantações da antiga área palmarina, deslocou o eixo econômico para o sul da província, favorecendo não só a produção do algodão, que estava gerando lucros similares ao da cana de açúcar (Diégues Júnior, 1980, p. 113), mas, também, o surgimento de alguns poucos engenhos mais na área penedense.

Algumas revoltas ainda sacudiram pontualmente a calmaria baixofranciscana. Dentre elas, o Mata Marinheiro, movimento popular na esteira dos movimentos anti-lusitanos ocorridos no pós-independência (1822) e após a abdicação de Pedro I (1831), que visavam, o primeiro, expurgar os portugueses dos postos da administração do Estado e, o segundo, expulsá-los do controle das melhores praças de comércio em Alagoas (Carvalho, 2016, p. 167).

> O Conselho Geral, convocado, accede às imposições populares. Mas a medida de demissão em massa não alcança toda a província, limitando-se aquellas localidades cujas camaras a haviam pedido. Percebe-se a repugnancia do Conselho na adopção da violencia (Costa, 1983, p. 104)(Manteve-se a grafia do original).

Carvalho, acrescenta ainda que "o viajante inglês George Gardner, ao visitar as cidades de Maceió, Penedo e Alagoas[34], em 1838, registrou que essas localidades tinham perdido muito de sua força comercial e urbana com a saída dos portugueses" (2016, p. 168).

[34] A cidade referida por Gardner é Alagoas, antiga Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul e atual Marechal Deodoro, que foi capital da província até 1839 — portanto à época da visita do viajante, em 1838.

Essa situação, no entanto, parece já estar apaziguada quando, mais adiante, de meados do XIX em diante, percebemos um fluxo migratório português para a cidade ribeirinha que, ainda que relativamente pequeno, marcaria definitivamente a expansão da urbanização, do comércio e da consolidação de uma classe burguesa comercial em Penedo. A chegada de Manoel da Silva Peixoto em Penedo em 1866 foi um marco no início da modernização comercial e industrial na cidade. Mais tarde, aliado com seus familiares e, posteriormente, seus descendentes, fundariam diversas empresas que transformaram não só a dinâmica comercial da cidade, como também sua arquitetura e urbanização tanto no século XIX como no século XX. Entre seus empreendimentos mais relevantes estão a Companhia Industrial Penedense, fábrica de tecidos que aproveitava a abundante produção algodoeira na região e chegou a "produzir 280.000 metros de tecidos mensalmente em 230 teares, empregando de 500 a 600 operários de ambos os sexos" (Peixoto, 2020, p. 74), e a Fábrica de Óleos de Penedo "que era aparelhada de quatro prensas aptas a esmagar 10 toneladas de caroço de algodão por dia, e empregava cerca de 30 operários" (Peixoto, 2020, p. 75). O português também foi responsável pela introdução da Companhia de Navegação Bahiana, que conectava o porto de Penedo a Salvador, e pela companhia Lloyd Brasileiro, responsável pela navegação de longos trajetos pela costa do Brasil, com vapores que realizavam o percurso ao Rio de Janeiro ou até Belém do Pará (Peixoto, 2020, p. 75).

Imagem 19 — Edifício da Companhia Industrial Penedense, Penedo, Alagoas.



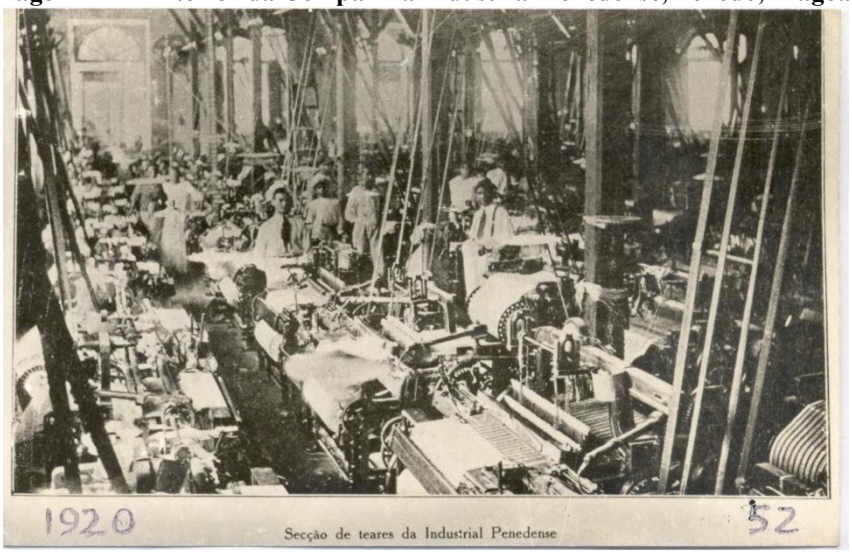
Fonte: PEIXOTO, Ivone. O Penedo: a história de uma cidade e dos empreendedores que forjaram sua identidade. Brasília: Gráfica Movimento, 2020.

Imagem 20 — Marina do Santo Antônio, Penedo, Alagoas.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2025.

Imagem 21 — Interior da Companhia Industrial Penedense, Penedo, Alagoas.



Fonte: PEIXOTO, Ivone. O Penedo: a história de uma cidade e dos empreendedores que forjaram sua identidade. Brasília: Gráfica Movimento, 2020.

Outro português que aportou por estas terras também se dedicou ao comércio, porém foi nas artes e na cultura que ele deixou sua marca. Também Manoel, de sobrenome Pereira Carvalho Sobrinho, nasceu em Travassós, no concelho de Fafe, em 1845. Trabalhou como caixeiro viajante na Bahia e chegou em Penedo para tratar de negócios em 1864, trabalhou na companhia de Manoel Peixoto para depois de uns anos abrir seu próprio negócio: a tipografia "Luso-Brasileira". Aqui explorou junto aos franciscanos sua vertente artística e descobriu que compartilhava da mesma vocação com os penedenses: as artes. Sendo assim, em 1865, em companhia de vários músicos e artistas da cidade fundou a Sociedade Filarmônica Sete de Setembro, que além de apresentações musicais ministrava aulas de música, dança e vendia e consertava instrumentos musicais - especialmente pianos. Deve-se em grande parte a Carvalho Sobrinho a alcunha de Penedo como "cidade dos pianos" (Peixoto, 2020, p. 83-84).

No entanto, ao mecenas luso-penedense, lhe parecia que ainda faltava a Penedo um espaço digno de sua verve artística. Assim, Carvalho Sobrinho lançou a ideia aos seus companheiros da Sociedade Filarmônica da construção de um teatro digno da cidade que o acolheu. Foram organizadas rifas, leilões e festas a fim de angariar os fundos para aquisição do terreno e dar início às obras, inaugurando o Teatro Sete de Setembro no dia que leva seu nome, no ano de 1884 (Peixoto, 2020, p. 86-87).

Imagem 22 — Teatro Sete de Setembro Penedo, Alagoas.



Fonte: PEIXOTO, Ivone. O Penedo: a história de uma cidade e dos empreendedores que forjaram sua identidade. Brasília: Gráfica Movimento, 2020.

O último dos movimentos populares do XIX que sacudiu a placidez penedense foi o espontâneo e confuso Quebra-Quilos e do qual pouco posso falar por não dispor de muitas fontes sobre o mesmo. Dentre toda a bibliografia que manejei até agora neste trabalho, apenas Péricles de Carvalho menciona Penedo entre as cidades que vivenciaram esta revolta.

> Em 1874, a revolta do Quebra-Quilos, que tinha começado na Paraíba e Pernambuco, chegou a Alagoas, espalhando-se por muitos municípios: Atalaia, Imperatriz (União dos Palmares), Paulo Afonso (Mata Grande), Pilar, Quebrangulo, São Brás, Traipu, Viçosa, onde foi preso o líder revoltoso Thomaz do Brejo Grande, e na vila de Penedo, onde 300 pessoas armadas apresentaram-se na paróquia de Porto Real do Colégio para arrancar os editais, dirigir-se à casa do Juiz de Paz, para tomar e rasgar o exemplar da lei. Era um movimento liderado por "indivíduos mal intencionados, na sua maioria criminosos e turbulentos, que foram duramente reprimidos", segundo a interpretação tradicional do historiador viçosense Alfredo Brandão (Carvalho, 2016, p. 171).

A passagem de Pedro II por Penedo foi breve: menos de 48 horas, apenas. Desembarca em Penedo às 13h07 min do dia 14 de outubro de 1859, e segue rumo a Paulo Afonso às 5h30min do dia 16 do mesmo mês (Bediaga, 1999). Apesar de breve a visita circunstancial do monarca a Penedo deixou marcas indeléveis na toponímia e na memória penedense. A começar pelos vários nomes e títulos de “imperial” na urbanização da cidade: a Imperial Rua da Corrente, a Imperial Sociedade Filarmônica Sete de Setembro, o Paço Imperial, são exemplos de como a sociedade penedense da época mantinha em alta estima não só a monarquia, mas também a própria figura do Imperador e como a sua visita endossou essa estima.

Dom Pedro II visitou templos, o cemitério de São Gonçalo do Amarante (imagem 25), os edifícios públicos, as indústrias de beneficiamento de arroz e óleo de rícino, a feira, o hospital (Santa Casa de Misericórdia de Penedo), o Oratório da Forca, alguns alambiques de "bebidas espirituosas", elogiou o casario e a água de beber. Chama a atenção o interesse do monarca pelo grau de instrução dos estudantes nas cidades por onde passa. Nas passagens do seu diário em que trata da viagem a Paulo Afonso, em que relata as visitas a Piaçabuçu, Penedo e Neópolis, não deixou de visitar os estabelecimentos de ensino destas cidades, nem deixou de arguir os estudantes sobre seus conhecimentos em francês, literatura ou matemática. Dom Pedro II também levanta críticas aos professores e faz observações nos seus diários sobre a evasão escolar nos estabelecimentos de ensino das cidades mencionadas.

> Depois corri as aulas: a de latim, tem 36 matriculados, frequentando-a até 30.
> [...]
> Aula de meninos: matriculados 112, frequência de 70 a 80.
> Achei um menino José Fernandes de Araújo muito esperto. Aula de meninas dirigida pela mulher do mestre da que fica já mencionada: 44 matriculadas; frequência de 20 e tantas, e havia poucas por ser feriado, havendo hoje feira aqui.
> Outra aula de meninas: 35 de matrícula, frequência 20 e tantas; a primeira professora pareceu-me melhor, nas aulas de meninas a aritmética não passa das 4 operações. Vi aí as alunas divididas em 2 grupos das vencedoras tendo na parede de seu lado uma bandeira desenrolada, e defronte a das vencidas, também com bandeira, mas enrolada.
> As duas únicas divisões de merecimento não parecem suficientes, e o inspetor dos estudos, Titara, disse-me que cuidava da reforma da instrução pública (Bediaga, 1999, p. 18-19)

No entanto, dos registros sobre Penedo deixados pelo Imperador nos seus diários, o que mais se repete, tanto na historiografia tradicional quanto na história oral de Penedo, é a afirmação do monarca que diz "o local é muito bonito e creio que deverá estar aqui a capital da província" (Bediaga, 1999, p. 17). Esta afirmação, embora repetida reiteradamente entre os livros de história e guias turísticos de Penedo, levanta alguns questionamentos em relação a Penedo e a capitalidade alagoana de Maceió. Primeiro, a viagem do Imperador pelo São Francisco se deu em 1859, portanto, vinte anos depois da oficialização de Maceió como capital de Alagoas (1839). Mas quando Dom Pedro II escreveu "deverá estar aqui a capital da província" o faz no futuro - *deverá* -, no entanto, se a província de Alagoas já tinha sua capital, a que província se referia Dom Pedro II? É possível, claro, que o "deverá" tenha aí o sentido de "deveria", e que o imperador apenas julgasse o lugar mais digno de uma capital do que Maceió; ainda assim, a frase não autoriza a leitura de um projeto de transferência. Pretenderia ele iniciar uma disputa com as oligarquias alagoanas transferindo a capital para o extremo sul da província? Tal medida parece pouco provável tanto do ponto de vista geopolítico quanto

estratégico de defesa territorial, uma vez que Maceió se localiza aproximadamente na metade da distância entre os limites norte e sul de Alagoas, e mais próxima da zona norte canavieira de Alagoas facilitando o escoamento da produção e o controle político do território.

Elucubrações à parte, o fato de muitos dos títulos de "imperial" terem sobrevivido à passagem para o regime republicano, aponta para essa afeição entre a figura de Dom Pedro II, o regime imperial e o povo de Penedo. A "vocação" monárquica - entre muitas aspas - de Penedo aparece também na conservação do título de "mui nobre e sempre leal", comum, como vimos, às três primeiras vilas alagoanas e registrado em documentos antigos (Caroatá, 1962, p. 18), e mantido na passagem a cidade, em 1842; e, ainda que não conste mais nos emblemas e publicações oficiais do poder público, o mote permanece na memória do seu povo, dos cronistas e artistas que perpetuam nas suas palavras o título honorífico.

> Depois desta data encontra-se numas escrituras a denominação de vila de S. Francisco, e noutras a de Vila do Penedo do rio de S. Francisco, isto é até 1704; empregaram os tabeliães daí em diante, exclusivamente a última denominação. Teve o título de muito nobre e sempre leal, como as outras duas vilas, Alagoas e Pôrto Calvo, e que consta de documentos antigos.
> Foi elevada à categoria de cidade pela lei provincial n. 3 de 18 de abril de 1842, que lhe conservou o título mencionado (Caroatá, 1962, p. 18. Mantive a grafia do original).

Se um só monarca deixou marcas indeléveis e reconhecidas na história e na geografia urbana penedense, outros personagens não desfrutaram da mesma valorização por parte dos poderes públicos. Me refiro à população negra e indígena de Penedo.

Dos indígenas é difícil rastrear sua história, já que, como vimos anteriormente, os Caeté e Abacoatiara foram ou exterminados ou expulsos da região litorânea de Alagoas, o que inclui Penedo, miscigenando-se com outros povos do interior. Hoje, a Coordenação Nordeste I da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), com sede em Maceió, é responsável pela atuação junto aos povos indígenas das etnias Koiupanká, Katokin, Kalankó, Karuazu, Jeripankó, Pankará serra do arapuá, Pankará serrote dos campos, Tuxá Campos, Xocó, Xucuru de ororuba, Xucuru de cimbres, Kapinawa, Xucuru Kariri, Kambiwá, Pipipã, Tuxá de Inajá, Wassu Cocal, Aconã, Kariri Xocó, Karapotó Terra Nova, Karapotó Plaki-ô e Tingui Boto[35]. Em Alagoas, os povos dessa lista distribuem-se em municípios como Traipu, Palmeira dos Índios, Água Branca, São Sebastião, Porto Real do Colégio e Feira Grande. Apesar de Porto Real do Colégio já ter pertencido ao território da vila e da cidade de Penedo, hoje no

[35] Nem todos estes povos habitam estritamente o território alagoano, alguns se encontram em Pernambuco e uns poucos no município de Porto da Folha, Sergipe. FUNAI, 2020, disponível em https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/coordenacoes-regionais-funai/cr-nordeste Acesso em 1 jun. 2025

município de Penedo não existem terras ou aldeias indígenas, apesar de haver pessoas que se reconhecem indígenas, alguns inclusive com a devida documentação da FUNAI.

Já a história dos negros em Penedo é mais documentada e materialmente mais visível. Sua presença é destacada desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus.

> Data dos últimos cinqüenta anos do século XVI a introdução do negro nas Alagoas. É de admitir-se que o seu aparecimento, em condições mais regulares, se tenha processado com a fundação dos engenhos; entretanto, não é de desprezar a hipótese de que elementos negros tivessem participado da bandeira exploradora de Jerônimo de Albuquerque, em 1557, o qual, de certo, se teria feito acompanhar de escravos. E começaram os contingentes negros a penetrar nas Alagoas (Diégues Júnior, 1980, p. 157).

A influência do negro na cultura penedense já foi tratada aqui neste trabalho (seção 3.4), mas ao me referir a materialidade dessa influência me refiro não só aos aspectos culturais, como a lavagem do beco, os grupos de capoeira, maculelê, samba de roda, coco e guerreiro treme terra, e sim na própria geografia do município que alberga dentro dos seus limites dois quilombos: o quilombo do povoado Tabuleiro dos Negros, na zona rural, e o antigo quilombo que existiu nos arrabaldes do Oiteiro, atual bairro Senhor do Bom Fim, já na área urbana. Deste último, Cristina Sanchez registra que pouco se sabe, salvo pelo Maracatu do Oiteiro, que a autora descreve como testemunha viva proveniente dos resquícios daquele quilombo (Sanchez, [s. d.]). O dado não é marginal ao percurso que este roteiro propõe: tanto o Maracatu quanto as Taieiras acompanhavam as procissões de Nossa Senhora do Rosário, prestando reverência diante da fachada da igreja que constitui a quarta parada — de modo que a presença quilombola comparece no centro histórico mesmo quando seu território fica fora do perímetro tombado. Uma caracterização atual dessas comunidades — população, atividades econômicas, formas de organização — exigiria trabalho de campo que esta pesquisa não realizou, e fica indicada como desdobramento.

Outro ponto que mereceria mais atenção dos historiadores é a presença dos negros malês em Penedo. Abelardo Duarte já registrou da presença desse grupo em Penedo, e aponta que "núcleos de negros muçulmis [*sic*] (pequenos, embora), como eram localmente designados, assentavam na Rocheira e no Barro-Vermelho. Mas, espalhavam-se também no chamado 'Termo da Vila'" (Duarte, 1958, p. 39).

Imagem 23 — Negros muçulmanos (malês) do Penedo



Fonte: DUARTE, Abelardo. Negros muçulmanos nas Alagoas (os malês). Maceió: Edições Caeté, 1958. Fotografia de Carvalho Sobrinho, 24 ago. 1887. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/negros-muculmanos-em-alagoas-os-males.html. Acesso em: 1 jun. 2025.

A pesquisadora Cristina Sanchez confirma o bairro de Santo Antônio (Barro Vermelho) como local de residência dos malês (Silva; Mártires; Sanchez, 2023, p. 53), e Francisco Sales (2013, p. 94) cita Abelardo Duarte para corroborar a presença deste grupo em Penedo. Dada a inegável presença do grupo na cidade, torna-se imperativo realizar investigações adicionais, incluindo abordagens arqueológicas, com o objetivo de obter mais evidências materiais da presença dos malês em Penedo.

Mas o que houve com os malês do Penedo? De acordo com Abelardo Duarte (1958), muitos voltaram à África depois da abolição, deixando sua contribuição na configuração cultural da cidade,[36] notável nas suas manifestações sincréticas.

Nada disso se entende sem olhar para o que sustentava economicamente a cidade. Penedo era, segundo Luana Teixeira, a segunda praça mais importante da província, e sua força não vinha da cana — vinha da posição. Do interior, pelo rio ou por terra, pequenos e grandes mercadores convergiam para vender e exportar seus produtos pela Barra do São Francisco, que abria o contato direto com as principais praças comerciais do Império. Penedo era entreposto, e ficava longe da zona canavieira que organizava o resto de Alagoas (Teixeira, 2025, p. 154). Foi essa condição que fez da cidade um ponto do comércio interprovincial de pessoas escravizadas.

---

[36] "A Boneca Negra (Bebiana) das festividades afro-religiosas é uma homenagem ao elemento Malê de Penedo, representando a figura de Bebiana Maria da Conceição Costa, natural da Costa D'África, que viveu e faleceu em Penedo no dia 02 de maio de 1886. Ela nasceu e viveu na religião de Maomé (Negra Malê), embora também pertencesse às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a de São Benedito" (Sanchez, 2023, p. 123) Bebiana Maria da Conceição Costa está enterrada no cemitério de São Gonçalo do Amarante, no Centro Histórico de Penedo. Consta no seu testamento, que pediu para ser enterrada nas tradições católicas e islâmicas, estando seu túmulo em direção à Meca, lugar sagrado dentro da religião islâmica.

O termo importa. Não se trata do tráfico atlântico, encerrado em 1850, mas do comércio interno, que já existia antes de 1850 e se intensificou com o fim do tráfico atlântico: a venda de pessoas escravizadas das províncias do Norte e do Nordeste para as lavouras de café do Sudeste, legal e tributado, que movimentou o país entre as décadas de 1840 e 1880. Alagoas participou dele ativamente como vendedora. Só entre 1854 e 1858, 458 pessoas escravizadas foram comercializadas pelo porto de Penedo (Teixeira, 2025, p. 43).

Quem organizava esse comércio não era gente de fora. Nos anos 1870, praticamente todos os grandes comerciantes estabelecidos na praça de Penedo compravam e vendiam escravizados, quase sempre em sociedade com firmas baianas ou da Corte. Os anúncios de compra saíam nos jornais locais com a naturalidade de quem anuncia qualquer mercadoria. Entre esses negociantes destacou-se José Maria Gonçalves Pereira, saudado por um contemporâneo como "o maior e mais empreendedor comerciante que já teve o baixo São Francisco" (*Jornal do Penedo*, 1876 apud Teixeira, 2025, p. 144).

Há um detalhe que distingue Penedo de Maceió e que interessa particularmente a um roteiro que percorre o centro histórico. Aqui os comerciantes estavam próximos do poder político — a ausência de uma elite açucareira tradicional abriu espaço para que os grandes negociantes ocupassem as posições de mando local (Teixeira, 2025, p. 135, 153). Não havia, portanto, uma classe de traficantes à margem da sociedade respeitável: os homens que compravam e vendiam pessoas eram os mesmos que erguiam sobrados, financiavam obras públicas e ocupavam cargos. Ainda assim, nenhum deles se dizia comerciante de escravos. Teixeira mostra que o termo era evitado mesmo por quem exercia notoriamente a atividade, tanto pelo peso pejorativo que ganhou nas últimas décadas da escravidão quanto porque a diversificação dos negócios permitia que cada um se apresentasse por qualquer das outras coisas que também fazia (Teixeira, 2025, p. 140-141).

É uma recusa que atravessou o tempo. A cidade que preservou o casario, os sobrados e os nomes de seus comerciantes ilustres não preservou, no patrimônio oficial, nenhuma marca de que por aqui passaram centenas de pessoas vendidas para longe de suas famílias. O silêncio começou na própria época, quando ninguém queria o nome associado ao negócio, e continuou depois, na escolha do que virou patrimônio.

Para o período posterior à abolição, não localizei dados populacionais desagregados por cor referentes a Penedo, já que as fontes que manejei registram apenas o total de habitantes. Para as décadas anteriores, porém, a documentação levantada por Teixeira permite dimensionar tanto o comércio quanto os caminhos de saída da escravidão: entre 1845 e 1886 foram registradas em Penedo 380 cartas de alforria, compreendendo a liberdade total ou

parcial de 413 pessoas, sendo a alforria paga a modalidade mais frequente, com 45,5% dos casos (Teixeira, 2022, p. 131). A população escravizada do município oscilou, ao longo do período, entre novecentos e 2.200 indivíduos.

Tabela 1 — População por município em Alagoas, anos de 1890-1900.

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS - 1890/1900			
N.º	Municípios	População de 1890	População de 1900
1	Água Branca	6968	10848
2	Anadia	24493	26689
3	Alagoas	12220	15336
4	Atalaia	28420	41244
5	Bello Monte	3934	10126
6	Coruripe	6958	9707
7	Limoeiro	15747	20154
8	Maceió	31498	36542
9	Maragogý	18524	24707
10	Muricy	25039	15336
11	Palmeira dos Indios	15910	22237
12	Parahyba	16409	20325
13	Passo do Camaragibe	22696	22971
14	Paulo Affonso	8072	11170
15	Pão de Assucar	11848	14334
16	Penedo	12421	15030

17	Pilar	13348	15766
18	Piranhas	6425	3523
19	Piassabussú	6425	9137
20	Porto Calvo	28403	28812
21	Porto Real do Collegio	7494	10819
22	Porto de Pedras	9065	14108
23	Poxim	5000	7334
24	Sant'Anna do Ipanema	10525	17110
25	Santa Luzia do Norte	12924	18062
26	S. Braz	10525	15165
27	S. Luiz do Quitunde	16790	18266
28	S. José da Lage	15425	26870
29	S. Miguel de Campos	19991	20236
30	Traipú	13342	19413
31	Triumpho	7054	8287
32	União	27664	47000
33	Victoria	11984	15968
34	Viçosa	35643	39821
	TOTAL	518756	662673

Fonte: (Costa; Cabral, org., 2016, p. 261).

No entanto, os dados anteriores a 1888 sim trazem as informações de *pessoas livres* e de *escravizados*. Entre os livres, encontramos vários personagens de origem afrodescendente

em meio ao grupo, especialmente os que ascenderam pelas milícias e pelo suporte social das irmandades religiosas, especialmente a do Rosário dos Pretos (Alves, 2019).

Tabela 2 — População de Alagoas por condição civil: 1819-1871

População de alagoas por condição civil (1819-1871)				
Ano	População	Escravos	Livres	Estatísticas
1819	111973	42879	69094	A.R.Veloso de Oliveira
1824	126991	25717	101274	
1847	207294	36675	167619	Campos Mello
1849	207766	39790	167976	Nunes de Aguiar
1860	249704	44411	205286	Thomaz Espindola
1871	327530	49336	278194	José Alexandre Passos
1871	320000	50000	270000	Dias de Moura

Fonte: (Carvalho, 2016, p. 319).

Thomaz Espíndola calcula que, em 1860, Penedo possuía 15.482 habitantes, dos quais 13.482 eram livres e 2.000 escravizados (Espíndola, 2001, p. 97). O autor não discrimina a população livre por cor, mas a pesquisa de Fabianne Alves sobre os pardos da Vila do Penedo entre 1758 e 1819 documenta a presença expressiva de pessoas negras e pardas entre os livres, algumas delas ocupando posições de relevo na sociedade local: a diretoria do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, por meio da Irmandade de São Gonçalo Garcia, e o Regimento de Milícias dos Homens Pretos de Penedo (Alves, 2019). É razoável supor que, às vésperas da abolição, essa população livre negra e parda superasse em número a branca.

Imagem 24 — Comemoração da assinatura da Lei Áurea em frente ao edifício da Prefeitura de Penedo, Alagoas.



Fonte: FOTOS DE FATOS. Comemoração da Abolição em Penedo, 1888. Disponível em: https://x.com/FotosDeFatos/status/1392821515125669889. Acesso em: 6 jun. 2025.

O 13 de maio de 1888 foi o primeiro capítulo na virada da condição civil das pessoas negras escravizadas no Brasil, agora são pessoas juridicamente livres mas que ainda enfrentavam dificuldades pela sua ascendência negra num país profundamente racista. O passo para o regime republicano, transformando a todos em cidadãos, pode ser observado também nas estatísticas: depois do recenseamento de 1890, os de 1900 e 1920 deixaram de registrar a cor da população, equiparando todas as pessoas na condição de cidadão e colocando panos quentes sobre a questão do racismo e a condição social das pessoas negras no Brasil.

Enquanto a condição da população negra era varrida pelas estatísticas da República, a elite econômica de Penedo, essencialmente branca, realizava o assalto final ao poder. A Primeira República significou o acesso e a garantia de ocupação dos espaços de dominação política do município nas mãos dessa elite, que ao perpetuar-se no poder, nos dá uma singular representação de como se formam e como se consolidam no poder as oligarquias locais, base de sustentação do primeiro regime republicano.

A garantia do poder econômico, através do controle dos principais ativos da indústria e do comércio penedense, e o controle sobre o poder político da cidade, deu às oligarquias penedenses uma capacidade de manobra incrível. Consolida-se em Penedo, no alvorecer da república, uma classe burguesa, advinda do comércio e da indústria de commodities, que vai fazer na cidade o que a burguesia europeia fizera em suas respectivas cidades ao longo do XIX, transformá-la de acordo com seus padrões estéticos.

Imagem 25 — Capela e Praça de São Gonçalo do Amarante, Penedo, Alagoas, 1912.



Fonte: fotografia de autoria desconhecida, 1912. Acervo pessoal do autor.

Imagem 26 — Praça Jácome Calheiros e Igreja de São Gonçalo do Amarante, Penedo, Alagoas, 1920.



Fonte: fotografia de autoria desconhecida, c. 1920. Acervo pessoal do autor.
Nota: ao fundo, ainda se vê a Igreja de São Gonçalo do Amarante; no calçamento da via à direita, os trilhos dos bondes puxados a burro.

Imagem 27 — A Praça Jácome Calheiros atualmente, Penedo, Alagoas, 2026.



Fonte: O autor, 2026.

Essa mudança política é observável na expansão urbana da cidade a partir da atual Praça Jácome Calheiros[37], inaugurada no começo dos anos 1920 onde se observa um ponto de inflexão entre o barroco e o rococó do XVIII, o neoclássico do XIX e os estilos do ecletismo europeu do início do XX que se sucedem no casario da atual Avenida Getúlio Vargas.

A Praça Jácome Calheiros torna-se, portanto, um ponto de inflexão no decorrer da expansão urbana da cidade em direção aos seus arrabaldes mais altos na direção nascente. Não por acaso o antigo nome da avenida Getúlio Vargas era rua da Aurora, que se alarga na praça Clementino do Monte, antigo Cajueiro Grande.

Este trabalho encerra seu percurso histórico no limiar do século XX, e convém explicitar por quê. O critério do recorte não é somente cronológico: é resultado do próprio objeto deste estudo. O roteiro não percorre a história de Penedo — percorre a cidade construída, o casario, os templos, as ladeiras e os largos que o estudante pode ler caminhando. Essa materialidade se completa na virada do XIX para o XX, e é aí que o roteiro para.

A última parada torna visível essa fronteira — mais uma — entre o XIX e o XX. Sobe-se até a Praça Jácome Calheiros pela Rua Barão do Rio Branco, cujo nome homenageia uma figura formada no Império e consagrada como diplomata nos primeiros anos da República. A praça, construída entre 1919 e 1921 sobre o antigo Largo de São Gonçalo do Amarante, é ladeada por dois edifícios que marcam as pontas da educação na cidade: a oeste, no lado que desce para o rio e para a Penedo percorrida nas paradas anteriores do roteiro, está o prédio do Liceu de Penedo, inaugurado em 1849; a leste, onde a praça se abre para a Avenida Getúlio Vargas, o Colégio Imaculada Conceição, de 1913. Sessenta e quatro anos separam as duas escolas, e a praça que as une leva o nome de um professor. Esses anos não são atraso: são divisão de trabalho. O Liceu formava homens para os estudos superiores; às meninas cabia a instrução primária, de currículo mais curto, e depois o colégio religioso. Só em 1934, ao converter-se em Escola Normal, o Liceu as admitiria.

O último ponto do roteiro é um estrato de contato: o lugar onde o século XIX encosta no XX e onde a cidade passa a crescer para fora do alcance de uma caminhada com 35 estudantes de Ensino Médio.

Isso não significa que o século XX esteja ausente deste trabalho. Ele está, mas em outra posição. É no século XX que o conjunto percorrido pelo roteiro se torna um conjunto: o tombamento de edifícios isolados a partir do Decreto-Lei nº 25 de 1937, o tombamento

---

[37] Jácome Calheiros foi político, comerciante e educador na cidade de Penedo entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX. Seu nome sempre foi muito ligado ao educandário Anchieta, que funcionou no edifício onde atualmente se encontra a Pousada Colonial.

estadual de 1986 e o tombamento federal de 1996 — cada um com perímetro distinto — são as decisões que constituíram o Centro Histórico de Penedo como objeto. O século XX — e o XXI — não são o trecho que ficou de fora; são de onde se olha. Tomá-los como tema exigiria fazer da própria produção do patrimônio penedense o problema da pesquisa: quem traçou cada perímetro, o que ficou dentro e o que ficou fora de cada linha. Isso constitui objeto próprio, e fica aqui indicado como desdobramento.

O Hotel São Francisco é o exemplo mais visível dessa posição. Não integra o roteiro como parada, por decisão de recorte, mas não há como percorrer o roteiro sem vê-lo: o maior edifício de Penedo se impõe sobre o casario e a linha das torres desde o rio. Ignorá-lo seria pedir ao estudante que não visse o que está diante dele. Proponho que entre na execução como pergunta, e não como conteúdo: o que um edifício daquela altura faz no meio de um conjunto tombado, e o que isso revela sobre o momento em que ele foi erguido e sobre o momento em que o conjunto foi tombado? É a mesma pergunta sobre os perímetros, posta diante do estudante pela própria paisagem.

4 RECURSO EDUCACIONAL ABERTO (REA): ROTEIRO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA EM SEIS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS POR PENEDO, ALAGOAS

O termo Recursos Educacionais Abertos (REA) foi estabelecido no Fórum de 2002 de Softwares Didáticos Abertos da UNESCO, e se refere aos "materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no domínio público ou [...] divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros" (UNESCO, 2012, p. 1). É, portanto, um produto didático aplicável em contexto de ensino que guarde relação com o objeto de estudo da dissertação disponibilizado para o público em geral através de meios digitais ou outros meios e que permitam adaptações para que se adequem à realidade dos usuários daquele produto.

Em torno da proposição de construção de um REA, optei por desenvolver, através de sequências didáticas, um roteiro de aprendizagens históricas a partir de Penedo - enquanto Patrimônio Histórico. O planejamento desta proposta se ajusta à pretensão neste trabalho, já que num roteiro temos pontos de parada organizados de forma que ao final do trajeto os estudantes ou usuários do roteiro consigam estabelecer relações entre o conteúdo disciplinar da história em sala de aula com o patrimônio e a paisagem de Penedo.

Enquanto conceito de Sequência Didática (SD), a definição que melhor se ajusta à proposta é apresentada por Itamar Freitas e Margarida Maria Dias de Oliveira. Eles afirmam que uma sequência didática "é uma representação espaço-temporal e é uma previsão teórica e explicitamente orientada" (Freitas; Oliveira, 2022, p. 17).

Neste sentido, pelo seu caráter de representação espaço-temporal, a sequência didática se torna um instrumento adequado para a elaboração de um roteiro histórico, já que um percurso de roteiro envolve partes que se complementam em ordem, articulando narrativas através do espaço. A respeito, os mencionados autores destacam que os objetivos de aprendizagem orientam tanto a atuação do professor quanto, especialmente, o percurso do estudante, materializando projeções de natureza teórica e metodologicamente fundamentadas, suscitando expectativas do que se espera alcançar ao longo do processo educativo (Freitas; Oliveira, 2022, p. 17).

A SD, enquanto REA, tem como atributo ser adaptável às necessidades educativas de quem o utiliza. Para tanto, deve ser disponibilizado em meios físicos ou digitais com licenças abertas para utilização, reprodução e adaptação por parte de seus usuários. Dessa forma, o educador que não participou da elaboração deste roteiro pode compreender seu sentido e aplicá-lo de forma autônoma, mesmo sem que tenha tido contato com o autor. Isso supõe que

ele deve possuir a capacidade de compreender a essência das SDs — analisar seu conteúdo, reconstruir as ideias com palavras próprias, sem deturpações consideráveis e, também, disponibilizá-las através dos meios disponíveis (Freitas; Oliveira, 2022, p. 24).

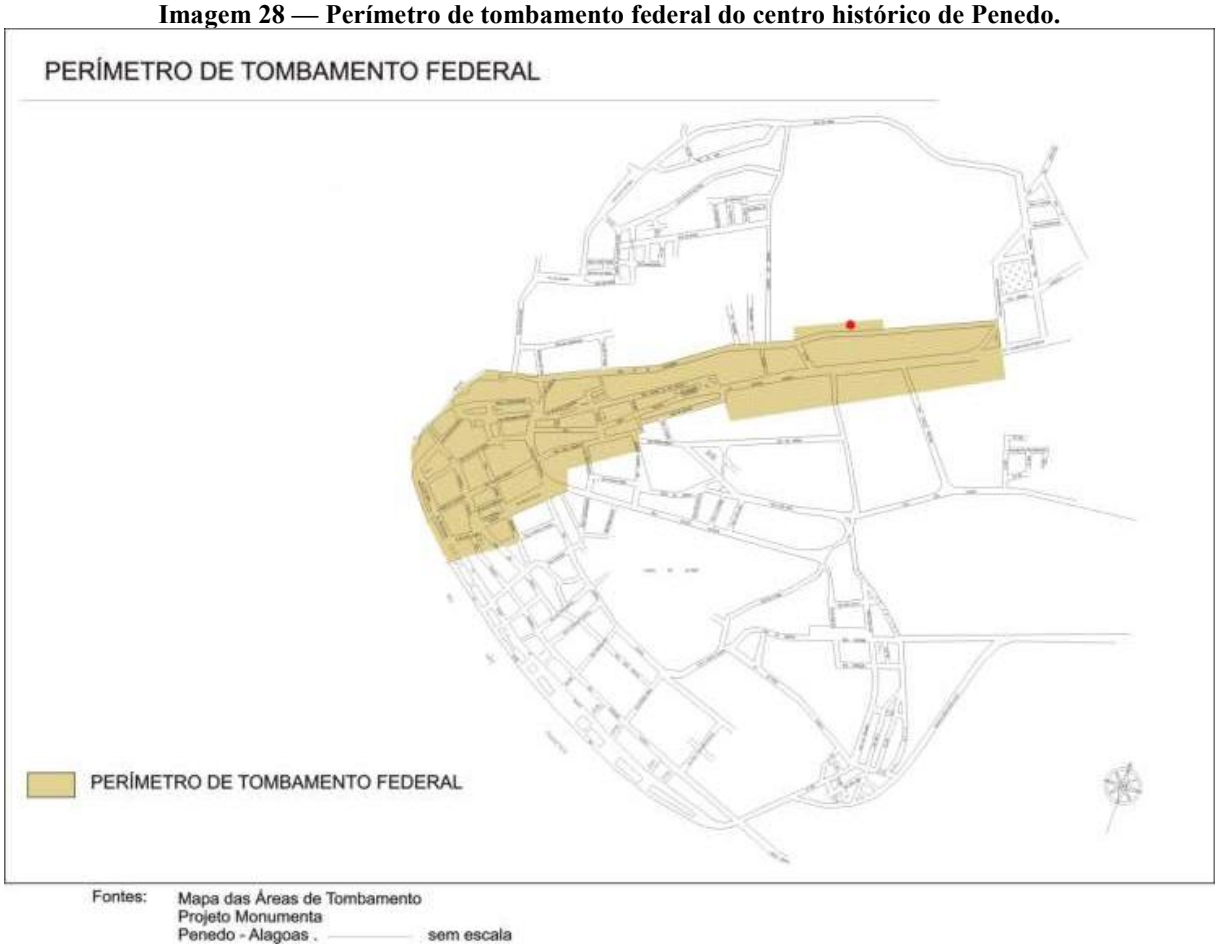
Neste trabalho elaborei seis sequências didáticas. A primeira intitula-se SD-0 por se tratar de momento preparatório, anterior à saída a campo. Nela o professor é incentivado a trabalhar previamente o conceito de patrimônio histórico, sem o qual as paradas seguintes se reduzem à contemplação de fachadas.

Adoto aqui a formulação do artigo 216 da Constituição Federal, que define como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988). Essa definição interessa a este trabalho por duas razões. A primeira é que ela reconhece o imaterial ao lado do edificado — o que permite tratar a Festa da Lavagem, na SD-4, com o mesmo estatuto documental da pedra da igreja. A segunda é que ela fala em diferentes grupos formadores, no plural, abrindo espaço para perguntar quais grupos foram efetivamente contemplados na seleção do que se preservou em Penedo.

Ao conceito soma-se o instrumento. O tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (Brasil, 1937), é o ato administrativo que inscreve um bem nos Livros do Tombo e o submete a regime especial de proteção. Distinguir conceito e instrumento é o que permite a pergunta que abre a SD-0 e atravessa todo o roteiro: se patrimônio é aquilo que remete à memória dos diferentes grupos, e tombamento é a decisão de proteger alguns bens e não outros, então quem decide, segundo quais critérios, e o que fica de fora?

Em Penedo, essa decisão tem forma visível. A Imagem 28 mostra o perímetro de tombamento federal do centro histórico, delimitado pelo IPHAN em 1996: uma faixa que parte da margem do rio São Francisco e sobe a encosta em direção leste, deixando de fora bairros cuja história é igualmente antiga — entre eles o Santo Antônio, ou Barro Vermelho, que se avista do Mirante da Rocheira.

Imagem 28 — Perímetro de tombamento federal do centro histórico de Penedo.



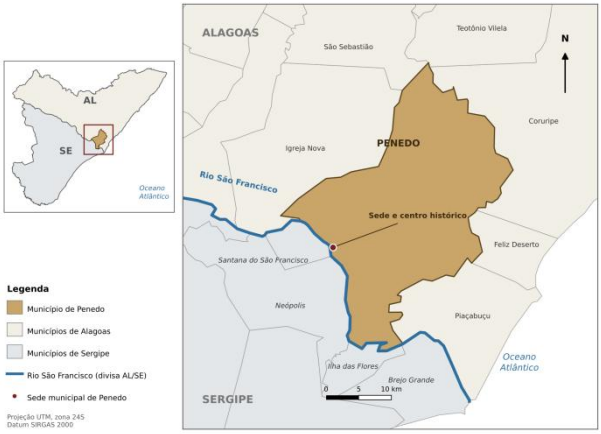
Fonte: Mapa das Áreas de Tombamento, Projeto Monumenta, Penedo, Alagoas. Sem escala.

É nesse ponto que a proposta se distingue da visita guiada. No estudo do meio tal como Bittencourt (2008) o formula, o lugar não é destino a ser contemplado, mas ponto de partida: o bem cultural entra na aula como fonte a ser interrogada, e não como ilustração do que já se sabe. É o que permite mobilizar, diante da fachada, o conceito de evidência que Lee (2016) situa entre os conceitos de segunda ordem — perguntar o que aquele vestígio autoriza a afirmar e o que ele silencia. A essa dimensão metodológica acrescento a dimensão crítica: nenhum conjunto tombado é o retrato neutro de um passado, mas o resultado de escolhas datadas sobre o que uma sociedade decidiu lembrar. Em Penedo, onde há duas igrejas do Rosário e nenhuma placa sobre as pessoas escravizadas vendidas a partir do seu porto, essa dimensão não é refinamento teórico: é a própria matéria do roteiro.

O perímetro da Imagem 28, por sua vez, não é uma ilha. A Imagem 29 situa o município de Penedo na região: ao norte, a leste e a oeste, os municípios alagoanos de São Sebastião, Teotônio Vilela, Coruripe, Feliz Deserto, Piaçabuçu e Igreja Nova; ao sul e a sudoeste, do outro lado do rio São Francisco, os sergipanos Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande. O rio que este roteiro trata como eixo da história da

cidade é também a divisa entre dois estados — e Penedo, cidade de fronteira desde a ocupação holandesa, continua a sê-lo.

Imagem 29 — Localização do município de Penedo, Alagoas, e municípios limítrofes.



Fonte: elaborado pelo autor, com auxílio de ferramenta de inteligência artificial, a partir da malha municipal do IBGE disponibilizada pelo projeto Geodata BR. Disponível em: https://github.com/tbrugz/geodata-br. Acesso em: 14 out. 2026.

As demais cinco sequências didáticas, numeradas de 1 a 5, compõem um roteiro de aprendizagem histórica pelo centro histórico de Penedo, organizado segundo uma orientação espaço-temporal que acompanha a divisão tradicional da história do Brasil — pré-colonial, colonial, imperial e republicana.

A periodização que organiza o roteiro não é uma proposição historiográfica, mas uma construção didática. Ela resulta do cotejo das obras que sustentam a terceira seção desta dissertação — os memorialistas Caroatá (1962), Valente (1957), Moreno Brandão (1936) e Méro (2018, 1974), e a produção mais recente de Diégues Júnior (1980), Carvalho (2016), Peixoto (2020) e Teixeira (2025) — com a divisão tradicional da história do Brasil que estrutura os currículos escolares. Adotei essa divisão porque é ela que os estudantes encontram nos livros didáticos e nas aulas de história, e é justamente na interface entre o que se estuda em sala e o que se vê na ladeira que este roteiro pretende operar. Trata-se, portanto, de uma representação espaço-temporal no sentido de Freitas e Oliveira (2022, p. 17): uma previsão teórica e explicitamente orientada, cuja função é tornar percorrível uma cronologia, e não fixar marcos definitivos para a história de Penedo.

Assim entendida, a história conhecida da cidade organiza-se, para os fins deste roteiro, em cinco momentos: os povos originários, a invasão europeia e as guerras contra os Caeté, em que Penedo é fronteira militar; o século XVII, com a guerra contra os holandeses e o início da consolidação portuguesa no Baixo São Francisco; a consolidação efetiva de Penedo como peça do controle metropolitano sobre a costa nordestina; a sociedade escravista

e suas contradições, inscritas na materialidade da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; e o século XIX da burguesia comercial e industrial, com a passagem à República e a consolidação das oligarquias, representado pela Praça Jácome Calheiros.

O roteiro foi construído para desenvolver a literacia histórica no sentido que lhe dá Peter Lee (2016): a capacidade de operar com os conceitos de segunda ordem — evidência, significância, causalidade, mudança e permanência, perspectiva e empatia históricas — que permitem ao estudante não apenas saber coisas sobre o passado, mas raciocinar sobre ele. Esses conceitos não são conteúdo a ser ensinado nas paradas; são a operação que cada parada exercita. A distribuição abaixo mostra onde cada um é mobilizado, e foi ela que orientou a escolha dos lugares e das perguntas problematizadoras. Nas sequências, essa fundamentação aparece traduzida em linguagem de planejamento, porque o destinatário do produto é o professor da educação básica, não o pesquisador.

Quadro 1 — Conceitos de segunda ordem mobilizados por SD e lugar de parada no roteiro.

Sequência	Lugar de parada	Conceitos de segunda ordem mobilizados
SD-0	Sala de aula	significância
SD-1	Mirante Rocheira	evidência; perspectiva histórica
SD-2	Praça Barão do Penedo	causalidade; mudança e permanência; significância
SD-3	Convento Franciscano	significância; empatia histórica
SD-4	Rosário dos Homens Pretos	evidência; significância; mudança e permanência
SD-5	Praça Jácome Calheiros	mudança e permanência; causalidade

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Tomadas em conjunto, as seis sequências percorrem os principais conceitos de segunda ordem discutidos por Lee (2016), na direção do que Rüsen (2010) entende por consciência histórica: orientação temporal para a vida prática — e não acúmulo de informação sobre o passado.

Dessa forma, as sequências didáticas se ancoram nessa cronologia que reflete as mudanças da história no patrimônio penedense, representadas aqui pelos cinco lugares-chave na compreensão dessa história.

a. O mirante da Rocheira:

Se Penedo cresce em função do rio São Francisco, este lugar é crucial no entendimento dessa história. Primeiro esclarecer que para os que vivemos aqui em Penedo,

quando nos referimos ao “Penedo”, acidente geográfico, preferimos chamá-lo de *rocheira*, que inclusive é o nome que se pode observar no Google Maps. Creio que esse apelativo se deve à necessidade de evitar confusões entre o mirante e a cidade. Daqui podemos problematizar o Penedo pré-colonial e indígena e o porquê dos europeus escolherem o penedo como lugar privilegiado de defesa da região do São Francisco. Inclusive a própria palavra “penedo” já carrega em si uma carga de violência colonial, e é deste ponto da cidade que se pode levantar certas perguntas que atiçam a curiosidade epistêmica dos estudantes:

- Como era Penedo antes de ser Penedo?
- De onde vem essa palavra, Penedo?
- É tupi-caeté?
- Quem vivia aqui antes de Penedo se tornar Penedo?
- O rio, que se chamava Opará Tininga, por que passou a ter o nome de um santo italiano que nunca pisou nestas terras? E quem tinha o poder de dar esse nome? (Pergunta a ser retomada na parada do Convento Franciscano.)

b. Praça Barão do Penedo:

Esta praça foi também a praça de armas do antigo Forte Maurício durante a ocupação holandesa da cidade e remete a esse momento da história penedense em que o poder provinha da força militar. Mas aqui é onde o professor deve guiar o olhar do aluno pelo conjunto patrimonial da praça. Aqui temos a confluência dos quatro poderes da cidade: a Casa de Aposentadoria, antiga sede do poder colonial e, posteriormente, durante algum tempo, sede do poder legislativo da cidade; o edifício da prefeitura como sede do poder executivo; a matriz diocesana de Nossa Senhora do Rosário e a capela do Oratório da Forca mostrando o poder da igreja católica e finalmente a atual sede da Câmara de Vereadores de Penedo, que, apesar de ter uma história mais recente, também quer nos mostrar que estamos no centro de poder político da cidade. Aqui o professor pode problematizar as nuances entre *história* e *memória* explorando a alcunha de “da Forca” que recebe a pequena capela do oratório, já que, segundo a historiografia penedense, não há registro de condenados à morte por enforcamento em Penedo (Méro, 2018, p. 132). O que nos leva a nos perguntar:

- Se não há registro de enforcados, por que se chama “da Forca”?
- A quem interessa manter a fama de Oratório da Forca? Será verdade a História, ou devo me guiar pelo que diz a placa informativa da prefeitura na parede da capela?

- A quem não interessa admitir que não há registro de enforcamento ligado ao Oratório?

c. Igreja Conventual de Santa Maria dos Anjos e Convento Franciscano:

Logo após a definitiva expulsão dos holandeses das terras penedenses em 1647 (Méro, 2018, p. 64), a cidade entra num período de paz que só seria ligeiramente abalada pela guerra contra os quilombolas de Palmares e, ainda assim, muito pouco. Esse período que se estende até entrado o século XIX, só foi rompido pela explosão do movimento revolucionário em Pernambuco em 1817, e que resultaria na emancipação política da capitania alagoana. É precisamente durante esse período que se consolida a presença portuguesa na região do Baixo São Francisco com Penedo, Alagoas, exercendo o papel de centro político e econômico de uma vasta área que adentrava até terras próximas onde hoje se localiza a cidade de Arcoverde em Pernambuco. Ao longo desses anos, vários edifícios são construídos consolidando o poder político da metrópole na cidade como a Casa de Aposentadoria, a Cadeia Pública ou o primeiro edifício da futura prefeitura.

No entanto, o primeiro edifício público a ser levantado e que ainda permanece íntegro e em funcionamento é o conjunto arquitetônico composto pela Igreja Conventual de Santa Maria dos Anjos e o Convento da Ordem Terceira de São Francisco. Apesar de ser erguido com os esforços dos franciscanos e não da coroa portuguesa, o conjunto representa o primeiro grande edifício público a começar a ser levantado na cidade — na década de 1660 — que ainda permanece de pé. Público, porém, com reservas: obra da Igreja e de acesso controlado pelos frades, o conjunto é ao mesmo tempo público e privado. E aqui ele foi escolhido não somente por ser o primeiro e ainda estar de pé, mas por ser o primeiro de uma série de intervenções portuguesas na consolidação do seu regime na região do São Francisco. Ademais, os franciscanos terão um papel importante na configuração de um cenário cultural na cidade criando aulas de primeiras letras, latim e música coral.

d. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos:

A próxima parada ressalta a relevância da população negra na formação econômica, social e cultural de Penedo, Alagoas. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos não é somente mais uma das igrejas de Penedo, ela representa a divisão de uma sociedade em parâmetros racistas de cor de pele entre os negros, reunidos na irmandade do Rosário dos Pretos, e os brancos, na irmandade da Igreja do Rosário da atual Praça Barão do Penedo. E

aqui já podemos incitar a curiosidade científica dos estudantes com uma simples pergunta: *por que existem duas igrejas denominadas "do Rosário" em Penedo?* As respostas podem cair na obviedade já observada com meus estudantes da 1ª série C da EEPEM: *uma era dos brancos e outra dos "escravos".* Mas aqui é onde o papel do professor se faz necessário para desmontar certas obviedades. É claro que a hierarquia de cor separava as irmandades — os negros no Rosário dos Pretos, os brancos no Rosário mais abaixo da encosta da cidade —, mas a pergunta instigante que nos cabe fazer para os nossos estudantes é *se a igreja era só para os escravizados, e suponhamos que esses escravizados não possuíam muitos recursos - porque, afinal de contas, eram escravizados - como poderiam eles ter levantado uma das maiores igrejas da cidade?*

e. Conjunto arquitetônico do entorno da Praça Jácome Calheiros:

A Praça Jácome Calheiros é o ponto final do percurso. Nela encontramos vários elementos que nos ajudam a explicar a transição do período imperial da história do Brasil para o período republicano na cidade de Penedo. Construída entre 1919 e 1921, a praça já se insere no período que pretendo frisar: 1919, a Primeira República. O antigo Largo do Tourinho, que depois passou a se chamar Largo de São Gonçalo do Amarante - nome que recebeu da igreja que ali havia - agora vai receber o nome de um famoso educador que lecionou na cidade entre as décadas de 70 e 80 do século XIX: Jácome Calheiros. Seu sobrenome também evoca a ascensão de uma das famílias mais tradicionais das oligarquias alagoanas: os Calheiros. E é justamente por tratar de oligarquias que também podemos nos valer da praça e do sobrenome do seu homenageado para puxar o fio da meada que explica a 1ª República e seu apelido de República das Oligarquias, e no caso da praça, não são apenas os Calheiros: ali até hoje vivem os descendentes dos Peixotos, família descendente do português que arribou em Penedo em 1866 e construiu um império industrial e comercial como a Companhia Industrial Penedense, a Fábrica de Tecidos da Passagem (Neópolis, Sergipe) e o maior edifício de Penedo: o Hotel São Francisco. Na praça também se encontram dois edifícios que representam a história da educação na cidade: o número 8, que abrigou o Liceu de Penedo, lembrado pela tradição local como uma das primeiras escolas públicas de Alagoas, e que até pouco tempo atrás funcionava como a emissora de rádio AM do Baixo São Francisco; e o Colégio Imaculada Conceição, inaugurado em 1913 para a instrução feminina. O Liceu era escola pública, mas não era escola para todos. A instrução primária alcançava as meninas — de passagem por Penedo em 1859, Dom Pedro II visitou aulas de meninas e anotou que nelas a aritmética "não passa das 4 operações". O que lhes era vedado era o nível seguinte: o Liceu, preparatório aos estudos

superiores, não as admitia, e só se abriria às mulheres em 1934, ao tornar-se Escola Normal. A desigualdade não estava em haver ou não escola, e sim em até onde cada um podia ir — e é essa lacuna que o Colégio Imaculada Conceição, fundado por irmãs portuguesas, veio ocupar. Os dois prédios, frente a frente, não marcam apenas a passagem do Império à República: marcam quem cada regime decidiu incluir, e até onde.

Outra questão interessante é que a praça enquanto ponto geográfico também funciona como marco histórico da passagem da República Velha para o período imediatamente posterior da história do Brasil, já que a avenida que se abre na direção leste da praça se chama Avenida Getúlio Vargas, fechando o ciclo histórico que se pretende abarcar neste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu de uma inquietação de sala de aula: meus estudantes reconheciam Penedo como cidade antiga, mas essa antiguidade não se conectava ao presente que vivem. O que apresentei aqui é uma tentativa de resposta — um Recurso Educacional Aberto em formato de roteiro de aprendizagem histórica, organizado em seis sequências didáticas que percorrem parte do centro histórico da cidade.

Trata-se de uma proposta, e é como proposta que ela deve ser lida. O roteiro está publicado sob licença aberta porque foi pensado para ser modificado: um professor pode aplicar as cinco paradas em sequência, escolher duas, inverter a ordem, substituir uma parada por outra que faça mais sentido para a sua turma, ou usar apenas a estrutura e trocar a cidade. Nada aqui é fechado. As sequências trazem os códigos da BNCC precisamente para que o colega possa justificar a saída de campo diante da coordenação e da secretaria — porque sei, por experiência, que o obstáculo entre a ideia e a rua costuma ser documental antes de ser pedagógico.

Assumo os limites do que fiz. Penedo é uma cidade educadora no sentido que lhe dão Miranda e Siman (2013), e uma cidade educadora não cabe em cinco paradas. Ficaram de fora o Barro Vermelho e o estaleiro, a Companhia Industrial Penedense, o Oiteiro, o Teatro Sete de Setembro, os terreiros, o porto da balsa, a Ibititinga. Escolhi um perímetro caminhável em cerca de duas horas e meia por estudantes de primeira série, o que significou deixar do lado de fora muito mais do que consegui incluir. Este roteiro é um começo — e a cidade continua tendo mais a ensinar do que este trabalho conseguiu organizar.

Há um limite, porém, que não é de perímetro, e sim de matéria. Ao longo da banca de defesa perguntou-se pela presença indígena neste trabalho, e a pergunta é justa. A assimetria existe, e tem causa: o patrimônio edificado que restou em Penedo é colonial e imperial, erguido sobre o apagamento dos Caeté e dos Abacoatiara — e esse apagamento foi, ele próprio, obra de uma guerra declarada. A presença negra, ao contrário, inscreveu-se na pedra, nas irmandades, nas festas e nos nomes, e por isso é legível no percurso. Ler a cidade pelo que nela permanece construído é, portanto, encontrar mais vestígios de uns do que de outros — o que não significa que os ausentes não estivessem aqui, mas que a ausência é, ela mesma, um documento. A SD-1 trabalha justamente esse silêncio, a partir da toponímia e da paisagem. Um roteiro que tomasse a presença indígena como eixo exigiria outro recorte,

outras fontes e provavelmente outro território que não o perímetro tombado — e fica indicado como pesquisa a fazer.

Assumo também os limites das condições em que se ensina. As aplicações que realizei aconteceram em contextos desiguais: no Instituto Federal foi possível transporte, tempo e material; na rede estadual, não. Foi essa desigualdade que me obrigou a desenhar um roteiro fracionável, aplicável a pé, com recursos mínimos e em tempo escolar reduzido. O que poderia parecer flexibilidade metodológica é, na verdade, adaptação a uma realidade concreta — e qualquer professor da educação básica alagoana reconhecerá essa realidade sem que eu precise descrevê-la. Uma proposta de educação patrimonial que ignore essas condições não chega à rua. O desenho deste roteiro traz as marcas das condições em que foi produzido, e não me parece que isso o enfraqueça.

Assumo, por fim, um limite do próprio produto. Todas as sequências didáticas indicam o caderno de campo como instrumento de registro e de avaliação, mas este trabalho não lhe deu modelo nem critérios: o que cada parada pede ao estudante está descrito na respectiva atividade avaliativa, e a forma do caderno fica a cargo de quem conduz o percurso. Não é uma lacuna sem saída. Ao aplicar o roteiro com suas turmas do IFAL, o Prof. Igor de Lima e Silva elaborou caderno de campo próprio, com critérios de produção e avaliação — prova de que o instrumento pode ser construído a partir do roteiro por quem o aplica. Sistematizar esse instrumento e, com ele, aferir o que o percurso efetivamente produz na aprendizagem dos estudantes é o passo seguinte desta pesquisa.

Volto aqui ao episódio que mencionei na seção 1.1. Entre os textos produzidos pelos grupos da 1ª série C, um chegou inteiramente gerado por inteligência artificial, com os vestígios da máquina ainda visíveis — resíduos de formatação e a pergunta de continuação que os assistentes conversacionais colam ao fim de cada resposta. Diante da tarefa de escrever sobre uma praça pela qual haviam caminhado, aqueles estudantes pediram a um sistema que a visitasse por eles, e receberam de volta uma síntese algoritmicamente apresentável, mas completamente vazia de qualquer impressão humana. Se este trabalho partiu do diagnóstico de um presente que se explica por si mesmo, é difícil imaginar ilustração mais exata do presentismo de que partimos — e ao qual, ao final, parecemos retornar. Mas os outros grupos da mesma turma, apesar de — como eu nesta dissertação — terem recorrido à ajuda de IA para escreverem seus textos, o fizeram de forma inequivocamente sua, relatando detalhes que nenhum modelo de linguagem conheceria: a máquina de gás acetileno no fundo do corredor esquerdo do Rosário dos Pretos, a emissora de rádio que até pouco tempo ocupava o prédio do antigo Liceu. E nos dois diários de bordo de estudantes do IFAL São Miguel dos Campos,

manuscritos e datados hora a hora ao longo do percurso, as perguntas que fiz durante a caminhada reaparecem elaboradas na voz deles. A diferença entre uma coisa e outra não está na ferramenta: está em ter subido a ladeira.

O que defendo, ao fim, é o estudo do meio como método. Não como passeio nem como ilustração da aula, mas como procedimento que coloca o estudante diante da cidade com as ferramentas necessárias para lê-la. Os conceitos de segunda ordem que Lee (2016) descreve — evidência, causalidade, significância, mudança e permanência, perspectiva e empatia históricas — são exatamente esse instrumental: é com eles que um prédio deixa de ser prédio antigo e passa a ser documento, e que uma praça deixa de ser lugar de passagem e passa a ser resultado de decisões humanas datadas. Aprender a fazer essa leitura é o que chamei aqui de aprendizagem histórica (Cruz; Santos, 2020).

E é aqui que quero ser preciso quanto ao que este trabalho pretende. Não sustento que um estudante mude de consciência histórica porque foi à escola e teve aulas de história. A consciência histórica não se forma só na escola: ela se exprime e se alimenta na cultura histórica de uma sociedade — memória, oralidade, identidade, narrativas —, e não se transforma por decisão de um professor num semestre letivo. O que a aula de história faz, e o que este roteiro se propõe a fazer, é contribuir para a formação dessa cultura histórica. É trabalho lento, coletivo e sem garantia de resultado. Mas é trabalho político no melhor sentido do termo: a cultura histórica que uma sociedade constrói é parte daquilo que ela pretende ser. Quando um estudante penedense sobe aquelas ladeiras e reconhece ali algo mais que o caminho de casa, alguma coisa desse projeto está em curso.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Apontamentos sobre diversos assuntos geographico-administrativos da província das Alagoas**. Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa, Rua do Commercio, 65. 1869.

ALAGOAS. **Referencial Curricular do Estado de Alagoas parao Ensino Médio (ReCAL)**. Alagoas, 2023. Disponível em: https://www.educacao.al.gov.br/documentos?task=download.send&id=3529&catid=20&m=0. Acesso em: 3 jul. 2026.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de Orientações Pedagógicas 2025.** Alagoas, 2025. Disponível em: https://www.educacao.al.gov.br/escola/orientacoes-pedagogicas-e-de-gestao?task=download.send&id=4144&catid=373&m=0. Acesso em: 15 jul. 2026.

ALVES, Antônio. **Almanak de Alagoas.** Maceió: Typographia da Empreza Gutemberg, 1891.

ALVES, Fabianne Nayra Santos. **Os pardos da Vila do Penedo do rio São Francisco:** escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819). 2019. 154 f. : il. color. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Maceió, 2019.

ANDRADE, Eusébio de. **Almanak de Alagoas.** Maceió: Typographia da Empreza Gutemberg, 1894

BEDIAGA, Begonha (Org.). **"Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)".** Vol. 2. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em https://museuimperial.museus.gov.br/diarios/ Acesso em 30 mai. 2025.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História:** Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRANDÃO, Francisco Henrique Moreno. **História de Alagoas.** Penedo: Artes Gráphicas, Typographia e Pautação de J. Amorim, Rua do Commercio, 8. 1909.

BRANDÃO, Francisco Henrique Moreno. **Monographia do município do Penedo**. Maceió: Lit. Typographia menezes, 1936.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026**. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 11 mar. 2026

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, p. 24056, 6 dez. 1937. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024**. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

CAINELLI, Marlene; BARCA, Isabel. **A aprendizagem da história a partir da construção de narrativas sobre o passado.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em https://www.scielo.br/j/ep/a/BKsCBnJLhgLFrcwGG8PxcJq/?lang=pt. Acesso em 07 jul. 2024.

CAROATÁ, José Próspero Jeová da Silva. **Crônica do Penedo.** Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1962.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2016. 4 Ed.

COSTA, João Craveiro. **História das Alagoas.** Maceió: Sergasa - Serviços Gráficos de Alagoas, 1983.

COSTA, João Craveiro.; CABRAL, Torquato. **Indicador geral do estado de Alagoas.** Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016.

CRUZ, José Vieira da; SANTOS, Fábio Alves dos. **Aprendizagem histórica: espaços, suportes e experiências.** Recife: Edupe, 2020.

DANTAS, Cármen Lúcia; RIBEIRO, Cíntia. **Penedo criativa e histórica**: manual prático e inclusivo de preservação. [S. l.]: [s. n.], 2025.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas:** traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 1980.

DICIONÁRIO Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, [2026]. Verbete "penedo". Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/penedo. Acesso em: 15 out. 2026.

DUARTE, Abelardo. **Negros muçulmanos nas Alagoas (Os Malês).** Maceió: Edições Caeté, 1958.

ESPÍNDOLA, Thomaz. **Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas.** Maceió: Edições Catavento, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada:** a cultura histórica escolar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2008

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Sequências Didáticas para o ensino de história.** Ananindeua, Pará: Cabana, 2022.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

HERKENHOFF, Paulo (org.). **O Brasil e os holandeses**. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

INFORMAÇÃO geral da capitania de Pernambuco [1749]. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 28, 1906.

IZQUIERDO LABRADO, Julio. El descubrimiento del Brasil por Vicente Yáñez Pinzón: el cabo de Santo Agostinho. **Huelva en su Historia**, Huelva, v. 10, 2003.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016.

MÉRO, Ernani. **As três cidades-mães das Alagoas**: Tomo um: Penedo, a cidade da Madona das Correntes. Maceió: Grafmarques, 2018.

MÉRO, Ernani. **História de Penedo**. Curso de História do Penedo. Xerox de documento datilografado. 1972

MÉRO, Ernani. **História do Penedo:** elementos de história da civilização de Alagoas (Ensino de 1º Grau). Maceió: [s. n.], 1974.

MIRANDA, S. R.; SIMAN, Lana Mara Castro (Org.). **Cidade, Memória e Educação.** 1. ed. Juiz de Fora: EDUFJF, 2013.

PEIXOTO, Ivone. **O Penedo**: a história de uma cidade e dos empreendedores que forjaram sua identidade. Brasília: Gráfica Movimento, 2020

PIERSON, Donald, *et al.*. **O homem no vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972. Tomo I, II e III.

REIS, Wendel Mota dos. **História do lugar, ensino de história e novas tecnologias:** uma proposta para o trabalho docente no ensino médio. Orientador: Marcos Silva. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SALES, Francisco A. **Arruando para o Forte:** roteiro sentimental da cidade do Penedo. Penedo: Fundação Casa do Penedo, 2013.

SANCHEZ, Cristina. **O porquê da lavagem do Rosário Largo.** Penedo: Prefeitura do Município de Penedo, [s. d.].

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil:** Uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2015. 1ª Ed.

SILVA, Josué Marques; MÁRTIRES, Martha Maria; SANCHEZ, Cristina Maria Albuquerque. **Penedo:** cidade da gente: estudos regionais: ensino fundamental. 1. ed. Fortaleza, CE: Didático Editora, 2023.

TEIXEIRA, Luana. Alforrias no Penedo, Alagoas: contexto local, questões nacionais (décadas de 1840 a 1880). **Revista Crítica Histórica**, ano XIII, v. 13, n. 26, p. 125-152, dez. 2022. DOI: 10.28998/rchv13n26.2022.0007.

TEIXEIRA, Luana. **Negócios da escravidão em Alagoas:** o comércio interprovincial de pessoas escravizadas em Maceió e Penedo (1842-1881). 2. Ed. Maceió, AL. Imprensa Oficial Graciliano Ramos. 2025.

TEIXEIRA, Luana. Origens da população africana em Alagoas analisadas a partir de duas fontes do século XIX. **História em Reflexão**, v. 22, n. 42, p. 309-334, jan./jul. 2026.

UNESCO. **Declaração REA de Paris em 2012**. Congresso Mundial sobre Recursos Educacionais Abertos. Paris: UNESCO, 2012. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246687_por. Acesso em: 10 jun. 2026.

VALENTE, Aminadab. **Penedo sua história.** Maceió: Imprensa Oficial, 1957.